



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

SCHEILA GIRELLI

**ENTRE “DESABROCHAR PARA O MUNDO” E “PRODUZIR  
MAIS E MELHOR”: RELAÇÕES DE SABER/PODER EM UMA  
COOPERATIVA DE COSTUREIRAS**

Florianópolis, 2012.



SCHEILA GIRELLI

**ENTRE “DESABROCHAR PARA O MUNDO” E “PRODUZIR  
MAIS E MELHOR”: RELAÇÕES DE SABER/PODER EM UMA  
COOPERATIVA DE COSTUREIRAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Área de concentração: Práticas sociais e constituição do sujeito

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Maria Chalfin Coutinho

Co-orientador: Prof. Dr. Kleber Prado Filho

Florianópolis, 19 de março de 2012.



Folha de assinatura



*Dedico esta obra ao meu grande companheiro e eterno amor, Nio.*





## AGRADECIMENTOS

Nenhuma caminhada se constrói sem mãos amigas que se estendem em nossa direção. Elos de solidariedade que se firmam, vínculos são feitos, aprendizados (re) construídos... Enfim, marcos que ficam e merecem ser lembrados ao final de uma trajetória. É o momento de agradecer!

À professora Maria, minha orientadora, por dividir seus conhecimentos, pela dedicação e participação tão ativa na elaboração deste trabalho.

Às Marian@s da turma do NETCOS, pelo apoio, bom humor e troca de experiências.

À CAPES, pelo apoio financeiro e a possibilidade, por meio deste, de concluir mais uma etapa em minha trajetória acadêmica e profissional.

Às trabalhadoras da Cooperativa, que me mostraram pelo seu modo de ser e fazer caminhos mais solidários de se (con)viver. Estar com vocês tornou-me uma pessoa mais humana e uma profissional ainda mais comprometida com a transformação social.

Aos tantos(as) amigos(as), que de perto ou longe, fizeram parte desta caminhada. Em especial, à Iara, Kika e Fernanda, pela acolhida tão calorosa em seus lares, o compartilhar dos saberes e sabores da vida.

A minha grande família:

Meus pais, pelos ensinamentos e lições primeiras, à confiança dispensada neste ideal.

Minha irmã, pela mão tão afável na hora das dificuldades e pelo sorriso tão contagiante ao compartilhar as alegrias;

Meu esposo Nio, pelo amor e carinho que me impulsionaram a prosseguir, pela compreensão às ausências. Você foi a maior razão dessa conquista!

A DEUS, minha luz e meu conforto em tantas madrugadas. Obrigada por mais essa!

*“(…) restam outros sistemas fora  
do solar a col-onizar.  
Ao acabarem todos  
só resta ao homem  
(estará equipado?)  
a difícilíssima dangerousíssima viagem  
de si a si mesmo:  
por o pé no chão  
do seu coração,  
experimentar  
colonizar  
civilizar  
humanizar  
o homem descobrindo  
em suas próprias inexploradas entranhas  
a perene, insuspeitada alegria  
de con-viver”*

*(Carlos Drummond de Andrade)*



**GIRELLI, Scheila. Entre “desabrochar para o mundo” e “produzir mais e melhor”:** relações de saber/poder em uma cooperativa de costureiras. Florianópolis, 2012. 250 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

## **RESUMO**

As práticas cooperativas ligadas ao movimento de economia solidária têm sido alvo de constantes debates e estudos. Muitas pesquisas apontam para a possibilidade destes empreendimentos produzirem novas formas de relação com o trabalho privilegiando, para além da esfera econômica, o resgate da dimensão humana; enquanto outras pesquisas apontam as limitações desses empreendimentos no contexto capitalista. Dada a heterogeneidade destas experiências e a impossibilidade de compreendê-las fora de sua realidade concreta, o interesse desta pesquisa recai, a partir da análise foucaultiana, sobre a análise das relações cotidianas de saber/poder, observando como se constroem, circulam, se sustentam e, pela incitação recíproca, engendram modos de subjetivação. Neste sentido, o objeto da presente pesquisa foi “compreender como se caracterizam as relações de saber/poder em uma cooperativa inserida no movimento de economia solidária”, a partir de um estudo de caso em uma cooperativa de costureiras na cidade de Chapecó, SC. Foram utilizados como procedimentos de pesquisa a observação participante, o grupo focal e o recurso fotográfico. As informações foram analisadas a partir da Análise de Discurso proposta por Iñiguez (2005). Em análise aos dados obtidos, constatou-se que o processo de gestão do trabalho cooperativo revela ambiguidades. De um lado, as possibilidades de participação das trabalhadoras se manifestam por meio da organização técnica do trabalho e da política geral do empreendimento, o que aponta para uma ligeira atenuação das forças de exploração. De outro, a intensificação do trabalho e a assimilação de normas disciplinares induzem a um sistema de individualização que, ao mesmo tempo em que modelam o sujeito, conduzem a processos de subjetivação, reforçando a hegemonia do capital. Nas relações cotidianas construídas está imbricado um constante jogo de forças e contradições, revelando-se como um emaranhado de situações que vinculam, simultaneamente, formas de sujeição e laços afetivos. Nesse cenário, são evidenciados lugares sociais construídos historicamente, os quais, legitimados pelo discurso, corroboram

“estados de poder”. Como forma de resistência e enfrentamento aos agenciamentos dos dispositivos de saber-poder são cunhadas linhas de fuga, garantindo não só novos modos de gestão do trabalho, mas também a manutenção de velhas práticas. Finalmente, o que se coloca em pauta é a possibilidade dos processos de subjetivação, engendrados no exercício das relações de saber/poder, no trabalho cooperativo, fomentar ou inverter as relações propostas pelo ideário da economia solidária.

Palavras-chave: Economia solidária. Relações de saber/poder. Processos de subjetivação.

**GIRELLI, Scheila. Entre “desabrochar para o mundo” e “produzir mais e melhor”:** relações de saber/poder em uma cooperativa de costureiras. Florianópolis, 2012. 250 f. Dissertation (Psychology masters course), Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

## **ABSTRACT**

The cooperative practices connected to solidary economy movement have been target to constant debate and studies. Many researches guide to the possibility for these practices to produce new forms of relations with work, giving privilege, beyond economic scope, to rescue the human dimension; while other researches point to the limitations of these practices in the capitalist environment. Due to the heterogeneity of these experiences and the impossibility to understand them, outside their concrete reality, the interest of such a research relays on the analysis of daily relations of knowledge/power, from a Foucaultian analysis, taking into account the way they are built, spread, supported and, by reciprocal induction, manage ways of subjectivity. Thus, the object to this research was to “understand how the relations of knowledge/power are characterized inside a cooperative inserted in solidary economy movement”, from a case study in a cooperative of sawers in Chapecó (SC, Brazil). It was used research procedures such as participative observation, focal group and photography. Information was analyzed from Discourse Analysis, approached by Iñiguez (2005). In the analysis of data obtained, it was possible to notice that the process of cooperative work management reveals two-side meanings. On one hand, the possibility of workers’ participation has manifested by the technical organization of work and general politics of the enterprising, which leads to the diminish of exploration strength. On the other hand, the intensification of work and the understanding of disciplinar rules lead to a system of individualization that, together with modeling the subject, lead to subject process, reinforcing the capital hegemony. In every day relations it is inserted a constant game of strength and contradictions, revealing as a net of situation that link, simultaneously, ways of subjectivation and affection relations. In this scenario, social places historically built are evident, which, reinforced by the discourse, coopt “power status”. As a form of resistance and facing the devices of knowledge-power, are built border lines, assuring not only the new forms of works management, but also keeping old practices. Finally, what is in discussion is the possibility of subject

process, placed in the usage of knowledge-power relations, in the cooperative work, to support or to invert the relations proposed by the ideal of solidary economy.

Keywords: Solidary economy. Knowledge/power relations. Subject process.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1: “Coluna de tijolos quebrados”. (P) .....	112
Fotografia 2: “Meu filho, é por ele que estou aqui”. (C) .....	126
Fotografia 3: “Minha casa, minhas filhas, é uma nova história”. (C) .....	126
Fotografia 4: “Meus filhos, a razão do meu viver”. (C) .....	127
Fotografia 5: “Meu pensamento era me libertar das painelas”. (C) .....	131
Fotografia 6: Sala de costura na casa de uma das trabalhadoras ..	132
Fotografia 7: “Era a coisa do primeiro emprego”. (C) .....	134
Fotografia 8: O escritório .....	142
Fotografia 9: O corte .....	143
Fotografia 10: A costura .....	144
Fotografia 11: O acabamento .....	145
Fotografia 12: “O grupo”. (C) .....	147
Fotografia 13: Momento de lanche coletivo - “na farra, na festa”. (C) .....	151
Fotografia 14: “Correndo e olhando para o relógio”. (C) .....	164
Fotografia 15: “O antes e o depois”. (C) .....	185



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABCOOP - Associação Brasileira de Cooperativas

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

AGO – Assembléia Geral Ordinária

AGE – Assembléia Geral Extraordinária

ANTEAG - Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão

CBCA - Companhia Brasileira Carboquímica de Araranguá

CEPSH - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COPPE - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos

DNCR - Departamento Nacional de Registro Comercial

EES - Empreendimentos de Economia Solidária

ES - Economia Solidária

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FETRABALHO - Federação das Cooperativas de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG – Organização Não Governamental

MTE - Ministério do Trabalho e do Emprego

MST – Movimento dos Sem-Terra

OCESC - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina

PT – Partido dos Trabalhadores

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SPC – Sistema de Proteção ao Crédito

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNASCO - União Nacional de Cooperativas

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas/Empreendimentos de Economia Social do Brasil

UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	23
1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	33
1.1 Contexto do trabalho no capitalismo contemporâneo .....	33
1.2 Cooperativismo e economia solidária .....	41
1.2.1 Origens do cooperativismo .....	41
1.2.2 Cooperativismo no Brasil .....	47
1.2.3 Economia solidária .....	54
2 CAMINHO METODOLÓGICO .....	69
2.1 A entrada no campo .....	71
2.2 Procedimentos de busca de informações .....	78
2.3 Escolhendo um caminho para análise .....	90
2.3.1 O processo de análise dos discursos .....	97
3 A HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO(S) LUGAR(ES) DE SABER/PODER .....	101
3.1 Os primeiros passos, as primeiras dificuldades .....	104
3.2 O lugar do feminino nas relações com o trabalho: a “escolha” pela costura .....	122
4 O COTIDIANO DE TRABALHO .....	139
4.1 Divisão e execução das tarefas .....	141
4.2 Política de remuneração .....	155
4.3 A conquista de mercado e as novas exigências .....	162
4.4 Gestão: velhos e novos modos de trabalhar .....	169
4.5 Condições de saúde e benefícios sociais .....	182

4.6 Rotatividade e terceirização .....	190
4.7 Processos de tomada de decisão .....	196
4.8 O(s) estado(s) de poder na construção das relações .....	202
4.9 O futuro da cooperativa .....	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	215
REFERÊNCIAS .....	223
APÊNDICE A – Roteiro de questões norteadoras para grupo focal .	239
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	243
APÊNDICE C – Códigos utilizados na transcrição do grupo focal ..	245
APÊNDICE D - Trecho de transcrição de um dos grupos focais (conforme códigos de transcrição no Apêndice C) .....	247

## INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por um intenso processo de industrialização balizado por um acelerado avanço tecnológico, por crises econômicas, transformações nos processos produtivos, que passaram a imprimir novos modos de organização ao trabalho e a exigir novas capacidades dos trabalhadores. A herança dessas transformações para a sociedade atual inclui aspectos como: desemprego estrutural, flexibilização e precarização do trabalho, enfraquecimento da organização da classe trabalhadora, entre outros. Como parte deste cenário vão se configurando novos modos de produzir-se como sujeito. Individualização exacerbada, acirramento da competição dentro e fora do local de trabalho, consumismo e descartabilidade dos produtos, destruição dos recursos naturais são alguns indicativos que esboçam o contexto contemporâneo.

Se de um lado as mudanças nos processos produtivos tiveram como foco o aumento da produtividade, com vistas à acumulação de capital, de outro, seus efeitos, notavelmente o agravamento da crise, abriram espaço para o surgimento e o avanço de outras formas de organização do trabalho. Assim, em diferentes partes do mundo, surgem práticas de relações econômicas e sociais como uma importante resposta dos trabalhadores e das comunidades pobres contra a exploração humana, especialmente buscando geração de trabalho e renda para pessoas excluídas do mercado formal de trabalho.

No Brasil, de forma mais representativa a partir de 1980, o cooperativismo ganhou um destaque especial, sendo mobilizado por diversos segmentos da sociedade, com uma variedade de objetivos e

interesses. As cooperativas, de um modo geral, sejam elas de produção, consumo ou crédito, ressurgem no cenário como algumas das formas de organização do trabalho e de alternativa ao desemprego, sob a marca da economia solidária (ES)<sup>1</sup>.

Contudo, é prioritariamente na segunda metade da década de 1990 que as iniciativas em torno do movimento de ES tomam impulso e se multiplicam. Cunhado a diferentes mãos e ideias, na sua inabarcável heterogeneidade e multiplicidade, seus ideais vêm se objetivando na interlocução com os movimentos sociais, sindicatos, universidades, fundações e outras entidades que servem de apoio e fomento ao projeto.

Neste contexto, os empreendimentos de economia solidária (EES) emergem como a forma mais visível da expressão deste movimento. Com base nos últimos dados publicados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE (BRASIL, 2007), os EES chegam a mais de 22 mil no país, representando uma parcela deste movimento, o qual tem crescido em larga proporção, atingindo atualmente cerca de 1,6 milhões da população brasileira. Estes empreendimentos servem como ponto de suporte e fixação a uma estratégia governamental de geração de trabalho e renda, que se configura no Brasil, de forma mais ampla, especialmente a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003.

Mais do que uma iniciativa de superação ao quadro político/econômico que se apresentava no final do século XX, a economia solidária representa, especialmente na ótica de seus

---

<sup>1</sup> A Economia solidária surge como modo de produção e distribuição que se propõe ser alternativo ao modelo capitalista. Para tanto, adota como princípio a unidade entre a posse e o uso dos meios de produção, bem como preza pela distribuição justa e igualitária do que for produzido (SINGER, 2002a). Tais aspectos serão mais bem definidos adiante.



idealizadores, um “modo alternativo” que desafia a lógica hegemônica do capital, propondo novos modos de produzir e distribuir a riqueza, consumir, de se relacionar com os homens e com a natureza. Paul Singer<sup>2</sup> (2002a) destaca que os empreendimentos que têm como base a ES se vinculam aos princípios do cooperativismo, sendo também e talvez, fundamentalmente, organizações dentro das quais são esperadas relações humanas muito diversas daquelas promovidas por uma organização social essencialmente competitiva: relações de igualdade, colaboração e preocupação com o bem-estar do ser humano como valor essencial.

De outro lado, embora reconheça que as atividades próprias da economia solidária sejam dotadas de um sentido social, Antunes (2007) salienta que a ES, na condição de mecanismo minimizador do desemprego estrutural, cumpre uma funcionalidade em relação ao sistema capitalista. Nesse sentido, jamais poderá transformar o sistema capitalista vigente. Nesta mesma direção, Santos e Rodríguez (2002) apontam diversas dificuldades que as organizações ligadas ao movimento de ES enfrentam, seja para se constituírem e se fortalecerem numa esfera econômica pautada pela lógica de mercado, seja para manterem-se fiéis aos valores que regem o cooperativismo. Estas diferentes visões vinham sendo alvo de reflexões no trabalho que desenvolvia como psicóloga junto à ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares)<sup>3</sup>. Em minha atuação percebia que não havia

---

<sup>2</sup> Paul Singer é coordenador da SENAES, sendo considerado, no Brasil, um dos autores expoentes nos estudos de iniciativas fundamentadas no associativismo.

<sup>3</sup> A ITCP é um Programa Permanente de Extensão Universitária que tem por finalidade promover, a partir da sua organização para o trabalho, a inserção na economia formal de grupos socialmente excluídos. A Incubadora constitui-se em uma entidade de apoio e fomento aos EES, que se propõe a atuar na perspectiva da Economia Solidária.

nem uma total descontinuidade, mas também nenhuma homogeneidade entre o modelo ideal proposto e a realidade de cada empreendimento. Pode-se afirmar, portanto, que a economia solidária se produz na constante interação dos indivíduos com o contexto próximo e mais abrangente. Este cenário revela que fazer parte do movimento de ES não implica, necessariamente, a apropriação de seus princípios no fazer cotidiano, o que pode revelar algumas contradições.

No contexto de sua dinâmica laboral, os diferentes coletivos que pude acompanhar se revelavam como um emaranhado de situações que vinculam formas de sujeição, esquemas de conhecimento, criação, laços afetivos, solidários, jogos de força, contradições, conflitos. Enfim, um entrelaçamento de relações imprecisas e tênues que são construídas numa espécie de vaivém incessante. Embasadas por um regime de verdade, estas organizações induzem/ impõem ao sujeito certo discurso, determinam “funções”, atributos e posturas que podem/devem exercer, aprovando ou reprimindo práticas, delimitando o campo de possibilidades do sujeito. Uma possível leitura é de que o modo de organização e funcionamento destes empreendimentos dependem, fundamentalmente, das relações de saber/poder que estão imbricadas neste processo, tornando-se uma pedra angular de efetivação ou não de práticas voltadas à perspectiva da ES.

Buscando ampliar o olhar sobre este contexto, busquei por meio da pesquisa em bases de dados<sup>4</sup> conhecer o estado da arte em torno desta temática. Em análise aos resumos dos registros encontrados, pôde-se observar que, em sua maioria, tratam de relatos de

---

<sup>4</sup> Foram realizadas pesquisas em quatro bases de dados: Scielo, Portal de Domínio Público – Teses e dissertações CAPES, Index Psi e Sirius (Elsevier). Utilizando o descritor “economia solidária” foram encontrados 80 registros.

pesquisa/experiência, realizados junto a coletivos que estão inseridos no movimento de ES. Geralmente, estes estudos vinculam-se à área da Psicologia Social, perpassando pela discussão da subjetividade, sentidos do trabalho, relações de gênero, processos grupais e saúde do trabalhador. Foram encontradas, ainda, discussões teóricas, as quais problematizam o projeto de ES, seus princípios e contradições e a relação com as políticas públicas. Nesses resumos são apresentados alguns paradoxos relacionados ao trabalho associativo, revelando posicionamentos favoráveis e críticos à visão do modelo autogestionário como modo alternativo de produção.

Embora os achados revelem uma quantidade considerável de publicações entorno do tema “economia solidária”, não foram encontrados, nas bases pesquisadas, registros para a associação dos descritores “economia solidária”, “relações de saber”, “relações de poder”. Tal aspecto reforçou a importância de lançar novos olhares sobre estas experiências, despertando-me o desejo de aproximação com esse campo. Neste sentido, parti da seguinte questão de pesquisa: “Como se caracterizam as relações de saber/poder em uma cooperativa inserida no movimento de economia solidária?” Para tanto, definiram-se como objetivos da pesquisa: conhecer os modos de organização e funcionamento do empreendimento; compreender como se caracterizam as relações de saber/poder nas instâncias decisórias e nas relações cotidianas e compreender que modos de subjetivação estão engendrados pelos/nos jogos de saber/poder que perpassam as relações construídas na dinâmica do trabalho.

Na busca de responder a questão proposta, foi desenvolvido um estudo em uma cooperativa de costura inserida no movimento de

economia solidária. A escolha por esse empreendimento deve-se ao fato dele apresentar algumas características que o aproximam da ES: envolvimento com seu entorno social, participação diária dos membros no trabalho e gestão do empreendimento, desenvolvimento e atuação das lideranças no contexto local/regional por meio dos espaços políticos do movimento de ES (fóruns, seminários, congressos etc.), geração de renda efetiva aos seus membros, atuando competitivamente no mercado de confecções do município onde está localizado. Uma de suas cooperadas exerce papel de liderança dentro do movimento, ministrando inclusive cursos aos demais empreendimentos envolvidos com a economia solidária, comunidade acadêmica e em outros contextos, relatando a experiência do coletivo como forma de exemplo de um empreendimento “que deu certo”. Tais características o destacam dentre os demais empreendimentos incubados pela ITCP.

Enquanto espaço de múltiplas possibilidades, esse empreendimento solidário faz parte de um conjunto de produções, discursos e representações advindas de uma lógica circunstancial de poder e de saber, dentro do qual se estabelecem as necessidades e exigências de dar visibilidade à efetividade do projeto de economia solidária. Nesse sentido, é no campo das correlações de força, a partir da perspectiva foucaultiana, que me proponho a analisar os mecanismos de poder.

Para Foucault (1995/1997), entre poder e saber não se estabelece uma relação denexo causal. Nessa direção, ao contrário de pensar o primeiro como causa e o segundo como efeito (ou vice-versa), enfatiza a presença de um total entrelaçamento (“encontro”) entre um e outro. Assim, as relações de saber/poder não se encontram em posição

de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, tais como os processos econômicos, políticos, ideológicos, as relações de conhecimento, mas lhe são imanentes; “são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações” (FOUCAULT, 1997, p. 90). Considerando estes pressupostos trata-se, portanto, de se aproximar do poder, atentando, necessariamente, para a visibilidade de suas relações que provocam, induzem e estimulam disciplinamentos, constrangimentos, comportamentos, emoções.

A partir do que foi exposto, este estudo busca construir pontes que conectem os saberes locais com o saber acadêmico, dando abertura para a produção de novos posicionamentos, conhecimentos e novas redes de saber. Nesse sentido, esta pesquisa justifica-se pela sua relevância social na medida em que pode investigar a importância das relações na constituição, organização e funcionamento dos empreendimentos solidários, bem como as possibilidades e limitações destes ante as problemáticas sociais do modelo econômico vigente. Além disso, como relevância acadêmica e científica produzirá novos conhecimentos acerca da temática estudada, podendo servir de subsídio para discussões, tanto em nível micro (internas ao empreendimento) como em nível macro, em torno das políticas públicas vinculadas à criação de “modos alternativos de produção”.

Esta pesquisa será apresentada em quatro capítulos. O primeiro expõe, a partir de referenciais teóricos críticos, uma revisão bibliográfica dos temas abordados. Sua leitura fornece subsídios para compreender as profundas e importantes mudanças ocorridas historicamente no chamado “mundo do trabalho”. Ao apresentar uma

realidade não estática, mas dialética e em constante transformação, autores como Marx, Souza Santos, Rodríguez, Teixeira e Singer assinalam como as forças de produção e as relações produtivas advindas com o capitalismo moderno foram engendrando novos modos de relações sociais, de organização econômica, política, bem como de novas representações intelectuais. Este campo de lutas de ideias e de forças ajudou a desenhar diferentes projetos de sociedade, por vezes contraditórios entre si. Um deles é o campo do cooperativismo e da economia solidária, pano de fundo do objeto desta pesquisa. Nessa seção também é marcante a presença de autores que estudam os “empreendimentos solidários” na atualidade, como Pedrini, Mance, Nascimento, os quais trazem importantes contribuições acerca da diversidade de práticas e experiências nesse campo.

Na sequência é apresentado o caminho metodológico adotado no estudo. Nesse busco traçar um pouco da história de minha estada no campo e também fora dele, quando são apresentados os procedimentos para a busca de informações e construção do processo de análise dos resultados. Neste, cabe destacar o potencial do recurso fotográfico como dispositivo capaz de construir novas visibilidades e análise do discurso como ferramenta capaz de problematizar seus jogos de produção – de que forma e sob quais condições de possibilidade ele emerge no campo discursivo.

Buscando dar maior visibilidade aos achados da pesquisa, a descrição e a análise dos resultados estão divididas em duas partes: o terceiro capítulo apresenta a história de constituição da cooperativa, destacando o lugar do feminino nas relações com o trabalho e a “escolha” pela costura; o quarto capítulo tem como foco o processo de

organização do trabalho no empreendimento, quando se lança o olhar para as lutas constantes e contraditórias de afrontamento, negociação, aceitação e resistência, não só nas relações internas, entre os sujeitos que compõem a cooperativa, mas também nas relações que estabelecem com seu entorno maior, especialmente com o mercado de trabalho.

A relação com o pensamento foucaultiano se estabelece pelo objeto de análise: as relações de saber/poder na sua diversidade de encadeamento com as capacidades objetivas (domínios da técnica, do trabalho e da transformação do real) e com as relações de comunicação (elaboração de signos, produção de discursos, circulação de elementos significantes). Dado o mútuo entrelaçamento destes dois domínios, é possível pensar que as relações de poder se exercem através da produção e da troca de signos, não sendo dissociáveis das atividades finalizadas, sejam aquelas que, para se desdobrarem, recorrem a relações de poder, como por exemplo divisão e hierarquia do trabalho, sejam aquelas que permitem exercer o poder, tais como maneiras de se induzir a prevalência de uma ideia.

Assim, este referencial ajuda a refletir e analisar a maneira, o modo, o “como” as relações de saber/poder se constroem, circulam, funcionam, se sustentam, e como a incitação recíproca entre eles produz modos de subjetivação. Interessa aqui “como” não no sentido de “como se manifesta”, comparado a algo natural e próprio de cada indivíduo, mas “como se exerce”, no jogo de relações entre indivíduos.

A discussão é encerrada com algumas considerações tecidas a partir da experiência estudada. Nesta, ousou apontar alguns indícios sobre o futuro da cooperativa a partir das relações de saber/poder e dos processos de subjetivação ali engendrados. Por fim, a problematização

ii sobre os principais desafios e perspectivas na construção das práticas autogestionárias.



# **1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA**

## **1.1 Contexto do trabalho no capitalismo contemporâneo**

Particularmente nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando um cenário de profundas transformações. A crise experimentada pelo capital, bem como suas consequências, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva fazem parte, tem acarretado profundas mudanças no chamado “mundo do trabalho”. Como exemplo, pode-se citar o enorme desemprego e a precarização das relações de trabalho.

Este cenário, apesar de contemporâneo, remonta aos nuances da (re) produção e da manutenção do sistema do capital, que tem como ponto de partida o século XIX, fazendo com que muitos dos problemas sociais por ele provocados mesmo se repitam e transponham para as épocas atuais. Na Europa, a ruptura com os antigos modos de produção, novas formas de apropriação do trabalho, do capital, bem como o advento de novas relações sociais demarcavam a soberania do capitalismo moderno. De acordo com Teixeira (2002), importantes acontecimentos construíram as bases do plano econômico, cultural, artístico e ideológico do moderno capitalismo e suas grandes transformações. Dentre estas, ganham destaque no século XVII a “Revolução Gloriosa” e no século XVIII a Revolução Industrial Inglesa, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa.

Pode-se afirmar que enquanto nas formas societárias anteriores a produção material se caracterizava por um alto grau de auto-

suficiência, o desenvolvimento do sistema global do capital difundiu a divisão hierárquica do trabalho, subordinando suas funções vitais ao capital. Este conjunto de fatores deflagrou uma espantosa aceleração de transformações, especialmente nos cem anos que vão de 1775 a 1875. Inovações tecnológicas, variedade e expansão do comércio, mudanças na divisão do trabalho e das relações de emprego constituíram um *boom* secular de crescimento econômico.

Se por um lado aumentou a riqueza produzida, de outro esta situação agravou simultaneamente uma grande desigualdade social. A utilização das máquinas em larga escala revolucionou radicalmente o modo de produção, rompendo com a unidade técnica entre o trabalhador e sua ferramenta, inaugurando, como afirma Teixeira (2002, p. 17), “processos de desqualificação do trabalhador e de desvalorização do trabalho que passam a ser marca indelével dos novos processos produtivos”. Aos trabalhadores, expropriados de seus meios de sobrevivência e expulsos do campo, não restava alternativa a não ser vender sua força de trabalho. Assim, o assalariamento configurou-se como uma nova forma de trabalho degradante para a maioria das pessoas, acarretando no agravamento das precárias condições de habitação, alimentação, condições de trabalho, as quais eram marcadas por jornadas extremamente duras, salários baixíssimos, locais insalubres, bem como o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho.

Uma das formas mais conhecidas de expressão da resistência por parte dos trabalhadores ingleses foi a destruição das máquinas

durante o Movimento Luddista<sup>5</sup>. Esta forma inicial de resistência acabou por evoluir para um terreno cada vez mais político, com articulação aos sindicatos e através do movimento que ficou conhecido como “cartismo<sup>6</sup>”.

Embora as manifestações da classe operária ganhassem cada vez mais amplitude, pode-se afirmar que no século XX a concentração e a centralização do capital continuaram a expandir, especialmente no período pós-Segunda Guerra Mundial (conhecido como “anos dourados” ou “trinta anos gloriosos”), que vigorou em vários países capitalistas mais avançados, especialmente na Europa.

No contexto laboral, o binômio taylorismo/fordismo representou a forma mais avançada da racionalidade capitalista do processo de trabalho. De acordo com Navarro e Padilha (2007), o contexto de trabalho era marcado pelo desenvolvimento de métodos padronizados e generalizados, que asseguravam o controle das atividades pela gerência, através da “análise científica” do trabalho. Com a nítida separação entre elaboração e execução, o capital suprimia a dimensão intelectual do trabalho, possibilitando o desenvolvimento do operário-massa (*mass worker*).

Ao Estado cabia o papel de mediador entre as entidades representantes do capital e do trabalho, especialmente os sindicatos e partidos políticos. Para Antunes (2007), se de um lado o papel do

---

<sup>5</sup> O Luddismo foi a mais violenta forma de resistência dos trabalhadores à maquinaria. Ocorrido na Inglaterra, no período de 1811 a 1817, expressou-se pela destruição das máquinas e a queima de propriedades dos grandes empresários (HOBSBAWN, 1982).

<sup>6</sup> A Associação dos Trabalhadores apresentou ao Parlamento, no período entre 1838 e 1848 documentos reivindicatórios, intitulados como “Carta do Povo”. Estes documentos, entre outras coisas, reivindicavam o direito ao voto, com abolição do voto censitário, redução da jornada de trabalho, representação da população no parlamento. Devido à coerção do exército e da liderança radical o movimento não obteve muito êxito, vindo a definhar. (TEIXEIRA, 2002).

Estado-providência ostentava ganhos sociais e seguridade social aos trabalhadores, em troca delimitava o campo de lutas das classes, visando ao abandono do projeto social-democrático do movimento operário. Assim, foi se verificando progressivamente a subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos, convertendo-se numa espécie de engrenagem do poder capitalista.

No final dos anos 60 e início dos anos 70 do século XX, o contexto europeu foi marcado por intensas mobilizações operárias, as quais se constituíram como uma das principais causas da chamada “crise de 70”. Estas lutas evidenciavam o descontentamento não só em relação ao modo de produção imposto pelas empresas, como também aos organismos de representação dos trabalhadores, os quais se mostravam incapazes de incorporar efetivamente os movimentos sociais de base operária.

De acordo com Antunes (2007), dada a lógica expansionista, globalizante e destrutiva, o sistema de metabolismo social do capital passou a assumir cada vez mais uma profunda estruturação crítica, exibindo “características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos uma crise permanente e crônica, com perspectiva de uma profunda *crise estrutural*” (ANTUNES, 2007, p. 27, grifos do original). Para o autor, a crise estrutural que se apresentava foi influenciada por um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram: esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, internacionalização dos capitais produtivos e financeiros, fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas, crise do “Estado do bem-estar-social”, incremento das privatizações, desregulamentação e

flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Como resposta capitalista à crise gestou-se a transição do modelo taylorista/fordista para novas formas de acumulação flexível, entre as quais se destaca especialmente o modelo japonês, ou o “toyotismo”. Considerado mais flexível e enxuto, este modelo objetivava a redução dos custos de produção, maior variabilidade de suas mercadorias, melhoria da qualidade de seus produtos, serviços e de sua produtividade. Já o plano ideológico fez-se por meio de “um culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 2007, p. 48). Instaura-se a lógica do “trabalhador 'altamente qualificado', 'polivalente', 'multiprofissional’” (NAVARRO; PADILHA, 2007, p. 18). Muda-se o foco das exigências: de um trabalho manual e forçado para um trabalho que exige maiores domínios psíquicos.

Apesar destas transformações, Montão (2003, p. 28) ressalta que “a ‘toyotização’ ou a flexibilização da indústria fordista não pode ser interpretada como eliminação do padrão de acumulação taylorista/fordista; trata-se de um processo que não se desenvolve de forma linear e tranquilamente”. Ou seja, o que se observa é que não existe atualmente um paradigma de desenvolvimento dominante, mas a coexistência de diversos modelos de produção, os quais podem reproduzir-se, simultaneamente, num mesmo país, região ou até mesmo em uma única empresa.

Além da reestruturação produtiva, por meio de diferentes formas de acumulação flexível, outra importante frente de combate à

crise foi o advento do neoliberalismo, que abriu a economia e reduziu a presença do Estado no mercado, transferindo determinadas atividades como a geração de trabalho, por via da privatização das empresas estatais e diversos programas sociais, para a iniciativa privada (MONTÃO, 2003).

Embora a adaptabilidade, em maior ou menor escala, estivesse condicionada às particularidades de cada país no que diz respeito às condições econômicas, sociais, políticas, ideológicas, não dá para negar que todos os fatores mencionados configuraram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada do ciclo de acumulação e na recuperação de sua rentabilidade no setor industrial em geral e para vários ramos do setor de serviços. Inovações tecnológicas, o avanço da informática nas diferentes áreas de conhecimento e a sofisticação dos sistemas de comunicação expressam características importantes de um novo cenário econômico, político e social, marcado pela expansão da globalização.

De acordo com Scherer (1999), a globalização consiste em um fenômeno com múltiplas facetas, remetendo às esferas social, econômica, tecnológica, comunicacional, cultural e subjetiva. Dentre seus principais aspectos, está associado um conjunto de alterações nos padrões tradicionais de produção e comércio, nacionais e internacionais, caracterizado pela ausência de fronteiras e taxas alfandegárias que facilitariam o comércio entre as nações. Este processo e suas implicações ideológicas estão fundamentalmente alicerçados no modelo político e econômico neoliberal de defesa ao livre mercado e à concorrência. Assim, o que se observa é a legitimação da ação dos grupos econômicos, em sua maioria grandes organizações

multinacionais, que são resultados de alianças estratégicas, fusões e aquisições de empresas, as quais elaboram seus planos numa perspectiva que ultrapassa o domínio de ação dos Estados.

No Brasil, as medidas de globalização da economia passaram a exigir uma crescente flexibilização na organização do trabalho, fato que revitalizou velhas práticas de trabalho condizentes com as necessidades de um mercado econômico instável, tais como a prestação de serviços ou os trabalhos temporários. Em virtude de o mercado de trabalho se tornar cada vez mais restrito e exigente, dificultando nele a inserção, o que se verifica é o aumento da informalidade juntamente com o aumento do desemprego e da precarização.

Assim, a sociedade capitalista - inclua-se o Brasil -, assistiu na década de 1990 ao desemprego estrutural. Segundo Singer (2001), este fenômeno é intrínseco à ordem sócioeconômica de um país, privando o trabalhador do exercício profissional e do usufruto de seus direitos de cidadão, visto que, ao deteriorar o mercado de trabalho, dificulta ainda mais o acesso dos trabalhadores aos novos postos de trabalho.

Segundo Mattoso (2001), o desemprego assumiu proporções alarmantes, atingindo, no final da década de 1990, aproximadamente 20% da população economicamente ativa em algumas metrópoles brasileiras<sup>7</sup>. A emergência de formas alternativas de ocupações,

---

<sup>7</sup> Contraditoriamente ao que se observou na década de 90, no período de 2003 a 2011, houve uma diminuição na taxa de desocupação (ou desemprego aberto - percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas). Em dezembro de 2011 a taxa de desocupação foi de 4,7%, a menor já registrada desde 2002. Em dezembro de 2003, essa taxa havia sido de 10,9%, ou seja, mais que o dobro da verificada em dezembro último. O percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, no setor privado, passou de 39,7% em 2003 para 48,5% em 2011 o que, consequentemente, aumentou o contingente de trabalhadores que contribuíam para a Previdência Social. O rendimento domiciliar per capita cresceu em 35,5% neste mesmo período (IBGE, 2012).

invariavelmente precárias, terceirizações, desestabilização dos sindicatos, entre outras, configuraram um quadro desolador do mundo do trabalho naquele período. Para o autor citado, a precarização remete às condições de trabalho e também às relações de trabalho. No primeiro caso, pode ser percebida pelo aumento crescente do trabalho sem registro na carteira e sem direitos trabalhistas, pelos trabalhos parciais, sem remuneração fixa (“bico”), e pelos trabalhos independentes (autônomos). O segundo refere-se aos contratos de trabalho temporário desregulamentado, deteriorando as relações entre trabalhadores e destes com a empresa.

O panorama apresentado marcou o contexto político, econômico e social brasileiro na década de 1990, levando à evidência de novas formas de organização popular, que passaram a desenvolver ações voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes, tais como os altos índices de desemprego e a precarização das relações de trabalho. Como exemplo tem-se a expansão do “terceiro setor”. Este se caracteriza pelas formas alternativas de atividades sociais movidas por valores “não mercantis”, como rede de organizações conhecidas como voluntárias, não governamentais, privadas sem fins lucrativos, públicas não estatais, etc. e por atividades econômicas com perfil mais solidário, dentre as quais a economia solidária, como alternativa de geração de trabalho e renda, faz parte.

Tendo em vista os diferentes posicionamentos, e muitas vezes contraditórios, por parte de autores que abordam esta temática, torna-se necessário ampliar o debate sobre estas experiências. Neste sentido, busca-se melhor caracterizar as origens, conceitos e práticas que configuram o cooperativismo e a economia solidária como propostas



capazes de embasar “modelos alternativos de produção”. Estes elementos subsidiarão a elaboração de análises acerca das relações de saber/poder que permeiam a gestão do trabalho cooperativo, considerando o empreendimento solidário estudado.

## **1.2 Cooperativismo e economia solidária**

### **1.2.1 Origens do cooperativismo**

Diversos teóricos versam sobre a origem do cooperativismo, registrando diferentes marcos históricos. Um ponto em comum é que o cooperativismo tem suas raízes em algumas iniciativas teóricas e práticas, as quais buscaram se constituir como alternativas para uma nova ordem social no cenário europeu. De acordo com Santos e Rodríguez (2002), o pensamento e a prática cooperativista modernos são tão antigos quanto o capitalismo industrial.

Pensadores como Saint-Simon, Fourier e Owen influenciaram o panorama social e econômico do início do século XIX, provocando um intenso debate político sobre o caminho ao socialismo e suas direções, considerando as relações de produção e sociais que já estavam dadas pela grande indústria. Nas palavras de Teixeira (2002, p. 27), este grupo de autores “constituem a primeira leva de críticos à realidade da época, formando, em seu conjunto, uma espécie de painel do socialismo anterior a Marx”.

Saint-Simon (1760-1825), por meio de sua crença positivista, sua fé inabalável na ciência e no progresso humano, exerceu grande

influência no pensamento francês do século XIX. Enquanto profundo crítico da ordem social vigente, em seu pensamento é latente a necessidade de mudança social a qual requereria mudar a forma de apropriação da riqueza.

Para Saint-Simon a única forma de minimizar as desigualdades era reorganizando a política da sociedade, o que se daria pela mão dos pobres, os quais deveriam assumir os espaços do aparato administrativo do Estado, eliminando quem prejudica a nação com as teorias conjecturais<sup>8</sup>. Entende-se que “não pregava, no entanto, a abolição da propriedade, mas sua reorganização sob o controle do Estado” (SAINT-SIMON, 2002, p. 48). Com base em seus pressupostos, a reestruturação da sociedade se daria pelo amadurecimento e entrelaçamento de várias indústrias, o que denominou de “sistema industrial”, no qual caberia ao “homem ser classificado conforme sua capacidade e retribuído segundo suas obras (sua produção)”<sup>9</sup>.

Nesta época, o matemático François Marie Charles Fourier (1772-1837) apresentou um plano de reorganização da sociedade por meio do “método societário natural”, o qual proporcionaria maior êxito à classe média urbana que as formas tradicionais do capitalismo. O plano de Fourier considera a formação de falanstérios<sup>10</sup> pela atração passional<sup>11</sup>, por meio dos quais acreditava que o mal da sociedade seria

---

<sup>8</sup> Por “teorias conjecturais”, Saint-Simon entende todas as teorias “metafísicas”, isto é, não fundadas sobre conhecimentos científicos (TEIXEIRA, 2002, p. 60).

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 48

<sup>10</sup> Um grupo pode ser inicialmente formado por sete ou nove pessoas, cuja reunião deveria ser segundo as inclinações, gostos ou paixões particulares, de modo que os indivíduos que tivessem gosto e inclinação a um trabalho, indústria ou arte determinada, formariam um grupo; os que tivessem outras inclinações formariam outros grupos e assim sucessivamente. Estes grupos deveriam reunir em séries de vinte quatro a trinta cada uma e, finalmente, as séries agrupadas dariam lugar aos *falanstérios* (FOURIER, 2002).

suprimido, pois o trabalho se converteria em uma ocupação agradável, escapando ao valor de carga ou maldição atribuído ao trabalho pela sua necessidade e/ou obrigação. A partir destes pressupostos, Fourier apresenta então um novo significado e aprofunda o tema da associação, definindo o que levaria as pessoas a se unirem, para além dos membros familiares, o que ele chamou de “formação das unidades sociais” (FOURIER, 2002).

De acordo com Buber (1971), tem-se como ponto pacífico entre Saint-Simon e Fourier a ideia da associação, porém sob prismas diferenciados. Em Saint-Simon se observa a similaridade com um dos princípios da Revolução Francesa, principalmente ao defender a ideia de uma única coordenação para todas as associações (princípio das corporações), motivadas ao mesmo fim industrial até que fosse possível cada uma coordenar-se para obter o mesmo objetivo (concorrência). Ao contrário, Fourier primava pelo direito à associação, pois acreditava que a concorrência inicial redundaria numa situação oposta a que se pretendia, isto é, em grandes monopólios.

A experiência inglesa de Robert Owen (1771-1858) constituiu-se também como uma importante iniciativa em torno da busca de um novo modelo de sociedade. Para tanto, em termos teóricos defendia a tese do “sistema social”. Buscando dissolver a grande indústria e retornar à velha indústria rural, este novo sistema seria organizado através de aldeias-modelo, não exclusivamente agrárias, de modo a extinguir a propriedade privada (TEIXEIRA, 2002).

---

<sup>11</sup> Motivação ou o que mobiliza as pessoas para formar uma associação, que conforme Fourier ocorre segundo um fim desejado, no qual as pessoas identificam-se em um dos dois grupos: grupo de amizade (os maiores), onde a identidade reside na ambição e o vínculo estabelecido é corporativo e o outro, o grupo de amor (os menores), em que a identidade é a paternidade ou a família (FOURIER, 2002).

No “sistema social” proposto, a educação ocupava um lugar central, uma vez que ele queria “remoralizar as classes inferiores [...] imprimir no jovem idéias e hábitos que contribuirão para a felicidade futura do indivíduo e do Estado; e isso só pode ser alcançado instruindo-os para se tornarem seres racionais” (THOMPSON, 1987, p. 382). Nesse sentido, a educação tinha a função de garantir que as leis externas fossem adequadas às leis da natureza, ou seja, o homem amparado pela educação se dará conta de que é essencialmente sociável e que essa condição lhe possibilita um “momento favorável para introduzir o sistema racional, para reformar o caráter do homem e para governar a população do mundo em unidade, paz, aperfeiçoamento e felicidade progressiva [...]” (OWEN, 2002, p. 142).

A teoria de Owen apresentou ao mundo o sistema industrial que mais tarde se difundiu pela Inglaterra, a New Lanarck, e depois, a New Harmony, em 1824, na América do Norte, as quais inspiram o cooperativismo moderno. Anterior a este modelo de cooperação existiram outros que tinham como objetivo facilitar a vida social das sociedades agrícolas e pastoris.

As ideias de Owen ganharam um terreno político com a articulação ao ideal do movimento operário o que resultaria, mais tarde, na criação da cooperativa de consumo dos 28 Tecelões de Rochdale, fundada em outubro de 1844, chamada de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (*Rochdale Society of Equitable Pionner*). Influenciados pelos ideais socialistas, configurou-se como uma organização social representando o início do cooperativismo moderno.

Pode-se afirmar, a partir das contribuições de Teixeira (2002), que este primeiro grupo de autores – formado pelos franceses Saint

Simon e Fourier e pelo inglês Owen - correspondem aos chamados “socialistas utópicos”. Engels, que assim os designou, quis chamar atenção para a ambiguidade de suas ideias propostas.

Para Engels (1985) o socialismo, como sistema social contraposto ao capitalismo, representou na reforma concebida pelos projetos de organização da sociedade mencionados, a falta de atenção à realidade política e social da época, aos interesses materiais envolvidos e, por isso, foi incapaz de superar por completo a ideologia e as instituições que recusava.

De acordo com Buber (1971), Engels ao se referir às teorias dos “sistemas” define como “grandiosos sistemas de reforma, que, a pretexto de reorganizar a sociedade, pretendem conservar as bases da sociedade atual e, portanto, essa mesma sociedade; por esse motivo, são qualificados de socialistas burgueses” (BUBER, 1971, p.10).

A partir do pensamento de Engels, Teixeira (2002, p. 28) afirma:

Nisso consiste a utopia. Deslumbrados com os avanços da ciência tinham uma fé inabalável na razão e na onipotência do pensamento, acreditando, por isso, que a educação e a universalização do conhecimento científico eram o único caminho para transformar a sociedade e o homem.

De modo geral, os pressupostos de Marx e Engels opõem-se fortemente ao modelo proposto pelos socialistas utópicos, aqui também se referindo a Proudhon, em especial no que diz respeito à subordinação dos homens ao trabalho, mostrando que sua proposição não apreende a discussão da propriedade, marcando definitivamente a diferença entre o socialismo utópico e o científico (MARX; ENGELS, 2004).

Como condição contrária à proposta pela teoria dos sistemas, Marx e Engels apresentam um projeto para a Liga dos Comunistas. Este é apresentado no Manifesto do Partido Comunista de 1848, o qual apresenta a luta de classes como inevitável para o triunfo da classe trabalhadora sobre a burguesia. De acordo com Buber (1971), Marx e Engels pretendiam demonstrar que era preciso colaborar, conscientemente, no processo histórico de transformação da sociedade sendo, neste processo, o cooperativismo uma das estratégias primordiais.

Para Marx (1866), a principal contribuição do movimento cooperativo reside na sua habilidade para demonstrar de forma prática que os trabalhadores são capazes de controlar e gerir os meios de produção. Nas suas instruções aos delegados presentes no I Congresso da Associação Internacional de Trabalhadores em Genebra, em Setembro de 1866, ele referiu

Nós reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da presente sociedade baseada no antagonismo das classes. O seu grande mérito é mostrar, em termos práticos, que o presente sistema da subordinação do trabalho ao capital, que é despótico e aumenta a pobreza, pode ser suplantado pelo sistema republicano e benéfico da associação de produtores livres e iguais (MARX, 1866, s.p).

Marx (1866), ao fazer referência ao movimento cooperativo, considera que se trata de uma forma de articulação da classe trabalhadora que deve reagir diante do antagonismo de classe. Entretanto, fica claro nas colocações do autor que o cooperativismo não pode ser tomado como ação principal da classe trabalhadora ante a

ordem burguesa. Isso porque faz parte de um processo de reorganização dos trabalhadores capaz de articular a luta política à luta econômica, porém ineficiente para desestruturar a ordem capitalista, uma vez que coexistem com o antigo modo de cooperação e legitimam as ações do Estado capitalista, o qual garante a acumulação de riqueza.

As interpretações de Marx e Engels sobre o cooperativismo nos ajudam a compreender as ações do Estado e/ou sociedade em torno da geração de trabalho e renda. É uma questão relevante porque nos fornece subsídios para compreender como as experiências associativas/cooperativas de trabalho vêm se projetando no século XX e XXI, no campo de lutas em torno do modelo macroeconômico e social hegemônico.

### **1.2.2 Cooperativismo no Brasil**

A literatura indica que, no Brasil, o cooperativismo tem sua origem nos pioneiros esforços das comunidades de imigrantes europeus que procuraram organizar suas estruturas de compra e venda em comum, além de suprir suas necessidades de educação e lazer, através de sociedades cooperativistas. Neste contexto, duas experiências ganham destaque como precursoras: o Falanstério de Sai<sup>12</sup>, fundado em 1841, em Santa Catarina e a Colônia Tereza Cristina<sup>13</sup>, em 1847, no Paraná. Ambas as iniciativas foram instigadas pelo pensamento de

---

<sup>12</sup> Sobre esta experiência ver: Thiago (1995).

<sup>13</sup> Sobre esta experiência ver: Corrêa Fernandes (1995).

Fourier, servindo de referencial a novos empreendimentos coletivos que viriam a emergir posteriormente.

De acordo com Rios (1987), embora a origem do cooperativismo esteja ligada aos ideais de democracia e igualdade, o seu desenvolvimento a partir de novas experiências que vieram a insurgir representa a promoção das elites políticas e agrárias, utilizando o cooperativismo como instrumento de controle social e político. Ademais, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento, especialmente utilizado pelo cooperativismo agrícola, foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário. Autores como Loureiro et al (1981) e Schneider (1981) apontam que esse modelo de modernização buscou favorecer grandes e médios agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência de base familiar.

De acordo com Massi (2000), a primeira legislação que trata das práticas cooperativas é o Decreto-Lei 979, de 1903, quando se abre a possibilidade da constituição das caixas de crédito, de cooperativas de produção e de consumo. Contudo, as diferentes práticas de caráter associativo/cooperativo que emergiam no cenário brasileiro tornaram necessária uma melhor definição das especificidades das cooperativas, culminando em alterações na legislação. Assim, a Lei n. 5.764 entra em vigor em 16 de dezembro de 1971, instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas.



Tanto a Lei do cooperativismo de 1971 quanto a criação da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras)<sup>14</sup>, criada em 1969, representaram forte ingerência do Estado. Se por um lado este contribuiu disciplinando a criação de cooperativas, de outro restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A limitação foi superada pela Constituição de 1988, com a instituição do Sistema Cooperativo Brasileiro, o qual proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo. Sem a tutela governamental, a discussão toma um patamar mais político, fazendo emergir diversas iniciativas, das quais a elaboração de projetos de lei faz parte, buscando garantir maior flexibilidade do movimento ante as novas conjunturas do mercado.

Pesquisa realizada por Sampaio Silva et al. (2004) revela que, no Brasil, cada região apresentou perfis diferenciados no que diz respeito ao processo histórico de organização e estruturação do cooperativismo, o que não permite falar em um único modelo. Estas diferenças regionais foram motivadas, dentre outros fatores, pela forte influência de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – instalados em diferentes extensões territoriais do país, os quais já traziam de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os levaram a se organizar em cooperativas. Assim, assiste-se à emergência de cooperativas rurais e urbanas com atuação voltada, notavelmente, para

---

<sup>14</sup> A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão máximo de representação das cooperativas no país. A entidade veio substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO). Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. (OCB, 2012).

atividades extrativistas, de mineração, agrícola, produção, crédito e consumo.

As décadas de 1980 e 1990, consideradas por vários economistas como as décadas perdidas, podem ser apresentadas como um período de forte expansão das cooperativas de trabalho no Brasil. Com base nos estudos de Pinho (1996), pode-se dizer que este florescimento das práticas cooperativas brasileiras se dá por dois motivos em especial: a visão do poder público de que o cooperativismo poderia ser um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas e a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, em 1932, a qual passou a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação.

Em especial na década de 1990, o cenário apresentava uma nova configuração da economia, marcado pelas transformações tecnológicas da informática e da microeletrônica. Este contexto social se caracterizou por uma crescente e cada vez maior interdependência nas relações mundiais. Interdependência que - associada à valorização excessiva do liberalismo - configura, não só em nosso país, uma profunda crise social representada por índices crescentes de desemprego, miséria, desigualdades e exclusão social, como já exposto.

Segundo Singer e Souza (2000), o crescente processo falimentar das indústrias, inclusive as de grande porte, impeliu os trabalhadores a buscar novas formas de organização, como é o caso de cooperativas formadas por ex-funcionários que assumiam o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservavam seus postos de trabalho. Como exemplo, pode-se citar a criação de três cooperativas no estado de Santa Catarina: a Cooperativa de Trabalhadores Mineiros

(Cooperminas), antiga Companhia Brasileira Carboquímica de Araranguá (CBCA), Coopermetal e Bruscor<sup>15</sup>.

Dados da OCB (2012) e do Departamento Nacional de Registro Comercial – DNRC (2012) revelam alguns números que retratam o crescimento efetivo no número de organizações voltadas ao cooperativismo. Assim, em 1990, pode-se constatar a existência de 4.666 cooperativas registradas no DNRC, saltando para 20.579 cooperativas em 2001. Isso equivale a um crescimento de 331% no número de cooperativas no Brasil em uma década. Esta mesma tendência de crescimento também pode ser verificada quando analisados os números de cooperativas filiadas à maior entidade representativa do cooperativismo brasileiro - a OCB<sup>16</sup>. No ano de 1990, a OCB possuía 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.026 cooperativas em 2001, apresentando um crescimento de 104% ao longo da década de 1990.

De acordo com dados da OCB (2012), em 2010, o país contava com 6.652 cooperativas, divididas em treze ramos de atividade, a saber: agropecuário, consumo, crédito, educacional, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, especial, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer. Do total de 298 mil postos de trabalho gerados por cooperativas, 146.011, o que representa 49%, estão locados no ramo agropecuário. Considerando o número de empregados em todos os ramos, a região Sul destaca-se por apresentar o maior índice sendo, em 2010, responsável pelo emprego de 48% do total de força de trabalho

---

<sup>15</sup> Sobre estas experiências ver Aued e Chaves (2003).

<sup>16</sup> A constatação de registros diferentes divulgados pelas entidades, indicando um número bem mais expressivo no DNRC quando comparado à OCB, justifica-se pelo fato de a exigência governamental condicionar o funcionamento das cooperativas ao registro neste órgão oficial. O mesmo não acontece em relação à OCB, onde a filiação torna-se optativa.

contratada pelo setor cooperativo brasileiro. Quando comparado ao ano de 2009, o cooperativismo brasileiro aumentou o número de associados (9,03%) e de empregos gerados (8,8%). Por outro lado, houve uma redução no número de cooperativas em 8,4%. Para a OCB (2012), este indicador sinaliza para um movimento de aglutinação de cooperativas, visando ganhar mercado e escala, de modo a mitigar as dificuldades econômicas decorrentes de um período pós-crise.

O Estado de Santa Catarina, inserido no contexto global de reestruturação e flexibilização do trabalho, sentiu os efeitos locais deste período. De acordo com os dados do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC, 2012), embora se observe um aumento de mais de 50% no número de associados, quando comparado ao ano de 2000, chegando a atingir 1.130.583 no ano de 2010, o número de cooperativas registradas neste mesmo período diminuiu aproximadamente 15%.

Se, por um lado, esses dados mostram o quanto a organização cooperativa tem se fortalecido, de outro, há um intenso debate no campo político, buscando diminuir “brechas legais”, de forma a inibir práticas fraudulentas das chamadas “cooperativas de fachada”. Estas se constituem como tais, visando beneficiar-se dos incentivos fiscais concedidos às cooperativas, bem como driblar os direitos trabalhistas ao transformarem seus empregados em “sócios”, enquanto o poder de decisão fica nas mãos de pequenos grupos detentores da maioria das cotas. Com vistas a superar esta situação, a legislação cooperativa brasileira sofreu algumas alterações no ano de 2003, dentre as quais cabe destacar a diminuição do número de associados e a substituição dos estatutos por contratos (SAMPAIO SILVA et al, 2003).

Junto a este movimento, destaca-se a emergência de uma perspectiva que visa distanciar-se das antigas práticas cooperativistas que predominaram na implementação do cooperativismo brasileiro, as quais estavam desvinculadas das necessidades de amplos segmentos sociais. Esta nova perspectiva traz em seu bojo o caráter de inclusão social, buscando resgatar os princípios que regem as relações cooperativas: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

Dentre os fatores que contribuíram para esta mudança de enfoque, sinalizando para a revitalização das práticas cooperativas, destaca-se: a ampliação das discussões em torno dos conceitos de desenvolvimento sustentável, economia social e terceiro setor, a flexibilização das relações de trabalho estimulando práticas autogestionárias e a proliferação das organizações de economia solidária como possibilidade de transformação social. Transformações que aparecem intimamente vinculadas à possibilidade de rever, ressignificar, recriar referências, concepções, valores socioculturais, configurando um patrimônio orientador de novas relações, mais solidárias, justas e humanas. Dado o objeto desta pesquisa “compreender como se caracterizam as relações de saber/poder em um empreendimento inserido no movimento de economia solidária”, a seção seguinte nos traz elementos teóricos que ajudam a refletir sobre os diferentes discursos que permeiam esta rede, os quais sustentam correlações de força, emanam, projetam, constroem as relações no e pelo trabalho.

### 1.2.3 **Economia solidária**

Como já foi observado anteriormente, o cooperativismo nasce como uma resposta dos operários às consequências da difusão exacerbada e desregulamentada do processo industrial que marca o capitalismo moderno na Europa, no início do século XIX. Neste contexto, a organização cooperativa ganha destaque, por se constituir como uma tentativa por parte dos trabalhadores de recuperar o trabalho e a autonomia econômica, com base nos valores do movimento operário de igualdade e democracia, os quais estavam sintetizados no ideário socialista. Deste cenário emergiam as primeiras bases do projeto de economia solidária como um modo de resistência à hegemonia do capitalismo.

Embora vários autores apontem que as bases ideológicas da economia solidária estão na história da crítica ao capitalismo, feitas pela classe operária e pelo movimento socialista, Singer (2002a) destaca que a economia solidária foi, na realidade, reinventada. Segundo o autor, “o que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002a, p. 111). Nesse sentido, ressalta que “a economia solidária não é uma criação intelectual de alguém”, mas “*uma criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2000, p. 13, grifos do original).

Ao se referir à luta contra-hegemônica do projeto de economia solidária, Santos e Rodríguez (2002) definem que a linha de pensamento que substancia esta proposta tem como base principal a crítica à

desigualdade econômica e de poder entre as classes sociais, decorrentes da separação entre capital e trabalho e da subordinação do trabalho ao capital, sistematicamente produzidas pelo sistema. Na mesma direção, criticam as relações de concorrência exigidas pelo mercado, as quais têm produzido formas de sociabilidade baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade. Além disso, este novo modelo de economia coloca em análise a insustentabilidade das condições de vida na Terra ante a exploração crescente dos recursos naturais em nível global.

De acordo com Singer (2002a), no Brasil, a economia solidária, como uma nova “roupagem” do cooperativismo, tomou impulso a partir da segunda metade dos anos 1990, embora já existisse de forma esparsa desde 1980. Constituiu-se como uma estratégia dos trabalhadores do meio urbano e rural, notavelmente os excluídos do mercado formal, ou ainda, os que estavam envolvidos em precárias condições e relações de trabalho, buscando novas alternativas de produção através da organização de empreendimentos de economia solidária<sup>17</sup>.

De acordo com Singer e Souza (2000), o número de trabalhadores envolvidos nos EES ainda é ínfimo no quadro

---

<sup>17</sup> Podem ser considerados como empreendimentos solidários às organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc.), cujos participantes são trabalhadores do meio urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação de seus resultados; permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica; podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de crédito popular, de comercialização e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização; são singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (BRASIL, 2010).

ocupacional brasileiro<sup>18</sup>, tendo pouco peso econômico. Contudo, o número de empreendimentos solidários tem apontado um crescimento em larga proporção chegando a atingir aproximadamente 22 mil no país, conforme o mapeamento realizado em 2007. Considerando o crescente aumento desde os primeiros registros, estima-se que este número tenha aumentado no último cadastramento<sup>19</sup>.

Para Singer (2002b), os empreendimentos solidários são organizações de trabalho cujas características básicas devem estar voltadas para a propriedade coletiva ou associadas ao capital, negando a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. “[...] a empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho” (SINGER, 2002b, p. 84).

As bases da economia solidária se sustentam fundamentalmente nos princípios do cooperativismo democrático:

**Princípio voluntarista:** fica vedada qualquer discriminação pessoal ou controle dos sócios. A **abertura** e a **transparência** da cooperativa devem ser asseguradas; princípio da **gestão democrática: administração colegiada, voto unipessoal** – um sócio, um voto - nunca proporcional; princípio da limitação capitalista: resume a **oposição do cooperativismo ao capitalismo** e rege princípios de **distribuição de sobras** em moldes de **decisão compartilhada**; princípio da assistência social: todo integrante tem **direito a contar com o apoio em**

---

<sup>18</sup> Representa cerca de 0,5% do total de trabalhadores ocupados, de acordo com a estimativa da população ocupada do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (SOUZA, 2000, p. 10).

<sup>19</sup> De acordo com dados do mapeamento de 2007 no estado de Santa Catarina, o número de EES mapeados subiu de 78 - entre o período de 1981 a 1990 - para 685 EES no final de 2007 (BRASIL, 2007). Ainda não foram divulgados os resultados do último mapeamento, realizado em 2010.



**necessidades sociais**, guardando devidas proporções de possibilidades e contribuição; princípio da **intercooperação**: as entidades cooperativas devem **colaborar entre si** para fortalecer o sistema; princípio da **educação, formação e informação**: os associados e a comunidade em geral devem ser informados e ter acesso à educação cooperativista e à qualificação para esta atividade (VERONESE, 2008, p. 54-55, grifos meus).

Sob a orientação desse um conjunto de princípios, que tem como base o cooperativismo, são também, e talvez fundamentalmente, organizações dentro das quais são esperadas relações humanas muito diversas daquelas promovidas por uma organização social essencialmente competitiva: relações de igualdade, colaboração e preocupação com o bem-estar do ser humano como valor essencial.

Ao abordar este tema, Mance (1999) afirma que o conceito de economia solidária agrega a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas sim uma colaboração solidária:

[...] ao considerarmos a colaboração solidária como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de co-responsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular, buscando ampliar-se o máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, introduzimos no cerne desta definição o exercício humano da liberdade [...] (MANCE, 1999, p. 178).

A partir deste referencial, a economia solidária, então, apresenta-se como uma reconciliação do trabalhador com seus meios de produção e fornece uma experiência profissional fundamentada na equidade e na dignidade, favorecendo um enriquecimento do ponto de vista cognitivo e humano. Pode-se dizer também que é fundada em relações nas quais

as práticas de solidariedade e reciprocidade não são utilizadas como meros dispositivos compensatórios, mas sim fatores determinantes na realidade da produção da vida material e social.

Para Veronese (2008, p. 44), “a idéia de bem comum, de bem-estar coletivo e sistêmico é a que está na base da proposta do empreendedorismo solidário, cujos princípios de eficiência estarão vinculados ao meio ambiente e a toda sociedade, não apenas aos resultados econômicos obtidos pela unidade empreendedora”. Além disso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

De acordo com Nascimento (2007), vale ressaltar que a economia solidária não se confunde com o chamado "terceiro setor"<sup>20</sup> que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, como sujeitos protagonistas de direitos. Ao contrário, a ES reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos.

---

<sup>20</sup> O terceiro setor é entendido como o segmento da ocupação centrado no trabalho comunitário associado á sociedade civil que teria por objetivo ocupar o lugar abandonado pelo Estado com relação às políticas de cunho social/assistencialista. A parcela da população excluída do mercado formal de trabalho teria assim uma ocupação, não na forma de um contrato por tempo indeterminado e remunerado, mas por meio de outras formas que não o salário. O capital destinado ao financiamento destas ações viria da taxação dos lucros advindos do processo de reestruturação produtiva (NARDI, 2006, p. 62). A definição do terceiro setor não é clara e existem outras vertentes que chegam a classificar a chamada “economia social” dentro do terceiro setor. Não é nosso objetivo aprofundar a questão.

Para Singer (2000), o fundamento básico dos empreendimentos originados dos princípios da economia solidária está na autogestão, categoria que demarca a distinção das cooperativas baseadas na solidariedade daquelas que empregam assalariados.

Embora o termo autogestão, como conceito e prática, assuma na história caminhos diversos, cabe elencar aqui alguns de seus principais fundamentos. Segundo Guilherm e Bourdet (1976) a palavra “autogestão” foi introduzida na França, para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia, em ruptura com o stalinismo. Em 1980, as edições CLAS (Cuestiones Actuales Del Socialismo) de Belgrado, publicaram um “glossário” sobre “Autogestão Socialista Iugoslava. Noções Fundamentais”. Nele encontramos uma definição da “Autogestão Socialista”:

La autogestión es ante todo, una relación sócio-económica entre los hombres que se funda em el principio de la distribución según el trabajo y, no sobre la base de su capital, de los medios de producción. La autogestión es de un modo elocuente una categoría socialista. La misma puede desarrollarse solo em el suelo de la propiedad social, es decir de tales relaciones de propiedad em las que los medios de producción y el capital social no son propiedad privada del capitalista ni propiedad de grupo de los trabajadores de determinadas empresas, ni objeto de gestión monopólica del aparato burocrático e tecnocrático del Estado. (TRIFUNOVIC, 1980, p. 46).

De acordo com Nascimento (2008), a ideia de autogestão também aparece na obra intitulada “A Autogestão Socialista na Iugoslávia: 1950-1980. Documentos”, publicada pela mesma editora. Em ensaio sobre “O sistema da autogestão na Iugoslavia”, o principal teórico iugoslavo, Edvard Kardelj, afirma:

A autogestão não é uma ‘invenção’ da teoria e da prática iugoslavas, segundo nos atribuem incorretamente, alguns como merecimento, outros como pecado. A ideia da autogestão é tão antiga como a ideia do humanismo e, particularmente, como o movimento operário internacional, a história de sua luta de classes e a história da prática socialista. A mesma é resultado de aspirações permanentes do homem em pró da liberdade e da livre criação, pelo domínio das leis objetivas da natureza e da sociedade, por uma vida melhor. As ideias e aspirações autogestionárias se expressaram de distintos modos no mundo, em numerosas lutas da classe operária e de homens e movimentos progressistas em pró da libertação do trabalho e do homem, e em todas as revoluções socialistas até o presente (...) A autogestão é um processo revolucionário de transformação social que só pode se expressar em uma profunda revolução socialista e popular. E assim foi nossa revolução. A aspiração à autogestão é imanente a todo movimento socialista, e sem autogestão não existe sequer socialismo. (NASCIMENTO, 2008, p. 28)

A relação da autogestão com o projeto socialista também é observada em debates anteriores a publicações citadas anteriormente. Na Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa, em 1978, a autogestão é definida como:

[...] construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2004, p. 3).

Nesta mesma direção, Guilherm e Bourdet (1976) acreditam que a autogestão remete a uma transformação social ampla, que não restritamente a esfera econômica, o que implicaria uma mudança política a partir da extinção do Estado. Enquanto fundamento do projeto socialista, a autogestão só seria possível por meio de outras formas de organização voltadas a atender as necessidades e desejos de um conjunto de cooperativas igualmente associadas e autogestionadas, visando ao fim da lógica de competição e se condensando na cooperação.

Observa-se que as definições de “autogestão” apresentam formas e sentidos que se relacionam com momentos críticos da história dos trabalhadores. A Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), instituição que nasceu e se desenvolveu marcada pelos acontecimentos da década do desemprego, avalia que são necessários alguns parâmetros mínimos para o projeto de autogestão dar certo:

Democratização das tarefas que envolvem raciocínio – é preciso eliminar qualquer represamento de conhecimento; Motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva; Viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e longo prazo, ou seja, geração de dividendos e lucros; Integração da empresa em ‘redes de negócios’, transformando a inteligência coletiva no principal patrimônio das empresas autogestionárias; Viabilizar a implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com o envolvimento e a realização das pessoas. Uma gestão em que haja transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores; Parceria de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores, desde que ele

tenha dado apoio efetivo ao projeto autogestionário (ANTEAG, s/d).

A partir destes pressupostos, pode-se afirmar que promover a autogestão significa rever o modo convencional de gestão e de economia. Nascimento (2007) entende que a autogestão é antes de tudo um movimento que se caracteriza como processo em construção, no qual a relação entre as pessoas deve resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e tem o poder de decisão sobre questões relativas ao trabalho em todas as suas dimensões. De forma simplificada, pode-se dizer que o princípio geral da autogestão é que todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento.

Para Verardo (2005), autogerir-se implica constantes processos de análise das situações de trabalho, de modo a potencializar os movimentos do coletivo para sua autonomia diante de relações de poder que fixam modos tradicionais de trabalhar. Nesse sentido,

É indispensável que haja um processo permanente de autocrítica para desconstruir o que se quer superar, promovendo em seu lugar o novo e o desejável: solidariedade no lugar da concorrência, convergência de esforços no lugar da competição destrutiva, cooperação no lugar do individualismo (VERARDO, 2005, p. 124).

Santos e Rodríguez (2002) defendem que uma das características emancipatórias das alternativas de produção não capitalistas consiste no potencial de apagar a separação entre política e economia que o capitalismo e a economia liberal estabeleceram. Ou seja, substituir a autocracia que emana da autoridade vertical do

“patrão” pela democracia participativa no interior das unidades de produção.

Em relação a este aspecto, Singer (2002a) salienta que a transição da situação de trabalhador de uma relação de operário/patrão para uma igualdade entre os cooperados não é uma tarefa fácil. Exige um processo de aprendizagem do novo papel, das oportunidades e responsabilidades que a condição de “ser dono” implica.

Considerando esta necessária transformação à consolidação dos empreendimentos solidários, Singer (2002a) acredita que este novo modo de fazer economia não se constitui como um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, mas “uma síntese que supera ambos”:

Economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo, etc., na liberdade de cada um escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER, 2002a, p. 114/115).

Neste contexto, a participação do poder público no incentivo às alternativas de produção tem se mostrado complexa e ambígua. Santos e Rodríguez (2002), ao analisarem diferentes estudos de caso, mostram que em muitas ocasiões o poder público tem se mostrado um catalisador eficaz, impulsionando a autonomia e integridade das iniciativas. De outro lado, quando sua ação não serve de fomento ao desenvolvimento destas organizações, põe inclusive em perigo sua sobrevivência, devido à alta dependência dos empreendimentos em relação às flutuações do ciclo político.

Com vistas a superar estas nuances, Pedrini, Prim e Santos (2004) avaliam que a consolidação dos empreendimentos solidários passa, necessariamente, pela existência de redes de colaboração e apoio mútuo, que realizem ações conjuntas e confirmem a estes empreendimentos um novo potencial de expansão. De acordo com Souza (2008), já na década de 1990 se observou o surgimento e a multiplicação de entidades de apoio, assessoramento, agregação e fomento a todo tipo de empreendimento cooperativo. Nesse mesmo sentido, observa-se uma crescente organização da economia solidária enquanto um movimento – ou seja, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, e orientando-se para a articulação nacional, a configuração de redes locais, visando ao estabelecimento de uma plataforma comum.

Essa tendência dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração que desembocou na criação, em 2003, da Secretaria Nacional



de Economia Solidária (SENAES). Pode-se dizer que a partir da criação da SENAES a Economia Solidária passa a ter status de política de trabalho, incrementando algumas ações governamentais para fomento às iniciativas desse caráter. Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país. A criação dessas duas instâncias, somada ao fortalecimento do campo da economia solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, consolida a recente ampliação e estruturação desse movimento (SOUZA, 2008).

Além das instâncias governamentais (em nível federal, estadual e municipal) e das instâncias de organização política do movimento, fazem parte da economia solidária as entidades de apoio e fomento, as quais normalmente se organizam na forma de associações sem fins lucrativos (ONGs) ou órgãos universitários como é o caso das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs).

De acordo com Singer (2000), as atividades das ITCPs tiveram início em 1995, na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). O objetivo desta iniciativa era utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias cooperativas visando sua inclusão no mercado de trabalho. As ITCPs estão articuladas entre si e integradas à UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Mundo do Trabalho.

Além destas, são também entidades responsáveis pela difusão da ES entidades religiosas, como é o caso da Cáritas – órgão da

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Destaca-se ainda a Federação das Cooperativas de Trabalho (Fetralho), Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG), Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos (DIEESE) e o movimento sindical, com a participação da UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas/Empreendimentos de Economia Social do Brasil), do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Estes últimos têm se empenhado na formação e na articulação de grupos, visando à criação de cooperativas (SOUZA, 2008).

Como salienta Gaiger (2004), a vinculação às mediações externas pode fortalecer a identidade multidimensional nos aspectos econômicos, políticos, sociais e éticos dos empreendimentos solidários. Contudo, há o desafio de impedir que estas resultem em situações de tutela, interferindo negativamente no desenvolvimento da autonomia dos trabalhadores cooperados. Nesse sentido, o papel das entidades e grupos de mediação, consiste em

[...] acionar instrumentos pedagógicos e materiais que impulsionem as experiências populares a transitar, de uma lógica de preservação e defesa das condições de existência, orientada pela recomposição das formas de vida econômica já praticadas, para uma lógica de emancipação social e econômica, que implica uma ruptura progressiva com a condição subalterna, ao lado da remodelação gradual das aspirações, dos padrões de subsistência e da lógica econômica da produção simples (GAIGER, 2004, p. 376).

Por fim, cabe salientar que há profundas diferenças quanto aos protagonistas, origens, objetivos e ao conteúdo social das experiências solidárias. Diante desta premissa, torna-se indispensável ao pesquisador conhecer elementos que evidenciem o modo como se concretiza a gestão do trabalho, as relações de poder/saber que intercomunicam e alimentam os modos solidários de viver o trabalho, com todo seu arcabouço de desafios e possibilidades, e que, por sua vez, engendram modos de subjetividade aos que nele participam.



## 2 CAMINHO METODOLÓGICO

O método não é a garantia de apreensão dos fatos da vida nas grelhas com que o investigador os pretende ler e interpretar, mas o roteiro que reconduz à certeza da possibilidade de um caminho nessa busca, no meio da incerteza e da ambiguidade (SARMENTO, 2011, p. 154).

É a partir desta frase, tão bem expressa por Sarmento, que introduzo o método adotado nesta pesquisa, o caminho escolhido para abordar a discussão em torno das relações de saber/poder no campo da economia solidária.

Traçar um roteiro para apreensão da realidade não significa adotar critérios universais de verdade que tenham a preocupação exclusiva com o que é linear, regular. Muito pelo contrário, a produção de conhecimento no campo das Ciências Sociais exige o reconhecimento das infinitas variações dentro de um campo de possibilidades, potencializando a inclusão da indeterminação dos fatos, da emergência do inesperado e, acima de tudo, da adoção de uma concepção de campo fluído e plural em suas manifestações. Tal aspecto acena para o carácter essencialmente qualitativo do objeto desta pesquisa.

Definir o estudo por estas trilhas significa reconhecer a historicidade dos critérios e de que toda e qualquer produção sempre será aproximada e construída, com toda relatividade que o dinamismo social apresenta. Este aspecto remete à ideia de que o trabalho intelectual produz sentido não apenas para o pesquisador, mas também para os sujeitos que lhe dão intencionalidade, interpretando as ações e construções decorrentes deste processo. Assim, os processos de

produção do conhecimento veiculam interesses e visões de mundo que são historicamente construídos. Este fato desperta para a relação entre o sujeito pesquisador e pesquisado, exigindo do primeiro manter a crítica não só das condições de compreensão de seu objeto, como também de seus próprios instrumentais teórico-metodológicos. Em acordo com Sarmiento (2011), compreendo o trabalho investigativo como uma construção com implicação do investigador.

Não se trata de uma transposição imediata e linear da realidade: sobre esta foram feitos cortes, seleções, nela há pontos de luz particularmente pregnantes para a atenção do investigador e há também pontos de cegueira. [...] é o momento em que se interroga o sentido do que se vê e por que se vê e se acrescenta o escopo do campo de visão a um olhar-outro, coexistente no investigador. (SARMENTO, 2011, p. 151).

A partir deste referencial, o próprio ato de conhecer se revela como ação social, tornando clara a interdependência entre sujeito e objeto do conhecimento.

O investimento que faço nesta pesquisa diz respeito a compreender como se caracterizam as relações de saber/poder num empreendimento inserido no movimento de economia solidária. Com este estudo busco vasculhar os meandros das relações destas trabalhadoras em seu dia a dia. Circulo por experiências as quais entendo como produtoras e efeitos da atividade humana criadora, afetiva, interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que a vivem, considerando a existência de uma relação inseparável entre a ação do ser humano, como sujeito histórico, e as determinações que a condicionam.

## 2.1 A entrada no campo

Meu primeiro contato com a Cooperativa deu-se ainda no início do mês de dezembro do ano de 2010, por telefone. Na ocasião, explicitiei a uma das cooperadas meu interesse em desenvolver a pesquisa junto ao empreendimento. Não houve restrições ao pedido, contudo, fui informada que gostariam que eu apresentasse meus objetivos de pesquisa ao grande coletivo de trabalhadoras. Diante disso, dias depois, fui até a sede da Cooperativa. Eu já conhecia algumas cooperadas devido à relação que o empreendimento estabelece com a ITCP, Programa de Extensão da Universidade em que trabalhava.

No dia da visita, fui acolhida pela presidente da Cooperativa. Esta me apresentou às demais integrantes. Aproveitei para falar dos meus interesses como pesquisadora, a partir do projeto já elaborado<sup>21</sup>. Esclarecidas as dúvidas, as trabalhadoras se dispuseram a colaborar com a pesquisa. Passado o período de férias, voltei a contatar com o grupo no início do mês de fevereiro de 2011. A partir deste, passei a participar como pesquisadora do cotidiano de trabalho da cooperativa.

O empreendimento em foco neste estudo é constituído formalmente por vinte cooperados, sendo que destes, somente doze mulheres trabalham diariamente na produção. Esta redução de pessoas no trabalho deve-se ao fato de algumas terem se inserido no empreendimento apenas para compor o número necessário para constituição jurídico/legal da cooperativa. Cabe salientar ainda que outras quatro trabalhadoras atuam na produção, porém sem participar do

---

<sup>21</sup> O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, sendo aprovado na data de 28/03/2011, conforme Parecer Consubstanciado Nº: 1830/12, FR 404730.

quadro de cooperadas. Destas, duas prestam serviços terceirizados, desenvolvendo suas atividades de costura nas suas próprias casas. Este aspecto será mais bem detalhado no segundo capítulo, quando trata do processo de organização do trabalho na cooperativa.

Conforme já mencionado na introdução, um dos critérios para escolha do empreendimento a ser estudado foi a participação de seus membros no dia a dia de trabalho e gestão da cooperativa. Neste sentido, a pesquisa contemplou quatorze mulheres<sup>22</sup>, incluindo doze cooperadas e duas não cooperadas, todas atuantes diariamente no espaço laboral. As idades das trabalhadoras variam entre dezoito e sessenta e sete anos, sendo que a maior parte (oito) é casada. Algumas delas mantêm relação de parentesco. A média de anos de trabalho dedicado ao empreendimento é de seis anos, destacando-se que do total, apenas três trabalhadoras estão desde o início das atividades (há dezesseis anos), e duas estão há menos de um ano. A produção é realizada na sede própria do empreendimento. Com atuação há dezesseis no ramo de confecção, o trabalho volta-se especialmente à produção de uniformes para empresas e escolas. Há cinco anos desfez sua condição jurídica/legal de microempresa passando a ser registrada como cooperativa.

Fundada em janeiro de 2006, a cooperativa tem como área de atuação o município no qual está localizada. De acordo com seu Estatuto, o empreendimento tem por finalidade primordial proporcionar

---

<sup>22</sup> Buscando clarificar os diferentes papéis e funções desenvolvidos pelas mulheres participantes da pesquisa, adotar-se-á o uso de diferentes terminologias: trabalhadora - referindo-se a todas as mulheres que atuam no processo produtivo do empreendimento, sendo elas cooperadas ou não; cooperadas - referindo-se a todas as mulheres que atuam no processo produtivo e fazem parte do quadro formal (redigido em ata de Assembléia) de cooperados; terceirizadas - referindo-se às mulheres que atuam no processo produtivo, não são cooperadas e desenvolvem suas atividades fora do espaço laboral da cooperativa.



o exercício da atividade de produção e comercialização, varejista e atacadista de confecções, artesanato e trabalhos manuais aos seus associados, pessoas físicas, jurídicas e órgãos públicos, bem como discutir e organizar e espaços para o mercado dos referidos produtos.

Certamente, o contato com a presidente possibilitou que as demais trabalhadoras construíssem a primeira imagem a meu respeito, assim como proporcionou que as portas se abrissem à pesquisa. Contudo, o processo de desenvolvimento do estudo esteve aberto a outros interlocutores, não prescindindo da pessoa que me introduziu no coletivo. Acredito que esta escolha foi importante na medida em que criou um lastro de confiabilidade à pesquisa, a qual passou a ser conduzida sem estar atrelada à presidente.

Desde o primeiro encontro, busquei frisar que a pesquisa se diferenciava do trabalho técnico a que estavam acostumadas receber, como o de assessoria, por exemplo. Assim, os objetivos e a metodologia de pesquisa adotada estavam longe de configurar-se como um processo de capacitar/formar as cooperadas em temáticas específicas. Distante deste intento, a pesquisa mantinha como propósito a compreensão do modo de organização e funcionamento empreendimento, com foco nas relações ali construídas.

Cabe salientar que meu papel de pesquisadora nem sempre esteve claro, tendo que ser, várias vezes, retomado junto ao coletivo. Acredito que a aproximação ao cotidiano de trabalho, seus modos de se organizar e produzir, apreendidos pelo processo de observação e convivência junto ao grupo, gerou alguns desconfortos iniciais. As participações nas reuniões são exemplos destes momentos, especialmente o ato de registro em diário de campo.

Logo no início, em alguns momentos, senti que minha presença incomodou algumas trabalhadoras, as quais mesmo esclarecidas de qual era meu papel, ficaram desconfiadas com a participação em algumas reuniões, especialmente porque registrei as informações, referentes a assuntos internos da cooperativa e que não deveriam sair dali. Em duas destas reuniões não me permitiram participar, utilizando a justificativa de que iriam “tratar de questões internas”, fato que apontava para uma relação ainda de estranhos entre pesquisador e sujeitos pesquisados. Nem sempre explicitada verbalmente, era visível a preocupação do grupo em “abrir os segredos” e estratégias em resolver os problemas de seu cotidiano.

Tura (2011) alerta para que o fato de que o método de observação pode tornar-se “violento”, tanto para quem começa a ser observado quanto para quem observa. “É uma relação onde a suspeita etnocêntrica é normalmente introduzida” (p. 193). Diante desta situação, salienta a importância de em vez de procurar eliminar os efeitos da presença, o investigador deve buscar entendê-los.

Admitir este “estranhamento”, presente em ambas as partes – pesquisador e sujeito pesquisado comportou indagações sobre como fazer o contato com o campo, a relação que vinha estabelecendo com as trabalhadoras, enfim, minha própria postura como pesquisadora. Percebi, a partir disso, que assim como a entrada no campo foi pautada na conquista de contatos, a permanência precisaria ancorar-se na sustentação destes. Sensível às vicissitudes do campo, busquei manter diálogo sempre aberto sobre as situações, esclarecendo dúvidas, retomando os objetivos do trabalho, sendo solícita às inquietações provocadas pela minha incursão no local. Enfatizei, então, a ética como

pesquisadora, o zelo e cuidado com as informações, destacando que em momento algum teria a intenção de prejudicar a cooperativa, ou as trabalhadoras que estavam participando do estudo.

Minha estada no campo foi marcada pela alternância de posições, entre “estar dentro”, convivendo com o coletivo pesquisado, num processo de impregnação da cultura do campo, e “estar fora”, voltando à tona depois da imersão, buscando manter um distanciamento do olhar.

Laplantine (1996) defende a importância de o pesquisador realizar este movimento. De acordo com o autor estar “por dentro”, corresponde ao “esforço de captar formas de pensamento, de realizar seus ritos, de seguir suas regras para melhor se abrir à sua influência, ao seu *ethos* e assim aprofundar o conhecimento do universo cultural estudado” (p. 17). Nesse sentido, embora o diálogo tenha minimizado as tensões iniciais, minha proximidade ao grupo foi marcada pela adoção de formas de atuação no trabalho e vivência conjunta. Não eram raros os dias em que chegava à cooperativa e me inseria em alguma atividade. Por algumas vezes, já ao chegar era direcionada para algumas tarefas: tirar fios das calças, desenhar bolsos etc. Assim, sentada junto ao pé da máquina, apoiada na mesa do corte, ao poucos fui “conquistando terreno”.

A imersão no contexto, pelo trabalho, para além de contribuir na criação e fortalecimento do vínculo com as trabalhadoras, me possibilitou vivenciar aspectos da organização e funcionamento da cooperativa. Além disso, essa disposição em atuar junto no trabalho possibilitou nessa interlocução, que as relações ficassem mais definidas, inclusive minha posição de pesquisadora no grupo. Assim, pouco a

pouco, os receios iniciais foram cedendo lugar a um clima propício à pesquisa.

De outro lado, o movimento de estar “por fora” foi de extrema importância à condução do estudo, na medida em que me permitiu, a partir do olhar do estrangeiro, desenvolver importantes reconstruções analíticas e novas formas de aproximação ao objeto de estudo. Para Laplantine (1996, p. 18), esta ação inversa e complementar ao estar “por dentro” “se volta à perspectiva do diferente, do estranho para que se possa compreender melhor as redes de significados que escapam aos atores sociais, a lógica que integra diferentes ações e dá organicidade ao grupo. É quando afasta o véu da opacidade própria das relações sociais introjetadas”.

Realizar este movimento, do “estar dentro” e “estar fora”, possibilitou conhecer a dimensão humana do funcionamento organizacional, seus conteúdos afetivos, compreendendo-os no contexto das relações e condições sociais de sua produção. Nesse sentido, pude aproximar-me também dos códigos informais, não escritos, outros discursos menos explícitos, mas não por isso menos orientadores das vidas destas trabalhadoras. Afinal, quais são as regras que conduzem seus posicionamentos, codificam e prescrevem práticas? Quais os saberes (técnicos, políticos, culturais, econômicos) permeiam o espaço laboral e quais são seus desdobramentos disciplinares? Como as relações de poder/saber tornam possíveis determinados discursos? E ao inverso, como esses discursos legitimam lugares sociais, servindo de suporte às relações de poder? Que efeitos de subjetividade estão engendrados pelos/nos jogos de saber/poder que perpassam as relações construídas na dinâmica do trabalho?

Perguntas como estas tensionaram minha caminhada como pesquisadora, fazendo-se estar atenta para a qualidade das relações ali estabelecidas. Pode-se afirmar que pelos aspectos mencionados, especialmente o fato da pesquisa ter se baseado fundamentalmente no registro da vida diária do contexto em que ela naturalmente acontece, o estudo possui cunho etnográfico. Embora a etnografia, originalmente esteja associada aos estudos antropológicos, Sato e Souza (2001) argumentam a favor da riqueza desta abordagem no âmbito de estudos de problemas que a psicologia tem se debruçado. Para essas autoras, a etnografia se afasta do eixo das macro análises para as relações cotidianas que compreendem não apenas aspectos micro sociais, mas que em sua face local, resgatam aspectos da história particular e de sua relação com determinantes sociais e culturais que o cercam. Este caminho possibilita, simultaneamente, o acesso às particularidades que constituem as atividades diárias das pessoas em suas relações mais amplas. Nesse processo as expressões singulares e comuns podem ser acessadas de diversas formas - instituições criadas (formas de relação, códigos, ritos, regras, valores etc.) e práticas - sendo a verbalização apenas um dos canais de sua expressão (SATO; SOUZA. 2001). Nesse sentido, foi preciso estar atenta e estranhar o que aparentemente era natural à primeira vista, percebendo as insistências, contradições e ambiguidades presentes, e como estas sustentam a construção e dinamização dos processos de trabalho num espaço coletivamente organizado.

## 2.2 Procedimentos de busca de informações

A busca de informações se deu a partir do contato direto com os sujeitos da pesquisa, por meio de uma participação prolongada no ambiente laboral, a qual durou seis meses, com idas semanais. O olhar esteve direcionado não somente para os grandes eventos, mas para todos os traços e elementos que permeavam o contexto, inclusive os pormenores do seu cotidiano. O interesse foi dirigido tanto para as atitudes como para as interpretações que as trabalhadoras faziam, buscando tecer um relato que apresentasse os aspectos significativos das relações de trabalho, de tal modo que possibilitasse um processo de recriação dos fenômenos estudados.

A partir desta caracterização pode-se afirmar que este estudo, por visar “apreender a vida, tal qual ela é quotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais nos seus contextos de ação” (SARMENTO, 2011, p. 155), tem como inspiração a etnografia. Para Sarmiento (2011) a pesquisa no terreno da etnografia consiste, essencialmente, em “experienciar, inquirir, examinar”, sendo que o principal instrumento de investigação é o próprio investigador, na sua disponibilidade para, precisamente, “observar, escutar e sentir o que o rodeia, interrogar e recolher as opiniões dos que agem no terreno e examinar os documentos e os artefatos produzidos pela e na ação” (p. 155).

Pode-se afirmar que a observação constituiu-se não como complementar, mas como elemento fundamental da estada e permanência no campo. De acordo com Tura (2011, p. 186)

A observação pressupõe o envolvimento do pesquisador em múltiplas ações entre elas o registrar, narrar e situar acontecimentos do cotidiano com uma intenção precípua. Envolve também a formulação de hipóteses ou questões, o planejamento, análise, a descoberta de diferentes formas de interlocução com os sujeitos ativos da realidade investigada e, certamente, a análise do próprio modo segundo o qual o pesquisador olha seu objeto de estudo. (TURA, 2011, p. 186).

Como observadora procurei imergir no contexto e, concomitantemente, colocar-me o mais íntima e intensamente possível nas relações estabelecidas no cotidiano. Procurando estar sensível aos diferentes modos de viver, agir e pensar dentro desta realidade parti do entendimento de que minha interação junto ao grupo seria (como foi) condição de pesquisa. Assim, por vários momentos abandonei, na convivência, a postura externa de investigadora, o que me permitiu entrar na cena social do grupo, como uma pessoa comum que partilha o cotidiano. Embora sempre ávida pela busca de conhecimento sobre o objeto de estudo, busquei manter uma perspectiva dinâmica, que simultaneamente deu relevância aos atores sociais e suas experiências, mas tendo sempre em mente o conjunto de indagações trazidas pelos referenciais teóricos que pude me aproximar.

A pesquisa não se deu apenas no espaço de trabalho da cooperativa, vindo a estender-se para visitas a espaços com que a cooperativa mantém relação. Por a presidente tomar para si este papel, foi com ela que muitas vezes compartilhei algumas caminhadas. Estes momentos foram de extrema valia para a pesquisa, pois me possibilitaram aproximar-me mais como pesquisadora, entender melhor algumas situações. Posso afirmar que também percebi que a presidente se sentia mais à vontade para contar-me algumas coisas das relações de

trabalho do cotidiano da cooperativa, assim, como pude conhecer um pouco de sua história de vida e seu envolvimento com a economia solidária.

Para além das caminhadas, conversar individualmente com cada uma das trabalhadoras fortaleceu o vínculo com elas. Algumas vezes, fui convidada a almoçar em suas casas. Ali, no convívio familiar, tive a oportunidade de conhecer melhor seus costumes, crenças, modos de ser e agir. Também pude notar que várias cooperadas confiavam a mim detalhes de sua trajetória, fragmentos de história de suas famílias, de sua vida particular.

Todas as informações construídas neste processo foram registradas no diário de campo. Neste, dia após dia de estada no campo, foram anotadas as impressões pessoais, resultados de conversas informais, observações de comportamentos complementares e contraditórios as falas, manifestações dos sujeitos quanto aos pontos investigados. De acordo com Tura (2011, p. 189), “este se torna um instrumento importante quando é preciso confrontar informações díspares, analisar diferentes posições diante de situações ocorridas ou relembrar uma sequência de fatos”. Assim, a construção do diário de campo correspondeu à produção de uma escrita implicada, não apresentando um caráter meramente de registro. Tal escrita se mostrou como uma ferramenta eficaz no processo da pesquisa, uma vez que potencializou a produção de análises, traçando uma série de diálogos pela articulação dos registros.

A partir de um caminho menos normatizado e mais flexível, a observação possibilitou não só o acúmulo de dados como o descortinar de novos direcionamentos e focalizações. Como é o caso, por exemplo,



das definições necessárias à realização do grupo focal, uma das últimas etapas da busca de informações.

O grupo focal constitui-se, nesta pesquisa, como uma importante técnica para compreender os fatores que influenciavam, as motivações que subsidiavam as opções, os “porquês” de determinados comportamentos. De acordo com Gatti (2005), a realização do grupo focal

Permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações, reações e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se como uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que compartilham alguns traços em comum, relevantes para o problema visado. (GATTI, 2005, p. 11).

A realização do grupo focal considerou os pressupostos apontados por Gatti (2005) quando esta afirma “é um bom instrumento de levantamento de dados para investigações em ciências sociais e humanas, mas a escolha de seu uso tem de ser criteriosa e coerente com os propósitos da pesquisa.” (GATTI, 2005, p. 8). Nesse sentido, a escolha pela realização do grupo focal decorre, especialmente, por esta técnica vislumbrar a possibilidade de compreender, a partir das trocas realizadas no grupo, sentimentos, atitudes, concepções, abrindo diferentes perspectivas diante da problemática a que foram convidados a conversar coletivamente.

Para Gatti (2005, p. 40),

É importante observar detalhada e cautelosamente o que os participantes contam uns aos outros, fatos, histórias e situações, porque estes relatos permitem ao pesquisador pistas de como eles se ancoram em um dado contexto social, de como estão mobilizados e em que sistema representacional se apóiam.

Com base na autora, a opinião do grupo não é a soma de opiniões individuais, mas o produto das interações coletivas, vivências ligadas a uma mesma estrutura, que por sua vez constitui-se como uma base comum que perpassa o cotidiano nas suas diferenças e também o que é compartilhado pelos sujeitos em seu cotidiano.

Ao todo, foram realizados três encontros. O convite foi estendido a todas as trabalhadoras que atuavam diariamente no ambiente laboral, respeitando seu caráter voluntário em participar. Os temas e questões norteadoras derivaram, especialmente, das observações realizadas no dia a dia de trabalho. Essas orientaram a construção de um roteiro preliminar<sup>23</sup> de intervenção junto ao grupo, o qual contribuiu substancialmente para guiar as discussões. Contudo, na concretização do processo interativo, a problematização não se prendeu a estas questões, de modo que foi necessário fazer ajustes, redimensionar sua ordem, incluir algumas que não estavam previstas e abandonar outras. Esta flexibilidade considerou a dinâmica do próprio grupo, porém sem perder de vista os objetivos da pesquisa.

Considerando o contexto, a definição das temáticas buscou contemplar a temporalidade presente, passado e futuro, de modo a compreender como as histórias individuais se entrelaçavam com o contexto da cooperativa, em suas relações cotidianas de trabalho.

---

<sup>23</sup> Ver Apêndice A.

Assim, a discussão do primeiro encontro teve como questão norteadora “Quais motivos levaram a ingressar na cooperativa?”, quando foi possível conhecer o processo histórico de formação do grupo. No segundo encontro, buscou-se compreender a avaliação que as cooperadas tinham sobre a organização e o funcionamento da Cooperativa e das relações ali construídas. Para tanto, definiu-se como questão norteadora: “Como é o cotidiano de trabalho da cooperativa?”. “Como será o futuro da cooperativa?” foi a questão escolhida para o terceiro encontro, quando buscou-se compreender as implicações do trabalho de cada cooperada para o futuro da cooperativa, bem como seu entendimento sobre este.

A escolha das questões não foi ao acaso. As conversas informais revelaram que os motivos que atraíam as trabalhadoras para o trabalho na cooperativa eram, em sua maioria, muito diferentes. Esse fator desembocava em sentimentos e relações muito variados com o cotidiano de trabalho, nem sempre compreendidos pelo grande coletivo. Além disso, apenas algumas cooperadas, precursoras na formação do grupo, conheciam a história da cooperativa. Assim, a pesquisa, na medida em que possibilitava socializar este conhecimento, tinha a intenção de tornar as trabalhadoras mais próximas ao processo histórico de constituição da cooperativa.

Para a realização dos dois primeiros encontros foi entregue às trabalhadoras que atuam no empreendimento (quatorze no total), incluindo as que não são cooperadas, uma câmera fotográfica digital, solicitando para que cada uma produzisse uma imagem a partir de seu cotidiano, levando em consideração a questão norteadora, como já exposto anteriormente.

O uso do recurso fotográfico em estudos da psicologia já é reconhecido como uma técnica importante. Sato (2009) considera que a produção do conhecimento é um processo de construção de visibilidades expressas tanto por palavras, como pela própria fotografia. Como afirma Guareschi et al (2008),

A fotografia é dispositivo. Olhar para o mesmo com o olhar da diferença. Capturar o que se olha, cortar o tempo. Prolongar o tempo entre o que se olha e o que se deseja cortar... Produzir outros olhares entorno das experiências dos sujeitos para que se impliquem nestes contextos e relações e permitam a construção de significações que circulem, estranhem, aproximem e afastem sentidos. E olhar de novo, com o outro, é analisar. É rachar com as coisas, com as instituições, apontar para aquilo que escapa (GUARESCHI et al, 2008, p. 16).

A partir disso, a escolha pelo recurso fotográfico se deu devido à possibilidade deste proporcionar um clima aberto às discussões, quando todas teriam a oportunidade de expressar suas opiniões, enveredando pelo ângulo que quiserem, em uma participação ativa. Neste sentido, a fotografia funcionou como um dispositivo capaz de aproximar do objeto, contribuindo para expressar os modos de subjetivação que se acoplam às relações, os quais nem sempre se encontram visibilizados pela rotina de trabalho.

A produção das imagens deu-se durante a semana que antecedia o dia do encontro. Foram disponibilizados seis dias (sexta, sábado, domingo, segunda, terça e quarta-feira) para esta atividade. A maior parte das fotos foi registrada pelas próprias trabalhadoras em seu ambiente de trabalho. Em alguns momentos pediram que eu o fizesse. Algumas levaram a máquina fotográfica para casa, registrando imagens

a partir daquele contexto. A revelação das imagens foi realizada pela pesquisadora. As trabalhadoras somente tiveram contato com as imagens produzidas por elas e pelas demais colegas durante o encontro do grupo focal, evitando assim a discussão anterior sobre a temática.

O primeiro encontro, em forma de grupo focal, foi realizado na sede de uma Associação, no mesmo bairro em que residem as trabalhadoras e no qual se localiza a Cooperativa. A escolha partiu do próprio grupo, justificando que este seria um local tranquilo, com espaço suficiente para realizar a atividade. Por ser no sábado, não haveria outras pessoas circulando no local, fato que facilitaria a expressão das falas, o movimento do grupo. Neste dia as cooperadas trabalharam até instantes antes de iniciar o grupo. Do total de quatorze trabalhadoras, apenas duas não participaram, justificando que já haviam assumido outros compromissos para esse dia.

Interessante observar que até mesmo para os grupos focais trouxeram o chimarrão e o lanche, sempre inseparáveis do trabalho. As cooperadas sentaram-se em círculo, como já estavam dispostas as cadeiras, por mim organizadas. Esta disposição facilitou para que a interlocução fosse direta, num encontro face a face.

A abertura do grupo deu-se pelo acolhimento e agradecimento à participação das trabalhadoras. Inicialmente foi feita uma breve apresentação, especialmente, pela presença da relatora, pessoa até então desconhecida ao grupo. Após a apresentação, foram esclarecidos os procedimentos éticos da pesquisa, como o uso dos gravadores, apresentação, discussão e assinatura do TCLE<sup>24</sup>, conforme modelo avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres

---

<sup>24</sup> Ver Apêndice B.

Humanos da UFSC. A disposição dos dois gravadores de áudio considerou a distribuição dos membros do grupo o ambiente, buscando cobrir ao máximo as participações e se obter uma gravação nítida e abrangente. Além destes, o registro das informações deu-se também pelo auxílio da relatora, a qual manteve o foco nas expressões nem sempre possíveis de serem captadas pelo áudio, tais como: cochichos, dispersões, olhares, expressões faciais etc. Posteriormente, foram retomados os objetivos do encontro, como também o porquê da escolha da questão norteadora e o uso do recurso fotográfico.

Primeiramente foram disponibilizadas as imagens às trabalhadoras, solicitando que cada uma escolhesse a imagem que havia registrado. Antes de iniciarem as narrativas, busquei deixar claro que não havia respostas certas ou erradas, vislumbrando criar espaço para que cada uma pudesse expressar sua opinião sobre seu trabalho, como pensa, avalia e interfere no movimento coletivo também. Em seguida, foi pedido que cada uma mostrasse na imagem escolhida quais elementos eram importantes, buscando responder a pergunta que norteou a escolha da imagem.

A cada narrativa a foto passava de mão em mão para que cada cooperada olhasse a imagem registrada pela colega. No final da narrativa, as fotos eram expostas no meio do círculo, fixadas em um papel cartolina. Após a fala de todas, abria-se para discussão coletiva. Esta foi provocada pela pesquisadora, considerando as questões problematizadoras relacionadas a cada temática. Os encontros duraram aproximadamente duas horas.

A realização dos dois primeiros encontros foi orientada pela narrativa fotográfica, seguindo basicamente a mesma estrutura na sua

organização. Depois de cancelado duas vezes, o segundo encontro realizou-se três semanas posteriores ao combinado. Por opção das próprias trabalhadoras, foi realizado na própria sede da Cooperativa. Neste dia, três pessoas não puderam estar presentes, devido a compromissos assumidos anteriormente. Uma delas foi a própria presidente.

A ideia inicial em fazer três encontros consecutivos, um a cada semana, não se viabilizou devido à demanda na produção da cooperativa. Inclusive, nos dias posteriores à realização dos grupos ouvi que, devido ao tempo destinado à atividade de grupo focal, várias entregas de pedidos ficaram pendentes. Durante o percurso, muitas vezes senti receio de propor ao grupo os encontros, e ficava o dia todo pensando qual seria o melhor momento. Percebia que o grupo estava preocupado em atender a demanda da entrega dos produtos. Assim, muitas vezes os encontros foram cancelados, com a mesma justificativa: “Tudo depende do que a gente tem na semana que vem para a gente fazer. Se a gente não tem muito apuro de entrega a gente pode continuar” (C).

Na condição de pesquisadora, também busquei ter o cuidado em não tornar a pesquisa algo que se configurasse como mais uma pressão no cotidiano de trabalho, e que não tivesse prazer de ser vivenciada para além dos meus anseios.

Em alguns momentos cogitou-se realizar o encontro, mesmo que não houvesse a participação de todas. Contudo, a grande maioria das trabalhadoras considerou importante que todas pudessem participar das atividades. Assim, o agendamento dos encontros levou em consideração o interesse das trabalhadoras, sendo realizado em dias e

horários que pudessem contar com o maior número possível de participantes.

Em decorrência destas circunstâncias, somente passado duas semanas do segundo encontro é que foi possível realizar o último grupo focal. Este não considerou o uso da fotografia por entender que a participação ativa das trabalhadoras na realização dos encontros anteriores anunciava um contexto favorável à expressão e acolhida das diferentes ideias sobre o tema.

Durante a semana que ensejou este encontro uma das cooperadas levantou à ideia de fazer um almoço para comemorar as novas instalações e também o último encontro da pesquisa, como grupo focal. As demais cooperadas gostaram da proposta. Assim, fiz o levantamento do cardápio, quando a maioria optou por um risoto, comida típica da região Sul. Vi este momento como algo muito positivo à pesquisa, especialmente porque apontava para a relevância do estudo e também pela motivação que estavam em participar. No dia, apenas uma cooperada não pode estar presente, devido à necessidade de acompanhar seu marido, que recentemente havia feito um procedimento cirúrgico.

No último encontro ficou visível a formação de um subgrupo de controle que monopolizou a discussão, prejudicando a interação de todas as participantes. Acredito que o fato de ter centralizado a discussão em torno de alguns aspectos, em detrimento de outros, inibiu manifestações contrárias, ao mesmo tempo em que coibiu a espontaneidade. Em decorrência disso, pode-se perceber que houve limitações ao aparecimento das diferentes ideias em relação a temática abordada.



Contudo, acredito que de modo geral a realização dos grupos focais pode trazer alguns benefícios às trabalhadoras, como a oportunidade de ampliar suas perspectivas, de se inteirar das informações. As comparações, os confrontos, complementações que as trabalhadoras foram produzindo, a partir das suas experiências, construíram uma base sólida para a elaboração de compreensões, sobre as diferentes formas de pensar, das intenções e expectativas em face da organização e funcionamento da cooperativa. As trocas ali estabelecidas provocaram reassuramentos mútuos, como também dissensos que trazem luz a aspectos não revelados em outras situações.

Na condição de pesquisadora, os momentos de encontro coletivo foram de suma importância. Por meio destes pude esclarecer dúvidas, ampliar o olhar sobre o objeto em estudo. As falas sempre foram muito significativas, carregadas de sentidos diversos e complementares. Em momento algum os relatos pareciam estranhos ao grupo, mas sim reafirmavam ainda mais o modo de expressão de cada uma, seu jeito de pensar e agir, o qual já era vivenciado no coletivo. De outro lado, os encontros tornaram-se um espaço para algumas vozes silenciadas serem trazidas à tona.

Em relação à utilização do recurso fotográfico, pode-se afirmar que muitos aspectos registrados na foto não foram mencionados durante a narrativa. O inverso também é verdadeiro: os elementos registrados serviram de instigador para novas narrativas. Ao final deste processo, avalio que as fotos constituíram um valioso instrumento de pesquisa, possibilitando olhares outros, singulares, a uma história partilhada.

O material produzido na realização dos grupos focais foi de extrema riqueza de elementos, extrapolando ideias prévias e dando

suporte para novas inferências sobre o mesmo objeto. Dada a relevância das informações que emergiram nas discussões, esse material, incluindo-se as fotos, narrativas e registros da relatora, terá lugar de destaque esta pesquisa, constituindo-se como elemento central na análise dos dados.

### **2.3 Escolhendo um caminho para análise**

O material construído durante a realização dos grupos focais foi submetido à análise do discurso. Em cada uma de suas tradições e práticas, é possível encontrar várias orientações sobre discurso e análise de discurso (a partir de agora AD), tornando a discussão sobre o tema interdisciplinar.

A escolha adotada neste trabalho caminha por uma definição aproximada de “discurso” e de “análise de discurso”, a partir de premissas que sustentam fundamentos nas diferentes tradições teórico-metodológicas que compõem o amplo repertório dessa temática. Contudo, não se tem a intenção de identificar uma essência ou distinção entre o que é ou não discursivo. O que se procura é deixar evidente, considerando as contribuições de Iñiguez (2005), que “um discurso constrói aquilo sobre o qual fala” (p. 106).

O caminho a que me proponho seguir se situa entre o interesse de várias orientações em AD. Esse aspecto justifica-se, inclusive, pelo fato de que as diferentes noções não são exclusivas, já que são achados nas práticas em AD elementos de várias delas. Contudo, o poder de optar e defender, com a necessária argumentação, não exclui a

importância de trazer ao texto as diferentes tradições que fundamentam a análise do discurso.

De acordo com Iñiguez (2005, p. 126), pode-se afirmar que os fundamentos que servem de base para as práticas de AD podem ser agrupados, arbitrariamente, em duas categorias:

A primeira agrupa o giro lingüístico, a Teoria dos Atos da Fala e a Pragmática que podem ser relacionados com a filosofia lingüística associada à Escola de Oxford na Grã-Bretanha e ao pragmatismo norte-americano; e, por outro, a ETN (etnografia), que tradicionalmente é vinculada à fenomenologia e ao interacionismo simbólico. A segunda categoria relaciona-se com o trabalho desenvolvido na Europa Continental, vinculado a uma tradição com maior orientação política e sociológica e, particularmente, à obra de Michael Foucault.

Na tradição anglo-saxã da AD parte-se do pressuposto de que a linguagem pode afetar a realidade social, ou seja, tanto a “linguagem como a prática lingüística tem a capacidade de fazer alguma coisa” (IÑIGUEZ, 2005, p. 126). Essa abordagem representa uma nova forma de entender a atividade científica e o papel do investigador, o qual não se constitui como um mero coletor de dados neutros, mas “pode observar a interação e fazer interpretações justamente sobre aquilo que a linguagem está fazendo” (p. 126).

Cabe destacar que para o autor “a interpretação não consiste em uma mera compreensão hermenêutica ou uma pura captação de sentido”. Neste sentido, o papel do investigador não consiste em “seguir direções de análise que conduzam a um objetivo predeterminado e sim interagir com os argumentos inerentes àquilo que dizem as pessoas e,

usando toda a gama de ferramentas analíticas a seu dispor, traz a luz tudo aquilo que não está explicitado” (IÑIGUEZ, 2005, p. 127).

Na segunda tradição, desenvolvida fundamentalmente na França – Maingueneau (1987, 1991 apud IÑIGUEZ, 2005) estão mais presentes as contribuições de Foucault, os trabalhos da escola Russa - Bakhtin (1982 apud IÑIGUEZ, 2005) e a teoria da enunciação. O que se percebe da primeira para esta é uma “mudança de concepção que considera a linguagem como uma janela dos significados para outra que a vê como conjunto de instrumentos que podem regulamentar as relações sociais” (IÑIGUEZ, 2005, p. 128).

Embora a expressão “análise do discurso” tenha sua origem na área linguística, como se pode observar, seu desenvolvimento não se tornou patrimônio exclusivo desta área, recebendo contribuições de outras áreas do conhecimento, tais como: antropologia, psicologia, sociologia, comunicação etc. Essa diversidade de contribuições gerou práticas muito variadas, traduzindo diferentes filiações disciplinares que foram sendo construídas. No entanto, todas adotam um denominador comum: “a consideração da análise do idioma em seu uso, seja esse falado ou escrito.” (IÑIGUEZ, 2005, p. 107).

Sem pretender simplificar o termo, dada sua polissemia, o presente trabalho limita-se a examinar uma das noções de discurso reconhecida como sendo uma das mais comumente utilizadas nas ciências sociais. “Discurso como conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de sua produção” (IÑIGUEZ, 2005, p. 123). Surgida na escola francesa de AD, esta concepção deve muito a obra de Foucault.

Nesta concepção o enunciado, por ser entendido como uma sucessão de frases emitidas entre dois brancos semânticos, “É concebido como resultado, ou seja, como algo que possui memória, pois leva consigo a marca das suas próprias condições de produção” (IÑIGUEZ, 2005, p. 124). Por sua vez, o discurso é concebido como o “enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona” (p. 124).

Tomando como bases estes aspectos, parto do entendimento que estudar as relações de saber/poder a partir de Michel Foucault (1972) é assinalar e ressaltar as discontinuidades, transformações e rupturas nos enunciados e práticas que permeiam a dinâmica laboral. Em relação ao enunciado, o que está em análise neste estudo não é sua veracidade, mas sim a problematização dos seus jogos de produção – de que forma e sob quais condições de possibilidade ele emerge no campo discursivo.

Foucault (1972) pontua que para analisar um campo discursivo é necessário compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento, determinando suas condições de sua existência, fixando seus limites, o que possibilita estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, ou ainda mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Em consonância com Foucault (1972), Iñiguez (2005) afirma que o texto deve ser considerado como um conjunto de enunciados transcritos, produzidos no marco das instituições, a partir de posições determinadas e reveladores de condições históricas, sociais e intelectuais etc. Nesse sentido, pode-se afirmar que “não são todos os enunciados que cumprem essas condições: só aqueles que possuem

valor para uma coletividade, que envolvem crenças e convicções compartilhadas. Ou seja, os textos que claramente incluem um posicionamento em um estrutura discursiva.” (IÑIGUEZ, 2005, p. 129).

Para Foucault (1972) o lugar de enunciação é substituível. “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e aquilo que diz (ou quis dizer, ou disse sem querer); e sim determinar qual é a posição que pode e deve ocupar qualquer indivíduo para ser sujeito” (FOUCAULT, 1972, p. 160).

Nesse sentido, os lugares de enunciação pressupõem instituições específicas de produção e de difusão do discurso. Instituição é entendida aqui como um conjunto de “dispositivos que delimitam o exercício da função enunciativa, o *status* do enunciator e dos/as destinatários/as, os tipos de conteúdo que podem ser ditos, as circunstâncias de enunciação legítimas para tal posicionamento” (IÑIGUEZ, 2005, p. 131, grifos do autor).

Para Foucault (1995) quando alguém fala veiculando um discurso, o que está em questão, quanto à autoria, não é somente a subjetividade de quem fala, mas sim o lugar que se ocupa ao falar. O autor não é somente o sujeito/pessoa que fala, mas sim o sujeito e autor da enunciação, o que se refere mais particularmente ao lugar e às condições de enunciação do que à materialização das “performances verbais” que caracterizam o ato de enunciar. A partir destas considerações, neste trabalho interessa-nos tanto o lugar e as condições de enunciação quanto os efeitos destes enunciados nas relações de saber/poder e nos processos de subjetivação.

A escolha em trabalhar com análise do discurso nesta pesquisa decorre do reconhecimento do papel da linguagem como eixo central de compreensão e estudo dos processos sociais. Nessa perspectiva, a linguagem é, simultaneamente, um indicador da realidade social e uma forma de criar essa realidade. A AD “defende o uso dinâmico da linguagem e é sensível a seus efeitos, não no sentido de uma reação mental ou de um efeito psicológico, e sim como um efeito da própria forma lingüística” (IÑIGUEZ, 2005, p. 145). Nesse sentido, a linguagem é vista mais como uma forma de construção que como uma descrição, podendo tornar-se um texto discursivo, se provocar efeitos.

Neste contexto,

Por ‘efeitos’ não devemos entender os ‘resultados’ ou as ‘conseqüências’ do discurso sobre o/a ouvinte ou o/a falante; [...] os textos podem ter efeitos independentes da percepção que uma audiência pode ter de uma mensagem: podem estar isentos, inclusive da própria intenção de quem fala. São esses últimos efeitos que interessam ao analista, já que ele se encontra diante de derivações discursivas no sentido de que são veiculados certos significados, certos sentidos, certos olhares, certas ordens do mundo ou de uma parcela do mundo etc. (IÑIGUEZ, 2005, p. 138).

Há de se admitir, a partir da perspectiva de Iñiguez (2005), que linguagem e discurso não são a mesma coisa. O discurso é a linguagem enquanto prática social determinada por estruturas sociais (as regras e/ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais). Ao aceitar esta premissa, estamos aceitando também que a estrutura social determina, dessa forma, as condições de produção do discurso.

O discurso está determinado por ordens de discurso socialmente construídas. Por ordens do discurso entendemos os conjuntos de convenções associados às instituições sociais (assim, as ordens de discurso estão ideologicamente formadas por relações de poder nas instituições sociais e na sociedade como um todo). (IÑIGUEZ, 2005, p. 149).

A partir deste posicionamento, pode-se definir que os efeitos discursivos operam em um nível superior ao individual. Assim, ao ler os textos, se deve buscar os efeitos que o material gera por si mesmo, “que não é outro senão aquele que o/a leitor/a é capaz de captar” (IÑIGUEZ, 2005, p. 138).

A AD pode constituir-se como uma perspectiva capaz de possibilitar a compreensão do real a partir da análise e da interpretação do discurso, afinal todo discurso é entendido como prática social. Com base nas obras de Foucault (1972, 1995, 1997), Iñiguez (2005) defende que “as práticas discursivas são regras anônimas, históricas, determinadas temporal e espacialmente. Essas regras definiram, em uma época determinada, para comunidades concretas, as condições de qualquer enunciação daquilo que pode ser dito” (IÑIGUEZ, 2005, p. 147).

Considerando a construção teórico/metodológica em AD exposta até aqui, o trabalho analítico consistiu em examinar cuidadosamente os textos e identificar quais seus efeitos mais conectados com a caracterização das relações de saber/poder no grupo. Não tenho dúvidas de que outras leituras também seriam possíveis, já que todo texto é ambíguo e difuso, mas o que a análise buscou destacar foi a identificação dos principais efeitos em função da pergunta de pesquisa.



### 2.3.1 O processo de análise dos discursos

A análise considerou a organização do material colhido na discussão dos grupos focais, de forma a se obter um *corpus* detalhado e confiável do processo vivenciado pelo grupo. As anotações da relatora foram compatibilizadas à transcrição das gravações de áudio e ao registro imagético, constituindo um único material.

Como forma de preservar a identidade das participantes, resguardando os aspectos éticos da pesquisa, para a apresentação neste trabalho os rostos das pessoas foram borrados. Cabe salientar ainda, que nem todas as fotografias produzidas pelas participantes estão expostas nesta obra. A escolha das imagens buscou abordar os principais elementos trazidos no grupo focal, dando visibilidade não só a aspectos que eram comuns entre as trabalhadoras como também os que apontavam para a singularidade das participantes, mostrando as diferentes leituras do mesmo contexto. A sequência das imagens apresentadas no texto tem estreita e direta relação com o relato verbal das trabalhadoras, estando associadas respectivamente aos relatos trazidos no primeiro e segundo grupo focal. Esse aspecto justifica o fato de que em algumas seções do texto as imagens não serem tão presentes.

O processo de análise considerou a escuta atenta e repetida das falas registradas, o que permitiu uma aproximação mais viva das situações. Além disso, fez-se o exercício de acompanhar as sequências das interações, as entonações de voz, expressões e gestos, interrupções,

identificando-as a partir de um sistema de codificações<sup>25</sup>, criado durante o processo de escuta e transcrição dos registros dos grupos focais.

Esta dimensão microscópica da descrição enuncia um tipo de texto no qual se procede à imbricação metódica dos registros do discurso social com as interpretações que resgatam e lhes descobrem sentidos. Destacam-se nesta análise tanto opiniões que foram majoritárias como as que ficaram em minorias. Fizeram parte deste processo o olhar aos consensos, dissensos, rupturas, descontinuidades, os silêncios. Assim, o foco recai sobre a conversação propriamente dita dos participantes, oferecendo um exame detalhado das interações entre eles. Cabe destacar que tanto o olhar sobre o discurso como a construção das questões norteadoras que provocaram a sua emergência nos grupos focais, consideraram as observações realizadas no cotidiano de trabalho da cooperativa, o que tornou possível construir interpretações melhor fundamentadas, enriquecendo a análise.

As categorias de análise foram definidas a *posteriori*, a partir do material obtido nos grupos focais<sup>26</sup>. No *corpus* foram distinguidas a fala do moderador e da presidente. As falas das demais trabalhadoras foram entendidas como sendo um discurso coletivo, compondo um único texto, mesmo delimitando sua incursão no contexto (momento, situação em que foram ditas). Considerando os pressupostos Foucaultianos, a escolha por construir um *corpus* de análise não focado nas falas dos sujeitos deu-se por entender que esta se constitui como uma das possibilidades de des-subjetivar o poder e observar o jogo/linhas de forças ali presentes. Por sua vez, a escolha por destacar

---

<sup>25</sup> Ver Apêndice C.

<sup>26</sup> Ver Apêndice D.

as falas da presidente decorre da sua representatividade junto ao coletivo de trabalhadoras da cooperativa. Tendo em vista os pressupostos da AD, o termo representatividade é utilizado aqui, considerando a importância, o papel que este participante tem na interação; não por suas qualidades pessoais, mas sim por ter um lugar/posição de destaque no grupo.

Desse modo, o que o leitor está prestes a apreciar remete para a sequência da integração textual dos materiais (as vozes e os episódios) no sentido de tornar visíveis os nexos entre eles, de os situar no seu contexto próprio, de os tornar portadores de uma ordem discursiva. Isso significa que a ordem dos episódios relatados, ou das vinhetas que se intercalam com os fragmentos extraídos do grupo focal, decorre da interpretação que se procura fazer e que leva a que uns e outros tomem o seu lugar como se fossem peças de um quebra-cabeça cuja visão de conjunto só é possível à medida que seu final vai se tornando evidente.



### **3 A HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO(S) LUGAR(ES) DE SABER/PODER**

Tratar da compreensão das relações de saber/poder que permeiam o contexto da economia solidária, objeto desta pesquisa, remete, obrigatoriamente, a falar da história de constituição da cooperativa em que estes sujeitos estão inseridos. Para Foucault (1972) trafegar pela historicidade dos fatos implica uma recusa à representação continuísta e linear no modo de ser entendida e contada. Neste sentido, esta produção assume o desafio de compreender as relações de trabalho como produção e produto de seus marcos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Embora esta (re)leitura seja feita a partir do exame de processos marcados por recortes de tempo, de momentos cronologicamente sequenciais, o texto que segue busca explicitar as transições, continuidades e rupturas do processo de trabalho cooperado do empreendimento em estudo. Seguir por estas veredas considera o percurso não como uma sucessão de fatos separados e estranhos entre si, mas um movimento que mantém como motor a (re)problematização incessante das idas e vindas, das contradições, dos seus jogos de força. Nas palavras de Revel (2011, p. 78), trata-se de “redescobrir a descontinuidade e o acontecimento, a singularidade e os acasos e de formular um modelo de abordagem que não tenha a intenção de reduzir a diversidade, mas que seja o seu eco.”

Para tanto, o plano discursivo que construo busca compreender as leis explícitas e implícitas que regem o empreendimento, de modo interligado a suas formas e condições de enunciação, por pressupor que

engendram práticas, caracterizam relações de saber/poder, constroem processos de subjetivação. Processos de subjetivação são entendidos aqui com a “relação que o sujeito estabelece consigo mesmo e com a normatividade social, no reconhecimento de si mesmo como sujeito moral, como indivíduo submetido aos jogos de identificação, às armadilhas da identidade moderna” (ZANELLA et al, 2006, p. 31).

Nesta mesma direção Prado Filho e Martins (2007, p. 17) afirmam que a subjetividade “além de ser da ordem dos efeitos é também da ordem da exterioridade produzida em relações saber/poder e também dos sujeitos consigo mesmos, quando estes se colocam como objetos para um trabalho sobre si”. Remete, portanto, a sujeitos diversos que não o sujeito autônomo, livre, universal da razão, da cognição, ou da consciência. Mas sujeito submisso às condições de produção do discurso, dos jogos de produção de verdade e da sua relação com as práticas discursivas de uma sociedade. Não há, desse modo, como tratar da subjetividade sem considerar suas formas históricas de construção, das quais se fazem eminentes o discurso liberal próprio do capitalismo.

Considerando a historicidade do objeto, busco traçar um percurso que não se esvazie na análise de um período cronológico, mas que exponha as transformações e acontecimentos, seus infinitos vestígios silenciosos, seus fragmentos de existência e resistência presentes nas vidas destas trabalhadoras. Assim, essa análise histórica se configura como condição de possibilidade para uma compreensão crítica do presente, sensível aos modos de sentir, reagir e criar.

Tal envergadura transita por história(s) narrada(s) pelas próprias protagonistas, as trabalhadoras que atuam no empreendimento, eximindo pontos de aproximações e singularidades próprias ao modo

como cada uma foi construindo o enredo sobre sua experiência de trabalho. Daí resulta um repertório discursivo, construído por amarrações entre imagens e falas, as quais balizam interpretações.

As imagens, nesse caso, revelam seu potencial, ao aguçar recordações e narrativas, potencializadoras da (re)construção de uma trajetória, provocando novas visibilidades às experiências, aos modos de viver e trabalhar. Uma pluralidade de focos emergentes, os quais desnudam autobiografias. De acordo com Zanella (2011), trata-se muito mais que uma realidade objetivada pela lente de uma máquina fotográfica, “plasma-se na textura bidimensional de uma foto a condição sócio-histórica e política de seu autor e do momento em que vive, suas escolhas preferências, suas (im)possibilidades e modos de ver, constituídas em um determinado tempo e suas condições de possibilidade.” (p. 20). A partir deste referencial, entende-se que os discursos produzidos são apresentados a partir de um lugar social, de um ponto de vista marcado por condições historicamente produzidas.

A escolha das imagens aqui evocadas não é ao acaso. Constituem-se, com base em Zanella e Tittoni (2011), potencialmente, como recurso de provocação e de intervenção sobre os jogos de visibilidade que compõem as experiências humanas. Assim, (re)conduzem as experiências, presentificam memórias, materializam certo enquadramento, subjetivado, reiterando modos de vida, do constituir-se mulher, mãe, esposa, trabalhadora, costureira, circunscrevendo redes discursivas que permitem estabelecer muitas conexões e semelhanças. Traduzem, por sua vez, intenções políticas, representações instituídas e, ao contrário, também proporcionam novos desenhos, subversões... Enfim, abrem outras possibilidades do ver.

Esta análise poderia ser feita de tantas maneiras outras, mas que se revela nesta produção como um recorte a partir de uma lente ajustada ao objeto de pesquisa a partir de determinados referenciais teóricos e que, por assim o ser, iluminará alguns aspectos em detrimento de outros.

### **3.1 Os primeiros passos, as primeiras dificuldades**

Com uma população de aproximadamente 180 mil habitantes<sup>27</sup>, Chapecó, cidade em que está localizada a cooperativa pesquisada, caracteriza-se como um município polo do Oeste Catarinense e um grande produtor de alimentos, com destaque para as agroindústrias que empregam significativa força de trabalho do município. Entretanto, o desenvolvimento concentrado dos últimos anos provocou grandes desequilíbrios: na medida em que concentra renda e riqueza induz também à imigração da população, provocando crescimento populacional desordenado no meio urbano. Na última década, “[...] a população cresceu em média 3,2% ao ano, percentual acima da média nacional e estadual, com crescimento de 1,5% e 1,7% respectivamente”, absorvendo na última década 32% do fluxo migratório da região Oeste (SANTOS, 2000, p. 250). De acordo com o IBGE (2011) a população de Chapecó é predominantemente urbana, sendo que em 2011 mais de 90% dos seus habitantes residiam na área urbanizada do território, que corresponde a 13% da área total do município.

---

<sup>27</sup> IBGE (2012).



Segundo Testa et al (1996), um dos principais motivos que levou ao desenfreado aumento da população urbana deve-se ao êxodo rural provocado pelo setor da suinocultura, o qual passou a ser concentrado em monoculturas associadas aos grandes complexos agroindustriais, levando mais de 47 mil famílias do total das 67 mil a deixarem suas atividades rurais. Estava-se diante do que Testa et al (1996) denominaram “modernização dolorosa”, caracterizado pela dificuldade de acesso aos novos modos de produção, os quais geraram exclusão e empobrecimento dos agricultores familiares que representavam cerca de 90% dos estabelecimentos agrícolas na época.

Embora os índices de crescimento populacional urbano tenham aumentado consideravelmente, o desenvolvimento social e econômico não cresceu na mesma proporção e, por conseguinte, ocasionou o aumento do desemprego ampliando as precárias condições de vida de seus habitantes.

De acordo com Moser (2002), frente ao desemprego, às transformações no mercado de trabalho e às dificuldades de inserção no mesmo, que decorrem especialmente de baixa escolaridade e qualificação, uma forma particular de enfrentamento das adversidades econômicas e sociais foi a organização de inúmeras iniciativas de geração de trabalho e renda. Assim, movimentos sociais, sindicatos, instituições, organizações não governamentais, entre outros, instigaram à busca de uma nova cultura política, abrindo caminhos para a formação de novos projetos e experiências de organização e expressão popular. A maioria desses movimentos sociais fomentou a constituição de organizações de diversos empreendimentos associativos/cooperativos, envolvendo vários ramos de produção, como artesanato, hortas

comunitárias, agricultura familiar, confecção etc. Um deles foi a cooperativa em estudo.

A organização do trabalho coletivo desta cooperativa iniciou em 1995, num contexto educacional bastante conturbado no Município de Chapecó. Desanimadas pelo fim da greve que já perdurava mais de sessenta dias e não apontava perspectivas de avanços aos direitos reivindicados, três professoras alavancaram a ideia de constituir “um grupo de costureiras”.

Pode-se afirmar que a realização de processos de formativos e a incursão em redes de apoio, entre os quais os movimentos sociais se destacam, aumentaram as possibilidades de constituição do empreendimento, especialmente no que confere ao ideário em torno do cooperativismo. Militantes no movimento sindical, no Partido dos Trabalhadores (PT), integrantes de associações do bairro e envolvidas com as pastorais da Igreja estas mulheres mantinham, pelo compartilhamento das experiências, laços afetivos muito fortes.

De acordo com uma das fundadoras, atual presidente da cooperativa, o início dos trabalhos foi marcado por um processo formativo em parceria com o Movimento dos Sem-Terra (MST) e alguns agentes ligados à prefeitura. As primeiras atividades na confecção foram viabilizadas pelos recursos captados pela aprovação de um miniprojeto, em 1996, por meio do qual foram adquiridas as primeiras máquinas de costura. O empreendimento configurou-se, inicialmente, na condição jurídico-legal de microempresa, situação mais favorável à adequação ao miniprojeto, devido à exigência de participação de um número pequeno de pessoas. Fazendo referência as iniciais dos nomes das três mulheres precursoras, foi denominado de

LLA. Contudo, logo seu nome viria a ser alterado, pois duas delas, uma por problemas de saúde e a outra devido à distância, desistiram do trabalho. Assim, sob nova composição, passou a denominar-se LGD.

Segundo o relato da presidente, a qual passa a ser identificada daqui em diante como “P”, as primeiras pessoas a serem convidadas a participar da microempresa foram mulheres que residiam no mesmo bairro de localização do empreendimento e que, por laços afetivos e/ou familiares, mantinham algum tipo de proximidade. De modo geral, privilegiava-se convidar mulheres trabalhadoras que se encontravam em situação de vulnerabilidade social. “A gente quando começou a trabalhar como cooperativa foi pegando mulheres do bairro, empregadas domésticas, trabalhadoras das agroindústrias, donas de casa ou que estavam desempregadas, fomos incluindo estas mulheres por primeiro!” (P, maio 2011).

Interessante observar que, assim como foi transcrito neste texto, o início da narrativa no grupo focal é marcado pela fala da Presidente. A ação de “pegar” aponta o lugar por ela ocupado, o qual remete ao seu pioneirismo na formação do coletivo. A intenção de incluir emerge como um objetivo secundário na constituição do “grupo”, já que o primeiro está atrelado a uma nova possibilidade de geração de trabalho e renda para mulheres que não tinham uma profissão. Destaca-se aqui, pela entonação da fala, a escolha em dar oportunidade ao ingresso de mulheres que estavam desempregadas e o fato de privilegiar as necessidades do contexto local, reportando ao próprio contexto histórico, econômico, político e social do município na época.

De acordo com o relato de uma das cooperadas, o começo foi marcado por várias dificuldades. Inicialmente, a falta de estrutura física adequada, o uso de equipamentos defasados:

As primeiras mulheres incluídas trabalhavam do lado de fora porque não tinha espaço! Tinha uma mesa lá e um coberto. E colocamos umas máquinas mais ve(::<)lhas embaixo de um pé de bananeira. @Daí cortava a bananeira, quando via estava grande de novo.@@ Ia lá e cortava de novo@@@@. (C,<sup>28</sup>, maio 2011).

Embora o fato seja lembrado em meio a risos, a situação inicial não proporcionava condições apropriadas ao trabalho, fato que apontava a longa e dura peregrinação que teriam pela frente, bem como o esforço que seria necessário para manter o empreendimento. Tal aspecto aparece evidente na fala da cooperada: “#°Nós não tinha cartão de visita, nós não tinha telefone, nós não tinha nada! Nem computador a gente tinha°.# E foi tu::do do nosso trabalho, nós não fizemos empréstimos, nem financiamento. Tudo que vinha nós investíamos na cooperativa.” (C, maio 2011).

Frente aos vários “nãos”, verbalizados em tom bastante ameno, e que representam a falta de condições básicas à constituição do empreendimento, ainda percebe-se a valorização de um projeto em construção, sendo que tudo resultaria do esforço coletivo, “do nosso trabalho”. Nesta construção, o apoio dos familiares constituiu-se como uma das formas mais prementes de enfrentamento aos problemas: “ë Esse mês a gente comprava quinhentos tijolos, os maridos iam lá colocar aqueles quinhentos tijolos, no outro mês a gente comprava mais

---

<sup>28</sup> Conforme mencionado na seção que trata do método de pesquisa, as falas das trabalhadoras, com exceção da presidente, passarão a ser identificadas como “C”.

duzentos, eles iam lá e colocavam mais duzentos tijolos.” (C, maio 2011).

Do ponto de vista econômico, pode-se afirmar que a saúde do empreendimento iniciou de modo muito frágil. Com estrutura física precária, baixo aporte tecnológico e escassos recursos financeiros, a microempresa teve grandes dificuldades de criar uma base sólida que permitisse competir com a tendência e vantagens da produção em grande escala no ramo das confecções. Esse aspecto fez com que a mesma se mantivesse por muito tempo às margens da economia formal do município.

Buscando ganhar maior visibilidade aos produtos, os quais iam desde o básico (tais como: camisetas, bermudas, calças etc.) ao traje social (como vestidos e ternos para festa), uma das estratégias criadas foi incluir junto ao espaço da confecção um ambiente para venda e divulgação dos produtos: a “Lojinha AGD”. Como o próprio nome aponta, seu porte era pequeno. Por algum tempo a “lojinha” se tornou um motivador para a continuidade na atividade. Contudo, aos poucos, as trabalhadoras foram sentindo na pele as nuances do mercado: “As pessoas vinham comprar e não pagavam. @@Daí nós tinha que trabalhar para cobrir aquelas contas@@. Porque nós comprava de fora (referindo-se a matéria prima para as confecções), do viajante. ( ) Às vezes eu e a C. pensava \*O que adianta nós trabalhar tanto e não tirar nada?\* °E as contas pra pagar°!” (C, maio 2011).

Com baixo capital de giro, a dificuldade em manter o empreendimento se tornava cada vez maior. A saída, após três anos, foi fechar o espaço da “lojinha” mantendo, apenas, a confecção, como conta uma das cooperadas.

#A lojinha a gente chegou à conclusão de que não adiantava. Porque os clientes compravam e não pagavam. # Daí a gente chegou à conclusão de que quem tava no SPC (Sistema de Proteção ao Crédito) no centro vem comprar na loja de bairro, e não adianta nos colocar eles no SPC porque ele não vão pagar nós, igual. °E daí tinha que trabalhar na confecção para pagar as despesas da lojinha°. (C, maio 2011).

Além das vendas que passaram a ser feitas no próprio estabelecimento, uma das formas de garantia de retorno financeiro eram os pedidos de produtos conseguidos no ganho de licitações públicas. Contudo, a participação se dava pela competição com grandes empresas da cidade e região, fato que, na maioria das vezes, culminava na perda para a concorrência, por estas empresas conseguirem estabelecer um menor preço e garantir um pequeno prazo na entrega dos produtos.

A situação do empreendimento pesquisado se aproxima ao que foi observado em estudo realizado sobre outras organizações de economia solidária. Ribas e Machado (2003), ao analisar algumas das principais atividades econômicas de ES, assinalam que várias são as dificuldades a serem enfrentadas por estes empreendimentos para se constituírem e fortalecerem numa esfera econômica minimamente sólida e competitiva. Um dos problemas é o fato de, geralmente, possuírem baixa capacidade de competição com as tendências e vantagens da produção em grande escala. De modo geral, destacam que são atividades predominantemente caseiras, de fraco aporte tecnológico, incapazes de atender a demanda de mercado, atuando de forma marginal ao grande comércio com forte tendência ao desaparecimento, em função da perversa concorrência com as agroindústrias nacionais e internacionais.

Santos e Rodríguez (2002), ao tratarem das limitações das organizações cooperativas, afirmam que estas, por estarem presas em um dilema estrutural, são intrinsecamente instáveis, com forte tendência ao fracasso. Tal afirmação considera, entre outros aspectos, a dificuldade de alcançar o nível de capitalização necessário à expansão devido à negação de investidores externos<sup>29</sup>, cuja influência poderia desvirtuar o espírito da mesma.

Como se pode observar, embora mantivesse estreita relação com outras experiências associativas, o empreendimento estudado não havia criado uma rede de produção e comercialização para seus produtos, os quais eram confeccionados com insumos materiais adquiridos no mercado tradicional e, depois de prontos, vendidos apenas em escala local, a partir de ações isoladas. Tal situação contribuiu significativamente para a falta de estabilidade econômica, explicitada na fala da presidente ao relatar sua angústia em não ter trabalho:

As pessoas me diziam “O que nós vamos fazer agora? Não tem pedido!” E eu ficava me perguntando “Meu Deus, o que que eu fi(:):z, o que eu fiz?” Eu ficava desesperada pensando “Eu botei gente trabalhar e isso aqui vai à breca. Meu Deus que desilusão, que frustração... Meu Deus, Meu Deus... ((com as duas mãos na cabeça)) que desilusão para estas pessoas que entraram e criaram a ilusão de que a gente ia ter um grupo, que a gente ia progredir. (P, maio 2011).

Nota-se que a presidente traz para si a responsabilização pelo suposto fracasso do empreendimento, como algo que não passou de uma “ilusão”, que “vai à breca”. Os enunciados “o que eu fiz?” e “eu botei

---

<sup>29</sup> Pessoas físicas/ jurídicas que não estariam submetidas aos princípios estatutários da organização, mas que teriam participação na gestão e nas retiradas em decorrência da alocação de investimentos financeiros no empreendimento.

gente trabalhar” remete a um sujeito dono da ação, reforçando novamente seu lugar de saber/poder, também alimentado pelas colegas, quando a ela recorrem interrogando sobre o que fazer diante da falta de pedidos.



Fotografia 1: “Coluna de tijolos quebrados” (P).

Quando eu olho para esta coluna (7) ((Emocionada, olhos cheios d’água, mostrando para a foto, situando a coluna central de tijolos)) de tijolo quebrado (4) ela traz oito anos de trabalho sem tirar nada! [...] pessoas, que abriram mão de suas vidas, dos seus direitos! Gente! Essas pessoas abriram mãos dos seus direitos! °Sabe?!° ((choro intenso de P. O grupo olha atentamente para P. algumas baixam a cabeça)) (7) °Desculpe°. (P, maio 2011).

Sem tirar nada, sem direitos, sem garantias. A instabilidade do empreendimento somada à incerteza de sua continuidade coloca em dúvida o ideal de “ser grupo” e progredir economicamente. Destaca-se ainda que durante oito anos a força de trabalho foi desenvolvida sem qualquer tipo de assistência ou proteção prevista pela legislação, revelando uma forma precarizada de trabalho.



A coluna central de tijolos, como a própria presidente verbaliza de modo emocionado e pausado, faz menção a um espaço em permanente construção, de pouca solidez. Fragilidade revelada, também, pela própria transitoriedade das pessoas que nele se envolveram. O fato de não ter renda garantida decorrente, especialmente, da dificuldade de inserção dos produtos no mercado e da necessidade de investir em infraestrutura (instalações, matéria prima etc.) fez com que várias pessoas não entrassem para o empreendimento, ou ainda, permanecessem por pouco tempo na atividade, configurando uma situação de rotatividade desde seu início. Segundo algumas cooperadas, muitas mulheres saíram, pois tinham a expectativa, não concretizada, de ganhar o dinheiro imediato. “A gente foi tenta(;)ndo convidar pessoas para o grupo. Mas quando a gente dizia que não ia ter retorno ( ) elas ficavam dois dias e iam embora.” (P, maio 2011).

De acordo com os relatos o empreendimento sempre contou com um número reduzido de trabalhadoras. O receio de mobilizar pessoas a ingressarem, sem garantia de efetividade do mesmo, angustiava as iniciantes: “#Nós tínhamos medo de pegar uma pessoa que tava empregada, saísse do emprego e viesse trabalhar com nós e não tivesse garantia#.” (C, maio 2011).

O registro em carteira de trabalho, bem com a lógica à qual é atrelado no sistema capitalista, constitui-se neste contexto como um parâmetro para avaliar positiva ou negativamente uma futura oportunidade de trabalho. A partir desta ótica é possível interpretar o plano discursivo presente nas falas das trabalhadoras. Pode-se afirmar que a ausência de lastros de “ordem”, tais como a relação patrão/empregado, garantias de remuneração e benefícios sociais

determinados a priori a entrada, pode ter gerado incertezas iniciais, fazendo com que muitas não ingressassem e outras não quisessem permanecer no empreendimento.

Contudo, para as três precursoras que ainda continuam a trabalhar na cooperativa, a expectativa de êxito da experiência sempre esteve presente, mesmo nas dificuldades. P. faz questão de deixar registrado às atuais trabalhadoras:

Isso para quem é novo é bom saber porque a história que a gente conta hoje é uma história é de muita garra, de muita persistência! Porque senão, nós tinha fechado, guardado tudo! É uma história de muita esperança, é uma história de muita vontade(!!)de de construir alguma coisa, de ser diferente!  
°Acho que é preciso que este grupo saiba destas coisas°. (P, maio 2011).

“Guardar tudo”, no contexto em que aparece, apontava para a extinção do empreendimento e, junto, o esfacelamento de outras possibilidades às trabalhadoras: a de inclusão pelo trabalho, geração de renda, acesso ao espaço público, à concretização do projeto e dos ideais nele imbricados.

Mesmo diante de tamanhas intempéries, típicas de um sistema competitivo e excludente, a organização conseguiu sobreviver. Após dez anos de atuação no ramo das confecções, deixou de ser microempresa passando a usar a razão social de cooperativa. A história é lembrada, não só pelo relato da presidente, quando traz a “garra” e “persistência” como grandes impulsionadoras, mas também por outras cooperadas, quando revivem o fato, de modo bem alegre, pela narrativa fotográfica. “@O dia que veio a documentação da cooperativa, a

papelada, o advogado disse “é a primeira vez que eu vejo uma empresa se transformar em cooperativa”@.” (C, maio 2011).

A fala do advogado é mantida na lembrança da cooperada como a confirmação de que era possível fugir à regra, “ser diferente”. Mudar da condição de empresa para cooperativa não é uma situação comum de ser encontrada no âmbito da economia solidária. Singer (2001) aponta que diante do dilema da competição muitos empreendimentos deixaram de ser solidários e desvirtuam-se dos seus princípios cooperativos iniciais. Assim, muitas empresas que nasceram solidárias acabam por se adaptar ao capitalismo e por isso deixam de ser solidárias.

Santos e Rodríguez (2002) avaliam que a fragilidade econômica por que passam as organizações de ES, especialmente quando têm de enfrentar a concorrência ou situações políticas desfavoráveis, contribui para que haja falência, cooptação ou adequação aos moldes capitalistas. Exemplo é o estudo de caso realizado por Dal Magro e Coutinho (2008). Ao abordar os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em um empreendimento solidário as autoras constataram a dificuldade dos cooperados em se identificarem com o modo cooperativo e autogestivo. Além disso, a dependência em relação ao poder público e as atividades de assessoria foram destacadas como um aspecto limitador no processo de construção da autonomia do empreendimento. Fragilizado pela situação, veio a descaracterizar-se como cooperativa popular, transformando sua condição jurídica legal para a empresa, após três anos de formação.

Pedrini, Prim e Santos (2004) avaliam, a partir de vários estudos, as dificuldades que atravessa a consolidação dos empreendimentos solidários. Como análise, as autoras acreditam que

sua sustentabilidade passa necessariamente pela existência de redes de colaboração e apoio mútuo, que realizem ações conjuntas e confirmem a estes empreendimentos um novo potencial de expansão.

Tal aspecto é evidenciado na cooperativa em estudo quando esta, à medida que vai se inserindo e garantindo espaço na cadeia produtiva das confecções, inicia um processo de articulação com entidades de assessoramento e fomento, entre os quais se destaca a ITCP e a UNISOL. Do mesmo modo, a vinculação às mediações externas, especialmente aos movimentos sociais, fortaleceu o reconhecimento como cooperativa inserida no movimento de economia solidária.

Há clareza de que a relação com a proposta de economia solidária alterna em premência e intensidade a cada uma das trabalhadoras. De fato, a presidente é, sem dúvida, a mais entusiasmada com a constituição da cooperativa. Seu envolvimento com a experiência é intenso. Ao tratar de sua constituição, afirma que o objetivo sempre foi a de tornar-se cooperativa, vendo nesta a possibilidade de estabelecer novas relações com o trabalho:

Nós queríamos uma coisa de todos. (3) Quando você tem uma empresa, é uma sociedade do capital, e a gente queria uma sociedade de pessoas, gente, e a cooperativa nos dava esta possibilidade, onde cada associado independente de número de cotas que tivesse, ele teria o me(::<)smo poder de decisão, de poder dizer .... #A ideia de transformar em cooperativa é muito mais o sonho de ter um grupo, que tivesse outra relação que não seria de patrão/empregado. A cooperativa, na verdade, é uma coisa muito mais ideológica, por isso ela tem outro valor #. (P, maio 2011).

A fala da presidente remete a um texto que reverbera elementos essenciais da prática discursiva proposta na economia solidária: “uma

coisa de todos”, “uma sociedade de pessoas”, “mesmo poder de decisão”, “outra relação que não seria de patrão/empregado”, “tem outro valor”. Todas sinalizam para a busca de novas relações com o trabalho, mais democráticas, igualitárias, em que o humano tivesse prevalência sobre a “sociedade do capital”.

Cabe salientar que nem todas as trabalhadoras haviam passado por experiências de participação política ou comunitária como P., aspecto que desembocou em interesses nem sempre comuns em relação à constituição do empreendimento, bem como leituras outras sobre a mesma realidade. Uma delas diz respeito à própria mudança da condição jurídico/legal de empresa para cooperativa, representando diferentes concepções do significado em tornar-se cooperada: “é A gente mudou para cooperativa para poder concorrer aos recursos do projeto. Assim a gente podia ganhar.” (C, maio 2011).

A fala remete à possibilidade de poder captar recursos, via inscrição de projetos para editais, lançados pelos Ministérios, em especial do Ministério do Trabalho e Emprego, ao qual a economia solidária, na condição de política pública, está ligada.

Destaca-se, ainda, que o ideário de constituir-se enquanto “grupo”, em torno de um projeto que era “ser cooperativa” não foi o principal motivador de todas que ingressaram, como é possível constatar na fala seguinte: “Eu entrei na AGD por acaso. No começo eu entrei só com o documento (4). Daí a P. veio e pediu se eu queria assinar uns papéis. Eu disse “Não, não tem problema nenhum”. Pois, eu ia entrar de sócia numa coisa que elas queriam.” (C, maio 2011). Sendo corroborada pelo relato da presidente: “é A gente convidou a C. porque

precisava de pelo menos três pessoas para começar as atividades no projeto.” (P, maio 2011).

É possível perceber que a constituição do empreendimento faz parte do sonho e do “querer” de algumas pessoas, mas não de todas. Neste “constituir-se” há uma forte e clara evidência da liderança da presidente, que se afirma, inicialmente, pelo próprio saber que detém: a arte da costura. “é Como eu era a única pessoa que tinha outra experiência... sempre costurei desde criança, eu sempre costurei, a gente pensou em montar uma sala de costura porque as outras além de professora nunca tinham feito outra coisa.” (P, maio 2011).

Como ela mesma aponta seu conhecimento em torno da atividade da costura torna-se o principal critério na escolha em “o que produzir”, mobilizando a constituição do empreendimento. Do mesmo modo, a escolha pelo lugar da produção também foi pautada nas possibilidades oferecidas pela presidente: a sua casa. “A gente correu atrás e fez o dito cujo do mini projeto pra começar então com a sala de costura. Onde seria o lugar? Na minha casa, porque já tava em processo de construção e tive uma parte vaga lá que podia começar.” (P, maio 2011).

O lugar de saber/poder de P. não é construído unilateralmente. Ao contrário, o coletivo formado passou a reconhecê-la como porta-voz de seus anseios. Sua carreira de militância e articulação política ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento do coletivo, simultaneamente foi delimitando espaços determinados e enrijecidos de saber/poder. Seus modos de agir perante e a partir dos discursos construíram modos de subjetivação em torno de uma figura importante para a mobilidade e a continuidade do empreendimento. Estar nesse

lugar de saber, em que se reconhece e é reconhecida como tal, faz com que alimente seu lugar de poder. Desse modo, o que se enfatiza é que não são por suas vontades conscientes ou por suas liberdades de atuação que os “indivíduos” seriam caracterizados, mas sim por um “conjunto de condições que (os) possibilitam cumprir uma função de sujeito” (FOUCAULT, 1995, p. 83).

A partir da perspectiva foucaultiana, este modo de construção do trabalho revela exercícios de poder, entendidos não como “simplesmente uma relação entre ‘parceiros’ individuais ou coletivos, um modo de ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT, 1995, p. 242). Também, não é a manifestação de um consenso, nem da ordem do consentimento, “não é, em si mesmo, renúncia a uma liberdade, transferência de direito, poder de todos e de cada um delegado a alguns (o que não impede que o consentimento possa ser uma condição para que a relação de poder exista e se mantenha)” (p. 243). Para o autor, relação de poder é um modo de ação que age sobre a própria ação do outro.

[...] um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia, ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos e o quanto eles agem ou não são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Neste campo de ações, várias são as compreensões em torno do trabalho cooperativo. Assim, se para algumas cooperadas,

especialmente a presidente, participar do empreendimento é visto como uma possibilidade de estabelecer novas relações econômicas e sociais, para algumas trabalhadoras que ingressaram mais recentemente a cooperativa não é reconhecida como um espaço diferenciado de trabalho: “Aqui é mais mulheres, no outro lugar era só eu! É a única coisa de diferença. Tem essa questão da pressão, no mais acho que é a mesma coisa.” (C, maio 2011).

Um das possíveis hipóteses é o fato destas pessoas possuírem pouca proximidade com o ideário do cooperativismo, vindo a inserir-se apenas para não ficar fora do mercado de trabalho, ou seja, como necessidade de sobrevivência. De outro lado, dado o ingresso no empreendimento, pouco é o movimento que favoreça a participação em atividades de formação voltadas ao cooperativismo. O Estatuto da cooperativa, ao tratar dos deveres e responsabilidades dos associados, pressupõe ainda que o ingresso de novos associados tem como requisito indispensável à participação em cursos sobre economia solidária. Quando questionadas sobre a importância de atividades de formação, ou ainda espaços para busca de maiores informações, todas reconhecem como necessário. Contudo, algumas trabalhadoras justificam que, diante da intensa rotina de trabalho, falta tempo.

A questão da rotina, muitas vezes lembrada pelas trabalhadoras pela necessidade da precisão e rapidez no atendimento aos clientes, parece ser premente na organização do trabalho. Assim, são limitadas as possibilidades de abertura à construção de um projeto pedagógico, que



privilegie a pedagogia da produção associada ao invés de projetos educativos para o capital<sup>30</sup>. Segundo Tiriba (2007),

[...] a pedagogia da produção associada, enquanto campo teórico e prático que visa o estudo e a concretização dos processos de educação e formação humana, tem como objeto de pesquisa e ação a socialização, produção e mobilização de saberes teórico-práticos que contribuam para a formação omnilateral e para a emancipação dos trabalhadores associados na produção. (TIRIBA, 2007, p. 156).

De acordo com autora citada, é imprescindível que a educação atue como processo político e pedagógico no fortalecimento dos processos constituintes de outras formas de produzir a vida, como é o caso dos empreendimentos solidários. Tiriba (2007) avalia que a educação não se dá apenas de fora para dentro, mediante a presença de especialistas que vão ao empreendimento desenvolver cursos de formação. Mas se dá, fundamentalmente, como parte integrante da cultura do trabalho, que vai se construindo no dia a dia associado ao modo como as relações vão se estabelecendo. Neste mesmo sentido, Mészáros (2005) defende que o sentido da educação

[...] não pode ser senão o rasgar da camisa de força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento com o controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos os meios ainda a serem inventados e, que tenham o mesmo espírito. (MÉSZÁROS, 2005, p. 78).

---

<sup>30</sup> A autora apresenta três formas de projetos educativos do capital: “a) educação para a empregabilidade (para tornar vendável a força de trabalho no mercado); b) educação para o empreendedorismo (para estimular a “gestão do próprio negócio”) e c) educação para o (falso) cooperativismo (para garantir a nova cadeia produtiva requerida pela acumulação flexível)”. (TIRIBA, 2007, p. 156).

Romper com o controle exercido pelo capital tem sido uma difícil empreitada as trabalhadoras. Apesar das contradições, as quais serão mais bem abordadas no próximo capítulo, o desenvolvimento do empreendimento mostra a marca indelével da luta das trabalhadoras em não deixar morrer o ideário do projeto que fomentou sua constituição. Uma iniciativa que se configurou não apenas como possibilidade de geração de mais um posto de trabalho a suprir o excedente do capital, mas para, além disso, se concretizou para várias mulheres como uma nova possibilidade de acesso ao espaço público, com projeção de mudanças nas suas condições de vida, como será examinado a seguir.

### **3.2 O lugar do feminino nas relações com o trabalho: a “escolha” pela costura**

Pode-se dizer que a constituição deste “grupo de costureiras” se configurou de forma ambígua. De um lado, seu caráter inicial, a partir do olhar de suas precursoras, mantinha um ideário que se contrapunha ao capitalismo, dado que pregava valores diferentes nas relações de trabalho, com ideais de democracia, igualdade e inclusão. De outro, em concordância com Santos e Rodríguez (2002) e Antunes (2007), mostrou-se funcional ao próprio sistema, dado que passou a abarcar um contingente de trabalhadoras excluídas do mercado de trabalho: desempregadas, trabalhadoras que viviam de pequenos serviços de costura prestados aos vizinhos, com idade avançada, problemas de saúde, sem maiores qualificações ou grau de escolaridade. Foi assim que o empreendimento foi sendo constituído.

Pode-se afirmar que a realidade de desemprego, comum a algumas das trabalhadoras, que vieram a inserir-se no empreendimento, está alicerçada na herança do modelo econômico neoliberal, que gerou especialmente na década de 1990, uma gigantesca população de desempregados, com já apontado no primeiro capítulo. Apesar do fenômeno da exclusão atingir todas as camadas sociais, a mulher trabalhadora, notavelmente, a que pertence às camadas populares, como é o caso dos sujeitos da pesquisa, faz parte de um recorte seletivo da dinâmica da exclusão/inclusão no mercado de trabalho (DIOGO; COUTINHO, 2006).

A expressão dialética da exclusão/inclusão é utilizada aqui a partir da perspectiva de Sawaia (2008, p. 108), a qual enfatiza que “ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação”. Nesse sentido, é possível pensar os processos de exclusão como parte das estratégias históricas de manutenção da ordem social, na construção das diferentes formas de desigualdades.

Este referencial nos ajuda a olhar as grandes repercussões geradas, especialmente ao público feminino, dada a inserção de novas formas tecnológicas e os programas de reestruturação produtiva implantados pelas empresas. Como apontado por Diogo e Coutinho (2006) a flexibilização dos mercados levou as mulheres a se sujeitarem a realizar trabalhos mais vulneráveis, pelo estabelecimento de contratos flexíveis, mal pagos e provisórios, como é o caso, por exemplo, dos

trabalhos sem registro<sup>31</sup>, característicos das atividades laborais autônomas ou terceirizadas, frequentemente colocados à margem da economia formal.

Para as autoras citadas, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorre de forma setorializada: as ocupações locam-se em tarefas repetitivas, manuais, que exigem atenção e minúcia, o que aponta para a concentração de seu trabalho em serviços pessoais, comunitários, administração pública, saúde, ensino, comércio de mercadorias ou outras atividades agrícolas e domésticas (DIOGO; COUTINHO, 2006). Muitas destas reproduzem as tarefas da casa, como é o caso da costura.

A partir das questões postas é que busco, mesmo não sendo foco desta pesquisa, lançar um olhar sobre a “escolha” em trabalhar com a costura. Tal intento implica, necessariamente, a discussão sobre os papéis e lugares atribuídos social e culturalmente à mulher e ao homem, ou seja, trata-se de relações de gênero.

Scott (1995) entende gênero como uma categoria analítica das relações, destacando a rejeição às explicações biológicas que conotam e naturalizam dons ao ser homem e ser mulher. Tal concepção compreende as relações de gênero como “construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres. Gênero é, por esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.” (SCOTT, 1995, p. 75).

Este núcleo de definição repousa na proposição de que o gênero constitui um campo construído socialmente, pautado em relações

---

<sup>31</sup> Dados do DIEESE (2011) apontam que a distribuição dos empregos com carteira de trabalho assinada das mulheres é de aproximadamente 17% inferior ao percentual dos homens.

assimétricas, dentro ou por meio do qual se articula o poder. Como categoria descritiva/analítica das relações sociais, esta ótica contribui ao objeto em estudo, ao permitir analisar o lugar do feminino em suas diferentes relações com o trabalho, o que nos serve de base para discussão da costura como trabalho.

Os discursos oriundos na pesquisa corroboraram a afirmação já feita por diversos estudos, como por exemplo, Saffioti (1992), Nogueira (2001) e Fonseca (2000) quando, ao abordar as relações de gênero, enfatizam que o mercado de trabalho é sexualmente segregado. As mulheres, trabalhadoras do empreendimento, frequentemente, acumulavam trabalho dentro e fora de casa, conciliando atividades laborais da costura com responsabilidades domésticas e familiares, enquanto os homens encarregavam-se do trabalho externo, no âmbito público. Este aspecto ficou evidente nas imagens escolhidas para a realização do primeiro grupo focal, o qual tratou das motivações que as levaram a buscar o trabalho no empreendimento. Nestas, a maior parte das trabalhadoras registrou imagens voltadas à família - especialmente filhos(as), ou de espaços de convívio familiar, como a casa.



Fotografia 2: “Meu filho, é por ele que estou aqui” (C).



Fotografia 3: “Minha casa, minhas filhas, é uma nova história”(C).



Fotografia 4: “Meus filhos, a razão do meu viver” (C).

De acordo com Rago (1997), historicamente, o lugar atribuído à mulher foi sendo viabilizado a partir do ideário de “mãe cívica” de que a mulher, pelos seus dotes naturais de sensibilidade e delicadeza, deveria dedicar-se a preparação moral e intelectual dos futuros cidadãos. De outro lado, houve o reforço às qualidades eminentemente masculinas, transformando o homem em um bom trabalhador. Esta divisão de papéis lançou a mulher às lidas domésticas e aos afazeres<sup>32</sup> ali implicados, abrindo maiores possibilidade de inclusão profissional para homens.

Na condição de principais responsáveis por atividades domésticas, a busca por um trabalho fora de casa se tornou um grande complicador, sendo preciso, em alguns casos, pedir auxílio às pessoas

---

<sup>32</sup> Os termos “afazeres domésticos” são usados no texto considerando a definição utilizada pelo DIEESE (2001, p. 289): “Entende-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência.”

mais próximas, como avós, vizinhos ou outros familiares. Diante desta situação, a busca pela conciliação entre o desempenho doméstico e profissional trouxe grandes dificuldades, sendo frequentes os relatos que anunciam a participação em trabalhos parciais, ocasionais ou sazonais. Tomemos como exemplo o caso de uma das trabalhadoras:

#Daí quando eu entrei na fábrica, três meses me mandaram embora. Eu disse “Pronto, se foi!” Perdi minhas esperanças de novo.# Daí, comprei uma máquina de costurar toalhinha de prato em casa. Daí a minha sogra ficou doente e eu fui cuidar. ( ) Depois eu me separei. Daí me deram mais uma chance. Eu entrei, fiquei dois anos e meio e @consegui passar na experiência@. (C, maio 2011).

Outra consideração a ser feita é que grande quantidade de trabalho doméstico e com os cuidados à família realizado por estas mulheres nunca foi pago. Além de não pago, estas atividades, segundo seus relatos, não eram devidamente reconhecidas como “trabalho”, sendo desvalorizadas no âmbito social por serem inferiores e invisíveis, inclusive dentro da própria casa, no seio familiar.

Segundo Diogo (2005), uma das argumentações para a desvalorização do trabalho doméstico é por este, diferente do trabalho assalariado, possuir baixa exigência de especialização, não gerar outras mercadorias, nem excedente social. Tais fatores levam este tipo de trabalho a configurar-se como improdutivo e não pertencente ao ciclo econômico e, por assim constituir-se, ter seu valor depreciado.

Para a maioria das trabalhadoras, ser costureira não se revelou como uma escolha, mas o que era possível diante da falta de estudos, baixa qualificação para o mercado de trabalho formal, como revela o breve resumo da carreira profissional de uma das cooperadas:



Eu já costurava antes, mas eu tinha parado um tempão, porque meu marido faleceu e daí eu fui trabalhar de doméstica. °Não tinha outra coisa°. Eu não tinha muito estudo também. Trabalhei sete anos numa casa de família. Depois eu trabalhei também numa firma de costura, eu e minha irmã trabalhava junto. Depois eu parei,° a firma faliu°. Saí (3) fui trabalhar de doméstica de novo e agora fazia uns dois anos que eu tava desempregada, cuidando dos meus netos. (C, maio 2011).

À medida que vão narrando suas histórias de aproximação com a costura, é possível identificar que suas dinâmicas de trabalho, com raras exceções, são marcadas pela descontinuidade decorrente, notoriamente, pelas mudanças no ciclo de vida familiar: maternidade, processos de adoecimento, divórcio, empregabilidade do marido etc. Estas informações vêm corroborar a pesquisa realizada pelo DIEESE (2011), quando seus dados apontam que o tempo médio de dedicação mensal das mulheres ao serviço doméstico e cuidados familiares é muito superior ao dos homens<sup>33</sup>. Além disso, percebe-se que suas passagens pelo trabalho, quando remunerado, oscilam entre ocupações de baixa renda, como é o caso, por exemplo, do trabalho doméstico.

A maioria das mulheres já tinha um contato com a costura anterior ao ingresso na cooperativa. Geralmente, não assumindo como principal forma de trabalho e/ou profissão, mas sim como forma de complementação de renda, ou como um “bico”, atuando na informalidade, como conta uma das trabalhadoras: “Eu comecei (referindo-se à costura) lá com a minha cunhada, porque eu nem sabia

---

<sup>33</sup> Segundo os dados da pesquisa, as mulheres dedicam um tempo médio mensal de 25% ao serviço doméstico, sendo que para os homens a média é de 10% (DIEESE, 2011).

cortar e costurar. ( ) daí ela (cunhada) tava com um monte de serviço.# E daí eu peguei e fui lá (trabalhar) com ela#.” (C, maio 2011).

Assim como foi para esta cooperada, o trabalho informal possibilitou para a maioria das mulheres os primeiros aprendizados na costura. Era comum ouvir que a habilidade foi sendo construída na experiência do dia adia: errando, acertando, descartando...

O trabalho na cooperativa, embora responsável em grande parte dos casos como a maior renda familiar, não veio a substituir os cuidados da casa. Muito pelo contrário, foi configurando-se como uma dupla ou até tripla jornada destas mulheres. “é A gente trabalhava de manhã em casa, de tarde na sala de costura. A P. trabalhava até de tarde. Depois ela chegava e nós íamos até a madrugada.” (C, maio 2011).

Para algumas, diante da necessidade, o espaço laboral foi se desenhando como extensão da casa: “No começo do trabalho eu levava o J.P. (filho de uma das trabalhadoras) e ele dormia numa cesta. ( ) Aqui e gente podia trazer os filhos junto. @Quanto trocar fralda em cima da mesa de corte!@” (C, maio 2011).

Poder “trazer os filhos junto”, remete à possibilidade de conciliar o trabalho com os cuidados familiares, revelando-se como uma das mais preponderantes motivações que levaram as mulheres a ingressarem na cooperativa. Somada a esta, destaca-se a expectativa em ter a primeira remuneração, sem depender do marido. Embora cientes das possíveis dificuldades que iriam enfrentar na efetivação do empreendimento, trabalhar fora de casa significava a possibilidade de se libertar do lugar social atribuído à mulher, que em muitos casos revelava-se pela condição de subalternidade à figura masculina, como é possível identificar nesta fala: “Eu era acostumada atender o marido,

comid(:)inha pronta, calçado limpo, roupa passada, roupa na porta do banheiro, \*me traz isso, me traz aquilo\* (...). Aí eu pensei: \*eu tô cansada disso! Eu vou dar um jeito na minha vida\*.” (C, maio 2011).



Fotografia 5: “Meu pensamento era me libertar das panelas” (C).

Eu tirei essa foto ((mostrando para a imagem)) lá em casa, na cozinha. Porque a minha vida até então era ali, né. Não tinha saída. Meu pensamento era me libertar das panelas. Porque a minha vida até então era ali: as panelas, os filhos, a família. Não tinha saída. Eu tentava inventar naquele mundinho. Eu tinha que achar um motivo para mim me libertar da cozinha, de dentro de casa, de sair, de fazer alguma coisa. Eu já fazia massa caseira, e coisas. Mas dentro de casa. Eu precisava desabrochar para o mundo. (C, maio 2011).

Não adiantava apenas estar “cansada”, era preciso ter outras possibilidades disponíveis. Mesmo buscando criar, “inventar naquele mundinho”, como verbaliza outra cooperada, o que ficava mais presente em sua rotina estava relacionado ao trabalho doméstico e aos cuidados com a família. Assim, Trabalhar na cooperativa se configurou como “dar um novo jeito à vida”, uma possibilidade de se libertar e fazer algo

diferente do que antes fazia. “Desabrochar para o mundo” remete, neste caso, à possibilidade de acessar o espaço público, de libertar-se do enclausuramento criado dentro da própria casa.

Somado a esta possibilidade, sair da solidão foi observado como sendo outro motivo que levou ao ingresso na cooperativa. Na condição de donas de casa, ou ainda, costureiras autônomas, a trajetória de trabalho revelava-se como momentos muito solitários.



Fotografia 6: Sala de costura na casa de uma das trabalhadoras (C)

A imagem acima exposta, feita por uma das trabalhadoras, vislumbra na constituição de um “grupo” novas perspectivas de trabalho e geração de renda, novas possibilidades de sonhar e concretizar sonhos, com apoio mútuo. “É Por causa que no grupo todo mundo te dá apoio e sozinha tu não tem apoio de ninguém! Tu tem que buscar aquilo, se virar.”(C, maio 2011). Contudo, esta condição de liberdade não foi vista com bons olhos por alguns maridos, os quais passaram a resistir à ideia de suas esposas trabalharem fora. Na condição de provedores do

sustento familiar avaliavam que não havia necessidade de dedicação a outra atividade que não fosse voltada à casa e à família.

Hoje eu vou lá para ver como funciona e de repente eu entro. “Já arrumou pra cabeça” (fala do marido). [...] Ele sempre me disse: \*Pra você não falta nada, tu tem tudo!\* Pra ele ter comida na mesa tem tudo, não precisa de outra coisa. [...] Eu ganhei a liberdade dos filhos, queria ter meu salariozinho, nem que fosse pouco, mas queria! Pensei \*mas eu vou entrar! Os dois anos passam mas eu vou ter meu salário\*. (Conversa de uma das cooperadas com o marido quando apresentou a ideia de ingressar na cooperativa). (C, maio 2011).

O relato acima mostra o embate na conquista de um novo lugar social, o de ser reconhecida como trabalhadora. O “tudo” já não se restringia ao que era provido pelo marido. Era preciso sentir-se livre. Mesmo sabendo que poderia demorar, ainda restavam esperanças, sendo a cooperativa um espaço de concretização deste ideal.

O trabalho no empreendimento não exigia habilidades com a costura, bastava “querer estar junto” e ter vontade de aprender. Foi assim que a constituição do empreendimento possibilitou a uma das cooperadas a primeira inserção no mercado de trabalho:



Fotografia 7: “Era a coisa do primeiro emprego” (C).

Eu tirei a foto da minha carteira de trabalho ((mostra a fotografia para o coletivo)). Eu comecei com praticamente 15 anos ajudando elas. Era a coisa do primeiro emprego. Começou não por ser um emprego, eu comecei ajudando depois elas começaram me pagar por mês, pra me ajudar. ( ) no caso depois eu acabei casando, então veio mais a responsabilidade de se firmar como uma profissão. (C, maio 2011).

Torna-se evidente no enunciado que as mudanças no ciclo de vida familiar trouxeram nova conotação ao trabalho na cooperativa. O que antes era visto como “ajuda”, e que não carecia de remuneração fixa, a partir da nova configuração familiar, se concretizou pela necessidade de se tornar profissão. A narrativa sinaliza um novo lugar social para a mulher, a qual passa a contribuir direta e formalmente na renda familiar. De acordo com Siqueira (2002), o aumento significativo das mulheres em espaços de trabalho remunerados colocou em questão o lugar do homem como provedor, abalando substancialmente a família patriarcal. No caso das trabalhadoras em estudo, percebe-se que algumas delas, pela inserção na cooperativa, se tornaram chefe do

domicílio, sendo que suas famílias dependem exclusivamente desta renda. Outros lares revelam menor grau de dependência financeira, mas seus ganhos são essenciais para complementação da renda familiar. Dados do DIEESE (2011) destacam a grande proporção de mulheres que são chefes de família, chegando a atingir um percentual de 23% nos setores de prestação de serviços, como é o caso da costura. No setor de serviços domésticos, a média chega a atingir 90%.

Ingressar na cooperativa trouxe para as trabalhadoras não só novas possibilidades de geração de renda, como novas produções subjetivas, extrapolando os limites antes desenhados em torno do lugar social atribuído ao feminino. Por meio do ingresso ou da volta ao espaço público, pelo compartilhamento das experiências cotidianas, foi possível ampliar a visibilidade e as possibilidades a partir do trabalho. Dada a influência dos discursos e do apoio mútuo, algumas mudanças foram provocadas nos modos de pensar e agir. Podemos citar como exemplo o (re)pensar da conjugalidade, que mobilizou uma das trabalhadoras a separar-se do marido. Junto à separação, faz-se a leitura de que houve o rompimento do modelo tradicional de família nuclear, preponderando outros projetos de vida antes não vislumbrados.

A sequência dos enunciados trazidos neste texto aponta para uma participação bastante ativa das trabalhadoras no debate em torno da temática abordada no grupo focal. Uma discussão fluida, com movimentos constantes de vai-e-vem, na qual pouco se fizeram necessárias as intervenções do pesquisador. Interessante registrar aqui que o movimento antecedente à realização do primeiro encontro como grupo focal foi marcado por muita curiosidade em torno das imagens. Nesse sentido, era comum o interesse em ver a fotografia logo depois

que era verbalizado por uma ou outra trabalhadora que já havia feito o registro. A não identificação da autoria da imagem levou, muitas vezes, a tentativas de adivinhação, motivo de muitas risadas no coletivo. Como diria Zanella (2011, p. 15) a câmera “não somente registra o ponto de vista de seu agente”, mas é “máquina que se olha e se faz olhar”.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato da maior parte das trabalhadoras terem levado a máquina fotográfica para outros ambientes que não o espaço laboral da cooperativa, como por exemplo suas casas. A este fato pode-se levantar duas hipóteses: a primeira refere-se à familiarização com o equipamento e o total envolvimento com a pesquisa. Muitas chegaram a pedir que seus familiares fizessem o registro, incluindo outras pessoas no processo. A segunda hipótese está ligada aos motivos que levaram estas trabalhadoras a ingressarem no empreendimento, os quais, em sua maioria, não estão atrelados a algo interno, como sua forma de organização, seu ideário, suas relações ou algo similar, mas a possibilidade, pela remuneração, de propiciar melhores condições de vida à família e/ou, ainda, a busca em se desvencilhar e superar o lugar socialmente atribuído à mulher.

Maurente e Tittoni (2007), ao abordar o uso do recurso fotográfico na pesquisa em psicologia, afirmam que as imagens produzidas apresentam o tema a partir de um certo lugar social, marcado por condições de possibilidade historicamente produzidas. Nesta mesma direção, Zanella (2011) pontua que na fotografia está implicada a condição sócio-histórica e política de seu autor e do momento em que vive, revelando sua textura bidimensional. Sua objetivação imagética não só expressa suas escolhas, suas preferências e suas condições, mas “as reinventam incessantemente, em um denso e



não linear movimento de objetivação/subjetivação/objetivação...” (ZANELLA, 2011, p. 20).

Estes referenciais balizam novas considerações acerca da produção da imagem no empreendimento estudado. Neste processo, acredita-se que o recurso fotográfico constituiu-se como um importante instrumento disparador das falas, potencializador do diálogo aberto, desencadeando troca de experiências, vivências, algumas já compartilhadas, outras que se tornaram conhecidas, outras, ainda, que ganharam novas visibilidades. Imagens que quando apresentadas e colocadas na condição de trazer à tona o que se pensa também provocaram novos modos de ver, sentir, dizer coisas que o fluxo incessante do cotidiano de trabalho não permitiria. Neste processo, foi possível tecer algumas análises sobre a aproximação das práticas coletivas e a proposta da economia solidária.

É salutar nas diferentes leituras em torno do tema, que a economia solidária pode produzir novas formas de relacionamento, organização, metodologia de trabalho, formas de trocas que busquem, antes de tudo, resgatar a dimensão humana nas relações econômicas e sociais. Para Verardo (2005), para que esse propósito seja possível, é indispensável que haja um “processo permanente de autocrítica para desconstruir o que se quer superar, promovendo em seu lugar o novo e desejável: solidariedade no lugar de concorrência, convergência de esforços no lugar da competição destrutiva, cooperação no lugar do individualismo”. (p. 124)

Contudo, novas perspectivas também apontam novos problemas. A ES coexiste com a economia convencional, que por sua vez é predominante e determinante das relações econômicas e sociais.

Assim, é constante o questionamento: é possível a convivência da solidariedade e cooperação com um mercado competitivo e excludente? Quais discursos e práticas podem ser potencializadores de novas relações no trabalho? Como as relações de saber/poder podem aludir à emancipação humana ou, ao contrário, reverberar formas de exclusão? Estas e outras questões serão abordadas no capítulo seguinte.

## 4 COTIDIANO DE TRABALHO

Compreender como se constroem as relações de saber/poder, a partir de um empreendimento inserido no movimento de economia solidária, objeto desta pesquisa, implicou lançar olhar para as lutas constantes e contraditórias de afrontamento, negociação, aceitação e resistência, não só nas relações internas, entre os sujeitos que compõem a cooperativa, mas também nas relações que estabelecem com seu entorno maior, especialmente com o mercado de trabalho. Tais considerações levam em conta, primeiramente, o entendimento de que a dinâmica do processo de trabalho deste coletivo comporta visões e projetos individuais e coletivos muitas vezes contraditórios entre as próprias trabalhadoras que ali atuam. Em segundo lugar, que há uma correlação de forças entre o trabalho desenvolvido no interior da cooperativa e as normas que regulam o capital.

A compreensão deste contexto parte do referencial foucaultiano, quando nos leva a pensar a sociedade não só como um emaranhado de relações de produção e de significação, mas, igualmente, envolvida em relações de poder muito complexas (FOUCAULT, 1995). Ao criticar o posicionamento de que haveria dominantes e dominados, afirma que as relações de força, as condições econômicas, as relações sociais não são dadas previamente aos indivíduos. Trata-se, portanto, de entender a sociedade como um emaranhado de relações atravessadas por condições de possibilidade, de transitoriedade do poder, uma lógica circunstancial que a caracteriza como uma instância cortada por diferentes redes. As relações imbricadas neste processo carregam uma multiplicidade de correlações

de força, imanentes ao domínio onde se exercem. Assim, a análise foucaultiana não privilegia um “superpoder”, mas, ao contrário, se foca nas correlações de força que, devido à sua desigualdade, induzem continuamente “estados de poder”.

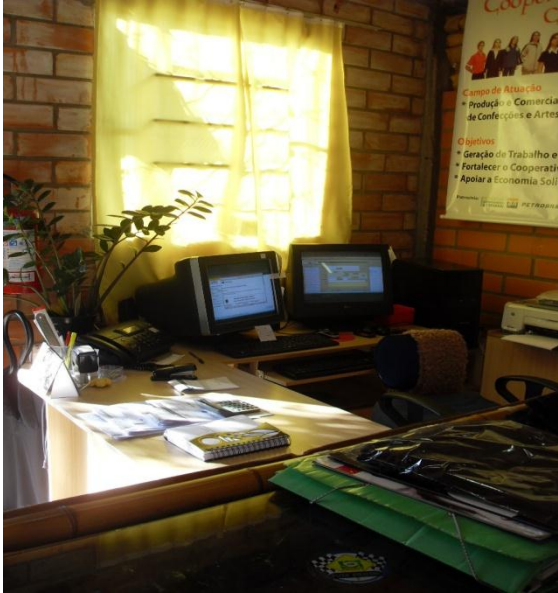
Considerando estes pressupostos, o mapeamento das relações de saber/poder recai, neste estudo, a partir da análise dos processos de trabalho e de seus mecanismos disciplinares, escolha que para esta pesquisa impõe um olhar em torno da dimensão conflitante entre a introdução de novas técnicas de organização no processo de gestão do trabalho e as estratégias de resistências por parte das trabalhadoras. Se, de um lado, a participação se manifesta pela organização técnica do trabalho e da política geral do empreendimento, o que aponta para uma ligeira atenuação das forças de exploração, de outro lado, a cooperativa tem convivido com o sistema capitalista, sem muitas contestações. Isso significa, em nível concreto da experiência, que várias formas de precarização e exploração são mantidas no e pelo trabalho, pois as atividades, bem como as ferramentas e produtos, são construídas de acordo com as normas impostas pelo mercado: o atendimento aos prazos, o controle da qualidade, o ritmo, a estipulação dos preços, aspectos que implicam graus diferenciados de autonomia do trabalhador na gestão do processo produtivo.

Tais aspectos ficaram evidentes na narrativa fotográfica quando, no entrecruzamento das imagens e falas, foram desnudadas significações acerca de como veem o trabalho na cooperativa. A aproximação com as imagens pelas trabalhadoras, o tensionamento provocado entre o ver, pensar e dizer, também foram reveladores de lugares sociais e de relações de saber/poder, reiterados nos e pelos

enunciados. No texto, tanto os silêncios como as falas indicam arranjos de poder, legitimando determinados discursos, práticas e modos de resistência. Nesse sentido, a fotografia constituiu-se, a partir da perspectiva de Tittoni (2011, p. 128), como um dispositivo de problematização “dos modos de viver, inquietar-se, provocar outras visibilidades ou até mesmo produzir a diferença”.

#### **4.1 Divisão e execução das tarefas**

A divisão e a execução das tarefas são definidas considerando as habilidades de cada trabalhadora e as relações diárias que vão estabelecendo umas com as outras. Algumas trabalhadoras acabam se envolvendo em diferentes atividades (costura, venda, compra, atendimento a clientes etc.). Outras, por sua vez, têm o trabalho restrito a algumas atividades. Esta divisão aparece registrada nas imagens, por meio das quais é possível ter uma noção do ciclo da confecção das peças, o que remete também ao modo de organização do trabalho na cooperativa.



Fotografia 8: O escritório (C)

Na fotografia acima aparece o escritório, ponto em que se inicia o processo: ali são recepcionados os clientes e recebidos os pedidos. Este é o único setor que fica separado fisicamente dos demais. Neste são também realizadas as tarefas mais técnico/burocráticas, tais como: emissão de notas, atendimento ao telefone, faturamento dos pedidos, controles dos fluxos de caixa e livro-ponto, emissão de folha de pagamento etc. Poucas trabalhadoras circulam por este espaço, o qual fica mais restrito à responsável pelo administrativo. Depois de aceito, o pedido vai para a mesa do corte.



Fotografia 9: O corte (C)

Na mesa de corte, registrada pela ilustração acima, são desenhadas e cortadas as peças, a partir de moldes, os quais são distribuídos sobre os tecidos, buscando fazer o máximo de aproveitamento. Duas pessoas são responsáveis por esta etapa. Posterior ao corte, os retalhos, peças fragmentadas entre frente, costas, bolsos, golas, vão sendo distribuídas às costureiras, de acordo com o tipo de costura necessário à confecção. A fotografia 10 remete a uma destas etapas.



Fotografia 10: A costura (C)

No total são oito mulheres que cuidam desta etapa. Cada costureira trabalha junto a um único equipamento, o que revela também que está associada a tarefas específicas, devido ao fato de a máquina ser própria para um determinado tipo de costura e o tecido indicado. Por exemplo: costura reta, de gola, cós de calças, brim, social entre outras. Assim, o processo de confecção é realizado em etapas fragmentadas e consecutivas. Posterior à costura, as peças são encaminhadas para o acabamento final.





Fotografia 11: O acabamento (C)

Na imagem acima é possível observar o trabalho de uma das cooperadas, a qual é responsável pelo acabamento dos produtos. Esta etapa geralmente é desenvolvida com a ajuda de duas ou três pessoas. Neste espaço encontra-se a mesa de limpeza, usada para tirar os fios excedentes das peças, puxar o cordão das peças, fazer a casa do botão, as marcações da gola, passar o ferro quando necessário e embalar as peças para entrega.

O processo de confecção finaliza seu ciclo onde começou. A pessoa que cuida do escritório também é responsável pela conferência dos pedidos, realizando o faturamento, emissão da nota e entrega dos mesmos aos clientes.

A dimensão técnica do processo organizativo foi trazida aqui como forma de dar visibilidade aos elementos que compõem o contexto

de trabalho. Entende-se, ainda, que a mesma pode incidir sobre sua dimensão social, uma vez que delimita os espaços e os tempos das interações cotidianas determinando, ainda que parcialmente, a dinâmica da cooperativa. Estando atenta a estes aspectos, observa-se que a sequência das imagens aponta para a organização de um trabalho que se aproxima<sup>34</sup>, por suas tarefas serem pormenorizadas e repetidas, às características do sistema taylorista/fordista de produção.

Executando o trabalho em séries, cada peça passa a ser confeccionada por etapas constitutivas do produto final, exercidas por diferentes trabalhadoras. Assim, o que se pode ver não é mais o ofício de costureira e seu produto final, mas o trabalho da pessoa que cuida da gola, que costura o brim, que faz a costura reta etc. Tarefas distribuídas entre as trabalhadoras como forma de controlar as operações individuais. De acordo com Braverman (1987, p. 149), esta é uma das formas mais eficientes de controlar cada elemento, “uma forma de aperfeiçoar a administração” e eliminar “elementos de acaso e acidentes”. Esta ideia era visivelmente materializada na organização do ciclo produtivo. Diante da observação de algum trabalho mal feito, ligeiramente eram identificadas as pessoas responsáveis pelo desempenho de tal etapa. Assim, com facilidade se recorria a estas para conserto do produto.

Embora cada uma tenha uma função delimitada, percebe-se que existe um espaço de troca entre as trabalhadoras. De certo modo, pode-se afirmar que pelo fato de o espaço físico ser totalmente aberto, sem

---

<sup>34</sup> A utilização da sentença “um trabalho que se aproxima” deve-se ao fato do sistema fordista basear-se no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operatórios muito curtos, tornando-o repetitivo (BRAVERMAN, 1987). Contudo, várias características deste sistema não são observadas na gestão do trabalho no empreendimento estudado, como será melhor detalhado na sequência do texto.

qualquer divisória, com exceção do escritório, facilita que elas se vejam, conversem, avaliem a qualidade dos produtos. A disposição dos equipamentos também favorece o diálogo. As máquinas ficam dispostas uma à frente da outra ou, ainda, uma do lado da outra. Sua distribuição não segue o ordenamento da sequência das etapas para a confecção das peças. Assim, apesar de cada uma fazer o uso frequente do mesmo espaço e equipamento, é comum a mobilidade das trabalhadoras.

Embora algumas, como as já mencionadas anteriormente, trouxessem a imagem do seu espaço, a maior parte das trabalhadoras registrou a imagem do coletivo, ampliando o foco para outros detalhes do ambiente laboral. Assim, o que antes aparecia fragmentado, partindo de outro ângulo, forma um contexto único.



Fotografia 12: “O grupo” (C).

“#Tentei tirar o máximo do grupo. Eu acho que representa o grupo unido, trabalhando, todo mundo pegando junto#.” (C, jun. 2011).

“Pegar junto”, como apontada pela fala anterior, transmite a mensagem de estarem comprometidas com o trabalho, apontando para a

responsabilidade em assumir o resultado como coletivo e não individual. Esse aspecto também aparece em outras narrativas: “#E eu tirei a foto ali da frente porque é mais o meu serviço, né! Mas também tô aqui atrás ajudando. Eu acho que não importa se esse é o meu serviço ((mostrando para a foto do escritório)) eu tenho a responsabilidade no cotidiano com toda a cooperativa#.” (C, jun. 2011).

De modo consensual, trabalhar na cooperativa implica um compromisso com todo o processo de organização e funcionamento. Preocupação e responsabilidade são sentimentos que preponderam nos relatos, sendo apontados como elementos que diferenciam a cooperativa de uma empresa. Neste contexto, apontam serem necessárias novas formas de lidar com o trabalho, o que inclui a participação.

Coutinho (2006), ao abordar a participação no trabalho, toma como referência categorias de análise estabelecidas por diferentes autores. A partir destes, desenvolve um quadro teórico sobre as dimensões da participação <sup>35</sup>, o qual contribui para análise das práticas desenvolvidas em organizações participativas. Tomando como parâmetro esse quadro, identifica-se que a cooperativa em estudo oscila, dependendo da situação, entre dois tipos de participação: ampla e parcial. O grau de controle dos membros aponta para um gerenciamento conjunto dos trabalhadores, o qual se dá pela via da cooperação. Sua influência sobre as questões varia entre as situações de trabalho, recursos organizacionais (benefícios, salários, tipos de produto) e por vezes chegam ao envolvimento com situações mais amplas, como os

---

<sup>35</sup> O quadro teórico sobre as dimensões da participação foi elaborado por Coutinho (2006) a partir das contribuições de Heller (1998), Pateman (1992), Bernstein (1983) e Dwyer (1997). A autora utilizou esse quadro como norteador de uma pesquisa realizada em uma organização industrial, entretanto considero que as dimensões de participação identificadas também poderiam ser analisadas em organizações solidárias.

objetivos e metas do empreendimento. Quanto ao nível organizacional, observa-se uma forma de participação ampla, em que as trabalhadoras, além de exercerem suas atividades, assumem questões do empreendimento em sua totalidade. Concretamente, significa saber das metas, assumir compromisso com os prazos, melhorar a qualidade dos produtos, acompanhar e avaliar as etapas que antecedem e são posteriores à sua. Este envolvimento dos trabalhadores com “o que” e “como” produzem, tornando-as “participantes”, contrapõe formas tradicionais de gestão autoritária de trabalho.

Segundo Coutinho (2006, p. 48/49) “em tese, a gestão participativa pode significar uma diminuição da clássica separação entre concepção e execução, típicas da organização taylorista-fordista do processo de trabalho, o qual constituiria um avanço em relação ao tradicional despotismo fabril”. Contudo, várias são as críticas passíveis de serem feitas a este modelo, revelando desvantagens aos trabalhadores. Uma delas, levantada por Cattani (2006), diz respeito à intensificação do trabalho e à assimilação de normas disciplinares que reforçam a hegemonia do capital.

Em relação a esse aspecto, observa-se que na cooperativa estudada, a participação revela ambiguidades. Se de um lado, aponta para o comprometimento e identificação com o trabalho, de outro, também leva a formas de subordinação a este, quando observada a intensa jornada que algumas trabalhadoras fazem, chegando a estender a rotina de trabalho até 12 horas diárias. Há de se destacar também que o fato de serem remuneradas por hora (ou seja, quanto mais horas trabalhadas, mais altos serão os ganhos) contribui para que haja uma naturalização desta sobrecarga de trabalho. Não há uma exigência de

uma sobre outra quanto ao cumprimento das horas. Contudo, há um código informal presente no discurso de que faltar ou fazer poucas horas quando existe muita demanda por produtos é “fazer corpo mole”, “deixar na mão”, “não ser companheira”.

Embora a carga horária diária possa ser considerada expressiva, não se observa rigor na relação tempo/produção. As trabalhadoras têm liberdade para escolher a hora do intervalo, o qual é realizado dentro do próprio espaço laboral. Assim, por exemplo, não há controle rígido nos horários de lanche, idas ao banheiro, acolhida a um familiar, falar ao telefone, tomar chimarrão, café, conversar sobre outros assuntos que não estejam ligados ao trabalho. Estes aspectos são reconhecidos pelas trabalhadoras: “Se trabalha bastante, °mas se descansa também° @@ Não é como numa firma que tu vai direto, direto.” (C, jun. 2011).

Embora algumas apontem que esta liberdade com os horários tem prejudicado a produção, reduzindo o número de peças confeccionadas, a maioria concorda em manter esta forma de organização, respeitando a necessidade de cada uma. “#Eu acho que tem que comer quando dá vontade# Não porque a C. vai comer... Cada um tem seu ritmo!” (C, jun. 2011).

Na cozinha improvisada, estruturada por uma pequena mesa e um armário, as trabalhadoras preparam seu lanche. Quando este precisa ser refrigerado é guardado na casa do lado, residência de uma das cooperadas. Essa residência torna-se, por vezes, uma extensão da cooperativa, sendo comum ver as cooperadas utilizar as dependências e utensílios da casa.

Também não há restrições quanto à vinda de familiares no empreendimento. Assim, muitas foram as vezes em que observei

adentrarem no espaço para dar um aviso, um recado, trazer um lanche, aproveitando o momento para fazer piadas, contar uma história. Do mesmo modo, filhos e netos menores transitam pela cooperativa, entretidos em meio às linhas, fios, retalhos, brincando de costurar. As cenas indicam que os laços de amizade e solidariedade foram sendo construídos e reconhecidos como importantes para o convívio social no trabalho e fora dele.

A flexibilidade dos horários não é só vivida individualmente. Em várias ocasiões tive oportunidade de acompanhar momentos de integração e confraternização coletiva. Um destes aparece registrado abaixo, relacionando a diferença entre trabalhar na empresa e na cooperativa.



Fotografia 13: Momento de lanche coletivo - “na farra, na festa” (C).

“@Eu tirei aqui na festa, na farra@ #Porque a vida inteira trabalhando em empresa a gente não tinha esta liberdade de poder parar. Chegou uma panela de pinhão, poder comer e ficar feliz. Era trabalhar, trabalhar e trabalhar e deu#”. (C, jun. 2011).

“Na festa, na farra”, como diz entre meio a sorrisos, a cooperada remete a práticas de “liberdade” que fogem do que é esperado tradicionalmente no ambiente laboral, reverberando em avaliações positivas, como “ficar feliz”. Esta flexibilidade com a organização do trabalho faz com que o mesmo não seja considerado penoso.

Sato (1993), ao discorrer sobre as representações sociais do trabalho penoso, afirma que este diz respeito aos “contextos de trabalho geradores de incômodo, esforço e sofrimento físico e mental, sentido como demasiados, sobre os quais o trabalhador não tem controle.” (p. 197). Nesta perspectiva, exercer o controle sobre o trabalho, tornando o trabalhador sujeito da situação, é um dos requisitos principais para que esse seja saudável.

Segundo a autora citada, para que o controle seja possível são necessários três requisitos: familiaridade, poder e limite subjetivo. A familiaridade refere-se a uma aproximação gradativa com o trabalho, num entrelaçamento entre o conhecimento que o trabalhador já possui e o novo. Este processo de aprendizagem que ocorre na interface trabalhador-trabalho também leva ao autoconhecimento. O poder implica a possibilidade de inferir sobre o planejamento da tarefa que irá executar. O limite subjetivo, por sua vez, remete ao “quanto, quando e o que é possível agüentar no trabalho.” (SATO, 1993, p. 200).

Em relação a estes aspectos, é possível identificar que as trabalhadoras foram construindo instrumentos para controlar o contexto laboral, através do que Sato (1993, p. 204) define como “ações adaptativas”. Entendidas como práticas construídas para modificar o trabalho prescrito, estas ações têm como objetivo tornar o ambiente



mais confortável e prazeroso. Sua adoção considera também os desejos e necessidades das trabalhadoras, não comportados em experiências anteriores de trabalho. Tal fator leva a referenciar positivamente as diferenças entre ser cooperada e ser empregada: “é Ser cooperada também tem outras vantagens. Você imagina quando alguém poderia chegar e sair a hora que precisasse? Pra levar filho na escola, receber parente? Sair mais cedo para viajar? Na empresa não é bem assim.” (C, jun. 2011).

Situações cotidianas de trabalhos anteriores são lembradas, reafirmando as diferenças:

@Igual aquela vez que o estagiário me trouxe uma banana e deixou ao lado da máquina, e eu trabalhando e comendo, cabeça baixa@. Eu não sei como pode. Lá na empresa “X” (referindo-se ao local onde trabalhava anteriormente) o supervisor pediu ‘aquela mulher lá ela não fala?’ Todo mundo conversava e eu não abria minha boca! @ Agora não páro de falar@@@@. (C, jun. 2011).

Ao lembrar-se de seu emprego anterior, a cooperada se dá conta de que estar na cooperativa trouxe mudanças ao seu modo de agir, provocadas, claramente, pela nova relação afetiva que estabelece com o trabalho e, especialmente, pelas relações pessoais. Neste mesmo sentido, outra trabalhadora associa o espaço da cooperativa, como “minha casa”, as colegas como “amigas”, “família” e o trabalho como algo prazeroso “é o que eu gosto de fazer!”: “# Aqui é minha casa, porque eu páro mais aqui do que em casa.# Aqui é um lugar gostoso, é a família da gente porque a gente fica mais juntas, nós aqui, amigas, do que com a família da gente! ( ) é aqui meu trabalho, é o que eu gosto de fazer!” (C, maio 2011).

Assim, se de um lado estar comprometida com o trabalho pode soar num sentido negativo, considerando os deveres ali imbricados, de outro, prepondera o argumento de que o empreendimento possibilita o compartilhar do cotidiano, sentir apoio nas dificuldades, podendo afirmar que não estão sozinhas. A divisão do lanche, as caronas até o trabalho e de volta para casa, a escuta dos problemas familiares, ombro amigo na hora das lágrimas são práticas que corroboram este discurso. “De vez em quando a gente briga, da vontade de dar uns chutes, mas eu digo assim que esse grupo é dez, dez, vinte, trinta, cem porque com a suas diferenças é um grupo que o que une é maior que o que desune”. (P, jul. 2011).

Importante destacar, a partir desta última fala, que há o reconhecimento de que existem diferenças e conflitos. Contudo, até mesmo na entonação da voz, o que prevalece é a união e a estreita relação de interdependência – material e simbólica entre as trabalhadoras. Esteves (2004) denomina esse fenômeno de pertencimento ao grupo, revelando que este se mostra como uma marca importante das organizações autogestionárias<sup>36</sup>. O compartilhar de perdas e ganhos, as duras jornadas de trabalho, as pequenas e grandes conquistas ao longo dos tempos (anteriores mesmo à própria história do empreendimento), a aprendizagem em trabalhar com a diversidade de opiniões, o lidar com as diferenças pessoais e os conflitos familiares, possibilitou a criação de grandes lastros de amizade e confiança mútua. O vínculo estabelecido fortalece o sentimento de fazer parte do coletivo

---

<sup>36</sup> Para saber mais, consultar Pedrini (1999). Ao estudar a experiência da Bruscor, empresa autogestionária de Brusque (SC), esta autora fala de uma consciência de pertencimento ao grupo.

o que implica, também, construir dinamicamente o projeto, assumindo os dilemas e desafios que “ser dono” implica.

## **4.2 Política de remuneração**

De acordo com o ideário cooperativista, na empresa solidária os trabalhadores não teriam salários, mas retiradas, a qual varia de acordo com a receita obtida (SINGER, 2002a). Contudo, o que se observa no empreendimento em estudo é a adoção do escalonamento comumente observado nas empresas capitalistas, nas quais cada trabalho tem um valor, considerando critérios do mercado.

A política de remuneração atualmente adotada pela cooperativa está ligada ao desempenho, tendo em vista que considera o ritmo e a habilidade técnica para decisão dos diferentes níveis. A presidente relata os conflitos que já aconteceram na cooperativa devido às diferentes opiniões quanto à forma de remuneração. Muitas pessoas chegaram a sair do empreendimento por não concordarem sobre a distribuição. No início das atividades todas recebiam um salário fixo por mês. Contudo, houve a reclamação de que algumas realizavam uma carga horária de trabalho maior que outras. Isto porque a Cooperativa, como já apontado no segundo capítulo, sempre foi flexível com os horários, não fazendo restrições quanto à liberação do trabalho para atender compromissos particulares. Esta situação gerou descontentamentos no coletivo. As que trabalhavam mais horas achavam injusto receber mesma remuneração.

Diante do descontentamento de algumas, decidiu-se que o trabalho iria ser pago considerando o número de horas trabalhadas. Por

algum tempo a iniciativa deu certo. Contudo, passado alguns meses começou a reclamação de que algumas cooperadas faziam “corpo mole”, algumas desenvolviam só uma função, enquanto outras se prontificavam a desenvolver várias funções no processo produtivo. Assim, mais uma vez a remuneração foi assunto de pauta. Assim, após várias discussões, a hora passou a ser paga de acordo com a habilidade técnica e o ritmo de cada uma das trabalhadoras, instalando diferentes níveis.

O processo de definição da política de remuneração revela-se ambíguo e inacabado. De um lado, observa-se desde a formação do empreendimento um movimento de abertura ao diálogo coletivo. As mudanças foram sendo realizadas, buscando considerar os diferentes pontos de vista, vislumbrando conciliar o interesse da cooperativa com as necessidades das trabalhadoras. Percebe-se, ainda, uma aproximação aos princípios da economia solidária quanto à apropriação dos resultados do trabalho volta-se para as próprias agentes deste processo: as trabalhadoras. Algumas falas enfatizam esta condição: “Quem não tem essa consciência clara de que isso aqui não é de alguém, mas é de todos? Que aquilo que se produz aqui ninguém vai se apropriar?” (P, jul. 2011). E ainda: “Porque na empresa o teu patrão pode ficar milionário e você com o mesmo salário. E na cooperativa nós temos a esperança de ter um salário mais digno, dividindo os lucros.” (C, jul. 2011).

Participar de um empreendimento que “é de todos” remete a um dos parâmetros mínimos da autogestão, que é o da propriedade social e/ou coletiva dos meios de produção e de seus resultados (SINGER, 2002a). Contudo, autogerir-se não somente significa que os

trabalhadores devem ser proprietários, como também gestores do empreendimento. Nesse sentido, a tomada de decisão sobre a remuneração põe em xeque jogos de interesses revelados nos diferentes posicionamentos, muitas vezes conflituosos e contraditórios entre si. P. relata que decidir sobre a remuneração nunca foi um processo tranquilo e de fácil aceitação para todas, sendo que ainda constitui-se um “problema a ser resolvido”, pois afirma não estar claro para todas. Atualmente, a remuneração é dividida em cinco níveis. Do total de quatorze cooperadas ativas na produção, quatro delas recebem o mais alto valor por hora trabalhada. Segundo a presidente, estas pessoas atuam em diferentes funções, incluindo atividades de grande responsabilidade para a cooperativa: faturamento, compra, venda, costura, entregas, administrativo (folhas de pagamento, controle de estoque), elaboração de projetos. Concomitantemente à diminuição do ritmo e do número de atividades desempenhadas, baixa-se a remuneração.

As informações quanto ao valor pago aos diferentes níveis não aparece de modo transparente para todas as trabalhadoras. Este fato tem levado a algumas desconfianças internas, nem sempre explicitadas diretamente ao coletivo. Lima (2007), ao tratar da democratização da gestão das cooperativas populares, defende que, na tentativa de não reproduzir a concentração de poder presente nas empresas hierarquizadas, é de suma importância ter um sistema de informações contábeis publicizado, transparente e compreensível a todos os membros do empreendimento. Tais informações são fundamentais ao exercício do planejamento e controle coletivo das atividades.

O não conhecimento das informações por todos os envolvidos desnuda estados de saber/poder que reproduzem relações assimétricas entre as trabalhadoras. Nesse sentido, a política de remuneração revela sua ambiguidade: se de um lado vai ao encontro do que preconiza os princípios da ES, quando estes apontam para a propriedade coletiva dos meios e dos resultados, de outro, entra em contradição por não permitir a todas o que lhes é de direito: a informação.

Observa-se que as pessoas que têm o conhecimento sobre os diferentes níveis de remuneração acham natural que algumas tarefas sejam mais valorizadas que outros. Tal fator pode estar relacionado tanto ao que entendem como uma “justa” distribuição das receitas, como à aceitação da hierarquia profissional a que foram acostumadas em experiências de trabalhos anteriores. Em algumas situações, o discurso em torno da ES é usado como forma de justificar as desigualdades na forma de distribuição dos ganhos:

Os doentes, os lerdos, os velhos nós incluímos, não precisamos excluir. Não precisamos fazer igual o modelo capitalista. Acho que nosso papel é o processo de inclusão mesmo dos diferentes, por que o modelo capitalista exclui. Muita gente que está aqui numa empresa não iria nem dez dias, não ia passar a experiência. Não precisamos fazer isso. A gente não precisa excluir as pessoas, por ter problemas de saúde, por ser lentas, por ter outro ritmo. A gente pode incluir estas pessoas. Mas, tem que ter outra forma de distribuição da renda também. (P, jul. 2011).

Mudar a forma de remuneração pauta-se, de acordo com o a presidente, em buscar uma forma mais justa de distribuição da renda, a ser obtida pela produção e não por horas, como é feita atualmente. Sua ideia, também toma como base a experiência de outros

empreendimentos solidários, os quais mantêm a remuneração paga por produção, considerando o tipo e o número de peças confeccionadas.

Quando questionadas sobre como avaliam a remuneração recebida, a maioria responde que está satisfeita. As que estão desde o início no trabalho da cooperativa consideram que a situação está bem melhor: “Para quem trabalhou oito anos sem tirar nada. Não dá para se queixar.” (C, jun. 2011).

Para outras a avaliação passa pela comparação com o salário recebido no mercado formal:

“Eu acho que do começo, comparando com outras costureiras de outros lugares, a gente tá bem.” (C, jun. 2011).

Contudo, algumas avaliam que a remuneração é baixa, considerando o número de horas trabalhadas: “Porque nós trabalhar 11, 12 horas, para chegar no final do mês tirar R\$ 600,00 ou R\$ 700,00, não adianta! Pelas horas que nós trabalhamos, sem seguro desemprego, sem fundo de garantia, sem outras coisas nós não podia baixar de mil reais, cada uma, limpo.” (C, jun. 2011).

Pinto (2007), ao abordar a questão do preço dos serviços e de distribuição de retiradas em cooperativas de serviços, propõe que a remuneração do trabalhador deva ser um parâmetro balizador do preço a ser definido, indo ao encontro dos princípios da ES em colocar o bem-estar como último objetivo do empreendimento. Assim, defende a ideia de que “O critério de definição do preço deixa de ser o lucro, ou o retorno do investimento, e passa a ser o valor viável que garante uma condição mínima para o trabalhador. A retirada não é um mero fator da produção, mas sim o objetivo da produção.” (PINTO, 2007, p. 96).

Uma das ressalvas passíveis de ser feita a esta leitura, refere-se à observação de que um dos grandes desafios da autogestão nas cooperativas é conciliar e assegurar os princípios cooperativistas com a autossustentação no mercado. O mercado exige que as cooperativas sejam competitivas, que apresentem qualidade e eficiência aos seus produtos e serviços. Assim, garantir uma condição mínima para o trabalhador e manter-se consolidada economicamente no mercado são objetivos que nem sempre caminham juntos.

Embora existam diferentes opiniões sobre a questão da remuneração, há um consenso entre as trabalhadoras de que a inserção na cooperativa trouxe novas possibilidades. Uma delas é a possibilidade de acesso à educação formal, como meio de propiciar melhores condições de vida a família.

Porque eu tenho esperança de ter uma vida boa eu e minhas filhas, de hoje ter uma vida de paz e alegria dentro de casa. Minhas filhas podem ter uma faculdade, uma vida bem melhor que nunca vão precisar passar por tanta humilhação como eu passei, tanto desprezo, tanto maltrato. Eu sempre digo para minhas filhas \*Se cuidem, estudem, tenham sua profissão para não depender de humilhação, de maus tratos\* [...]. (C, jul. 2011).

“Hoje eu me sinto realizada. Tô fazendo minha carteira de motorista (risos...), vou comprar minha moto logo logo... meu Deus do céu!” (C, jun. 2011).

A valorização social através do trabalho aparece aqui relacionada com a melhoria nas condições materiais de vida, representada para estas trabalhadoras, pelo acesso a bens de consumo. Emerge desta visão, uma relação de causa e efeito, quando mediante à



aquisição de novos bens, algumas condições poderiam ser superadas: “humilhação”, “desprezo”, “maltrato”, bem como novos sentimentos seriam despertados: “realização”, “paz”, “alegria”. Esta postura vem corroborar as considerações de Dal Magro e Coutinho (2008, p. 709), quando estas afirmam que “o reconhecimento social pela condição de trabalhador aponta para o reconhecimento da condição de consumidor, reafirmando que na sociedade capitalista as relações são mediadas pelas coisas e que ser consumidor é a principal forma de inclusão na sociedade de mercado.”

Observa-se ainda, pelos enunciados trazidos nesta seção, que algumas trabalhadoras têm dificuldade em identificarem o tipo de vínculo de trabalho que mantêm com a cooperativa e o seu papel nesta, sendo que vários deles se referiam à sua atividade neste espaço como um emprego, em busca de melhores salários, visando maiores lucros. No que tange a este aspecto, Faria e Nakano (1997) pontuam que os trabalhadores trazem uma cultura predominantemente individualista, centrada numa preocupação com o emprego e o salário e não no trabalho como fonte de criação. Nesse sentido, acreditam que as pessoas, ao inserir-se em empreendimentos solidários carregam junto a árdua tarefa de ressignificar, recriar este novo processo de trabalho. Esta mudança leva em consideração a reflexão e ação coletiva sobre a forma de cultura predominante, presa às relações de patrão-empregado, para uma nova, em que uma rede de relações baseadas no desejo de cada um fazer do empreendimento um produto de discussão das decisões e do controle.

O processo de transformação - de uma cultura individualista para uma cultura solidária - tem se constituído como um constante

desafio à cooperativa em estudo, tendo em vista que o empreendimento se sustenta economicamente em suas relações externas, entre as quais o mercado é o maior agente. Direta ou indiretamente, este agente tem operado com extremo vigor, não só ditando os preços dos produtos, o que já era de se esperar numa sociedade capitalista, mas como grande regulador da organização do trabalho.

### **4.3 A conquista de mercado e as novas exigências**

A conquista de espaço para seus produtos no mercado, superando as dificuldades financeiras iniciais, impôs nova dinâmica de trabalho ao empreendimento. Em termos econômicos, percebe-se que deu um grande salto, conseguindo estabilidade no ramo em que atua. A cooperativa mantém alguns clientes fixos para seus serviços, os quais envolvem boa parte da demanda que chega. A procura volta-se, especialmente, à confecção de uniformes escolares e para empresas comerciais em geral. Alguns pedidos também chegam à cooperativa pela relação que estabelece com a economia solidária. Dentre estes, pode-se citar: sacolas duráveis, camisetas para eventos, uniformes para outras associações e cooperativas.

Simultaneamente ao crescimento econômico, novas necessidades e exigências foram sendo estabelecidas, refletindo em novas formas de gestão do trabalho. Exemplo disso é o ritmo, como apontado por uma das cooperadas: “É corrido agora, porque há um tempo atrás era mais tranquilo, tinha horário certo, mas agora está mais corrido.” (C, jun. 2011).

O aumento de pedidos por produtos exigiu maior quantidade de trabalhadoras na produção, índices não atingidos na mesma proporção. Em decorrência disso, grande parte das entregas passou a ser feita com atraso, convivendo com a pressão externa dos clientes. “É a pressão. A gente não consegue costureira, não consegue! E chega os prazos eles querem com toda razão. É visto, eu encomendei um uniforme eu tenho um prazo, né!” (C, jul. 2011). Outra trabalhadora reitera o comentário da colega: “# É os clientes pedindo os uniformes, a gente fica quase louca#.” (C, jun. 2011).

Ao compartilhar a dinâmica de trabalho no empreendimento, percebe-se que a pressão externa chega, inicialmente, as trabalhadoras que atuam no administrativo, pessoas incumbidas pelo contato direto com os clientes. Do mesmo modo, é repassada às demais trabalhadoras que atuam na confecção, por meio de maior cobrança por resultados. Esta situação é entendida como algo inerente ao processo, como aparece na fala a seguir: “# Os clientes cobram dela e ela tem que cobrar de nós. Isso faz parte!” (C, jun. 2011).

Mesmo “fazendo parte” do dia a dia de trabalho, a excessiva cobrança tem causado sofrimento, explicitado pelas falas, por um sentimento de impotência diante do trabalho: “Eu tento dar conta, mas não consigo, não posso. É o dia a dia. Assim é o nosso dia a dia não só o meu, mas como de todas. °Uma correria°. “#Dou o máximo para entregar (o pedido) daí não consigo, mas pelo menos tento fazer o melhor possível#” (C, jun. 2011).



Fotografia 14: “Correndo e olhando para o relógio” (C).

“Correndo. Correndo e olhando para o relógio. Tu faz uma coisa e olha para o relógio. Parece que ele anda mais rápido@@@.” (C, jun. 2011).

Linhas, fios, tecidos, moldes, máquinas... Adereços que compõem o cenário do cotidiano de trabalho destas mulheres. Diferentes ritmos, tarefas, responsabilidades. Todas condicionadas ao mesmo tempo, representado, no alto da fotografia, pelo relógio.

O atraso nas entregas também acarreta implicações na gestão financeira do empreendimento. Isso decorre, especialmente, pela necessidade em comprar os insumos com antecedência e depender do retorno da venda dos produtos para pagar os fornecedores. Esse aspecto também revela a fragilidade financeira da cooperativa, notavelmente, a dificuldade relativa ao capital de giro ser baixo.

é Eu às vezes eu me arrepi:a os cabelos quando encomenda os tecidos e vem aqueles ro:los e ro:los, daí eu fico preocupadíssima. Daí eu não sei como esta as contas lá no banco! Eu faço compras, mas eu não sei o prazo que eu tenho que dar, que eu tenho que pedir para pagar. Quanto mais prazo mais caro sai, menos prazo menos sai. E daí

comprar a vista e vender a prazo também não dá. (C, jun. 2011).

A preocupação da trabalhadora parece ser algo comum às colegas, sendo reafirmada em outras falas: “#Porque vende a prazo e daí tem mais os atrasos. Dai vêm os boletos para pagar e nós não recebemos dos clientes. Isso não é bom. Isso é preocupante#” (C, jun. 2011).

Em alguns momentos da pesquisa interoguei as cooperadas sobre a viabilidade de assumir tantos pedidos e não conseguir dar conta de entregar no prazo previsto. A trabalhadora que cuida desta etapa reconhece que tem aceitado pedidos, que já ao pegar sabe que não dará conta na data combinada. Esta atitude é questionada pela colega: “ê Porque é só nós que pegamos, pegamos, pegamos tudo que vem na frente. Tem empresa que é tudo programado. Até dia 30 eu não vou te fazer porque tenho a programação. Eles vão pegar dali para frente. E aqui, eles (referindo-se aos clientes) vêm e nós fizemos.” (C, jun. 2011).

A justificativa em assumir os pedidos, mesmo com dificuldade em atendê-los, envolve a necessidade de não perder clientes: “ê #A gente tem que cuidar para não perder os clientes, porque se deixa de atender essas pessoas vão para outro lugar#.” (C, jun. 2011).

Algumas falas destacaram a necessidade de “peneirar” os pedidos, assumindo encomendas que futuramente apontem perspectivas de continuidade da relação cliente/cooperativa.

A ordem de atendimento das encomendas não considera, exclusivamente, a data de chegada do pedido. O critério de produção passa pela avaliação das prioridades nos prazos de entrega. Assim, a organização do trabalho revela a necessidade de ser flexível, compreendendo que estas situações tendem a ocorrer com frequência.

Esta flexibilização, que não é vista com bons olhos por algumas cooperadas, torna-se necessária, considerando que não há garantias de trabalho em longo prazo. Este fato faz com que a cooperativa esteja num processo permanente de conquista de mercado para seus produtos, como aponta a cooperada: “é A agente tem que segurar um pouquinho de cada cliente, porque a gente não tem contrato, garantia que vou ter serviço para dois anos. Eu tenho para este momento!” (C, jun. 2011).

As trabalhadoras avaliam que a entrega dos pedidos com atraso também provoca uma imagem externa negativa da cooperativa, sendo entendido pelos clientes como falta de eficácia nos serviços prestados. De outro lado, algumas cooperadas pontuam que não há perda dos clientes que recebem os produtos com atraso, aspecto que as leva a tomar a decisão de atender todos os pedidos que chegam.

O discurso veiculado por meio da sequência de enunciados apresenta alguns elementos importantes para a compreensão das (im)possibilidades de se cultivar práticas autogestionárias. Gaiger (2005) traz importantes contribuições a esta análise, entendendo que os empreendimentos solidários convivem numa dupla submissão à economia capitalista: de um lado se sujeitam à lógica da acumulação imposta pelos agentes econômicos num enfoque meramente utilitarista e de outro estes empreendimentos veem-se necessariamente impedidos à competitividade, base da economia de mercado. Nesse sentido, entende-se que à medida que produzir mercadorias em quantidade e qualidade determinadas pelo mercado, a autogestão do empreendimento é fragilizada, sendo que as trabalhadoras perdem, de certo modo, sua autonomia na decisão sobre o processo produtivo.

Percebe-se que a relação com o mercado, representado na fala da trabalhadora pelos clientes e fornecedores, é um grande ditador do modo de organização e funcionamento do empreendimento. Prova disso são os constantes posicionamentos favoráveis à mudanças organizacionais. Como exemplo pode-se citar a necessidade de manter-se atualizada sobre os aspectos do ramo das confecções.

é Sabe o que eu vi? Que a gente que é do ramo não sabe das coisas. O cliente me disse: ‘Época de colheita tá tudo controlado, estabilizado, vocês não vão perde nesse preço, bla bla bla...’ ele sabia tudo que nós que somos daqui não soubemos! (trabalhadora ao relatar a conversa que teve com o dono da empresa, quando negociava a venda de uniformes).  
(C, jun. 2011).

A falta de conhecimento, representada pelo “não saber”, fez com que a trabalhadora abrisse mão de seu argumento, tendo de manter o preço antigo pelo produto. A situação foi naturalizada, como se nada fosse possível fazer: “Baixar a cabeça e trabalhar. O que sobra para nós, não vai sobrar muita coisa não gente. É trabalhar!” (C, jun. 2011).

Mascarenhas (2007) avalia que a qualificação técnica, com base em conhecimentos específicos da gestão, constitui-se num dos principais elementos sustentadores na conquista dos mercados. A autora alerta que o aprendizado não é tarefa fácil, pois existem muitos mitos em torno da questão. Um deles refere-se ao próprio sentimento de incompetência dos trabalhadores diante de situações que envolvem a relação com os agentes externos ao empreendimento. Além disso, muitos não valorizam sua experiência, acreditando que não possuem

conhecimento para resolver determinadas situações, ou para defender seu posicionamento. Exemplo disso é a fala acima exposta.

O poder do mercado, agente anônimo e impessoal, mas ao mesmo tempo tão regulador do trabalho da cooperativa, se manifesta também na definição dos preços dos produtos. Embora se possa pensar que cabe às trabalhadoras a decisão sobre por quanto venderão seus produtos, é o mercado que lança as possibilidades disso se efetivar com maior ou menor êxito: “# Lá fora eles (clientes) querem 21 é 21(preço pago por calça). Se vocês querem, querem, senão tem mais gente! #” (C, jun. 2011).

Novaes (2008) aponta que os empreendimentos autogestionários apresentam uma limitação na sua emancipação, pois estão diante do modo de produção do capital. Nesse sentido, derruba-se o argumento proposto por Singer (2002a) de que o trabalho deixaria de ser alienado nas cooperativas, e de Tiriba (1994), quando aponta que os trabalhadores seriam donos de seus produtos. Novaes (2008) corrobora, argumentando que um projeto que se inspira na autogestão, não pode acontecer em apenas em quatro paredes. Portanto, afirmar que as trabalhadoras conhecem todo o processo produtivo contribuiria para a reorganização da divisão do trabalho e compartilham o seu saber, rompe em parte o estranhamento do processo de trabalho. Contudo, a autogestão será incompleta enquanto o controle da produção esteja nas mãos do capital.

Tal perspectiva pode ser analisada a partir do conceito de autogestão como categoria socialista <sup>37</sup>, o qual remete à impossibilidade da autogestão se desenvolver quando os meios de produção e o capital

---

<sup>37</sup> Ver Capítulo I, Seção “Economia solidária”.



social são de propriedade privada do capitalista, ou de determinadas empresas. Neste sentido, entende-se que a cooperativa por si mesma não poderia levar à autogestão, pois constitui-se como um espaço localizado de gestão, envolvida num jogo prenhe de lutas e afrontamentos constantes na relação com o capitalismo, que acabam por transformar ou até mesmo inverter as relações propostas pela autogestão e pelo ideário da economia solidária. Neste jogo, as correlações de força, mesmo nas suas contradições, vão cristalizar-se como práticas institucionais, tomando corpo, por exemplo, nos discursos e dispositivos que regem a organização, seus rituais singulares e coletivos.

#### **4.4 Gestão: velhos e novos modos de trabalhar**

Para TITTONI e NARDI (2006, p. 278) pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica “pensar os modos como as experiências de trabalho comportam modos de agir, pensar, sentir e trabalhar associados a momentos definidos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos”. A partir deste prisma é possível compreender que as experiências de trabalho, construídas nos jogos de poder, podem tensionar modos de sujeição e/ou insubordinação, seja pela reprodução de velhas práticas, seja pelo agenciamento de criações em torno de novas formas de trabalhar e produzir.

No contexto laboral da cooperativa, este jogo de forças se caracteriza muito mais pelo “e”, do que por uma “ou” outra prática. Assim, o processo de reconhecimento como trabalhadoras e como

empreendimento passa pela avaliação de modelos que devem ser seguidos ou refutados e na luta constante que produzem estes modelos.

Tomemos como exemplo a fala de uma das trabalhadoras que havia ingressado recentemente no empreendimento. Nessa observa-se uma forte tendência à implementação de técnicas costumeiramente observadas em sistemas empresariais. “é #Acho que ao meu ver o futuro da cooperativa é trabalhar mais organizado para ter mais vantagem.# Falta muita coisa para a gente trabalhar como uma firma grande, mais estruturada. Como exemplo, largar tecido para cortar 100 calças de uma vez, não largar 10, 15.” (C, jul. 2011).

É evidente no discurso veiculado o lugar subjetivado pelas experiências anteriores de trabalho: a de empregada. Chama atenção a própria denominação utilizada, quando a trabalhadora refere-se à cooperativa como uma “firma” ou “outra fábrica”, apontando para a necessidade de “ser mais estruturada” com vistas a ter “mais vantagem”. Sua posição de sujeito, que não é estática, mas transitória, regula a própria conduta, fixando meios e fins que atuam na maneira como se reconhece e produz verdades, atribuindo valores à experiência do trabalho, de si e dos outros, produzindo modos de subjetivação.

Pensar os modos de subjetivação em termos Foucaultianos remete à ideia de que o ato de produzir e produzir-se como trabalhador envolve múltiplos saberes e sensibilidades, os quais são demarcados por dispositivos historicamente construídos. Dispositivos estes que engendram modos de pensar e agir, como é o caso da trabalhadora, quando propõe a readequação na organização do trabalho, de modo a aproximá-lo com antigas experiências:

è A gente tem que sempre pensar pelo melhor. Dá para ir cortar dois, três tamanhos e ir ajeitando os moldes. Risca um pano e depois tu puxa os tecidos para tantos panos. Se tem 20 calça M tu vai riscar 20 calça só num pano e depois vai ajeitando os panos do jeito que precisa. A gente tem que pensar assim: segunda-feira, têm 100 calças, 200, 300 calças. Vamos ver, tem P M e G. Daí estende ali. Dá para estender 100 panos e corta para a semana inteira. Porque eu trabalhei em outras fábricas e cortam! Cem, cento e pouco cada vez. (C, jul. 2011).

O discurso veiculado anuncia uma limitada transformação do processo de produção convencional para práticas coletivas de organização do trabalho na cooperativa. Faria, Novaes e Dagnino (2008), ao estudarem as características como a autogestão e o controle dos trabalhadores sobre as forças produtivas e os meios de produção, das fábricas recuperadas, relacionadas ao campo de economia solidária, avaliam que a maioria das experiências são estimuladas a se modernizarem, incorporando novas tecnologias, a fim de se manterem ou tornarem competitivas no mercado.

Os autores defendem a ideia de que as máquinas criadas num sistema capitalista, num contexto heterogestionário e que tem como propósito a acumulação de capital não podem ser adaptados para experiências autogestionárias, cabendo a necessidade de desenvolver novos produtos, máquinas e processos que atendam as expectativas, valores e interesses da produção associada. Tomando como base os estudos sobre aprendizagem técnico-econômica latino-americana e a visão marxista, propõem a Adequação Sócio-técnica (AST). Ao tratar da sobrevivência dos empreendimentos e da constituição de encadeamentos produtivos que permitam seu fortalecimento a AST propõe, dentre suas modalidades, a necessidade do emprego de

tecnologias alternativas à convencional, seja pela busca e seleção de tecnologias existentes ou pela incorporação à produção de novos conhecimentos científico-tecnológicos.

A organização dos processos produtivos proposto pela trabalhadora remete para Foucault (2009) a sua discussão sobre a disciplinarização dos corpos. Para o autor, a disciplina como modalidade de aplicação do poder caracteriza-se por um conjunto de técnicas de coerção que exercem segundo um esquadramento sistemático de tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos e que abrangem particularmente as atitudes, os gestos e os corpos. Estas técnicas de individualização do poder visam intensificar o desempenho, multiplicar suas capacidades, colocar o indivíduo num lugar mais útil, e tomando este caso como exemplo mais produtivo.

Revel (2011), baseada nos pressupostos foucaultianos, afirma que os procedimentos disciplinares se exercem mais sobre os processos da atividade do que sobre seus resultados. Assim, diante do discurso da trabalhadora, seria possível observar não apenas o aumento da produção ao mudar a forma do corte, mas a exigência de um constante assujeitamento das forças, o que impõe uma noção de docilidade, utilidade. Para Foucault (2009), esta forma de trabalho funcionaria como uma “arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofunda sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2009, p. 133).

Este modo de gestão do trabalho é muito próprio da sociedade capitalista, e suas necessidades de controlar os fluxos e a repartição

social da mão de obra, levando em consideração as necessidades da produção e do mercado de trabalho. Para Revel (2011, p. 28),

[...] o controle é basicamente uma economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais integrados num aparelho estatal centralizado -, mas, por outro lado, trata-se também de tornar o poder capilar, quer dizer, de instalar um sistema de individualização que se destine a modelar cada indivíduo e a gerenciar sua existência.

Tal concepção nos leva a pensar que este sistema de individualização, ao mesmo tempo em que modela, a partir da interiorização da norma, conduz à produção de subjetividades. Subjetividade entendida aqui como a maneira como o sujeito realiza a experiência de si mesmo num jogo de verdade, por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento. A partir desta perspectiva, entram em análise os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos. Afinal, como tornar-se um ser produtivo sem abrir mão dos princípios da economia solidária? Como trabalhar em coletivo, considerando os diferentes ritmos? Seria possível pensar em formas justas de remunerar? Quais as relações que os sujeitos vão estabelecendo com os outros e consigo mesmos neste jogo de forças e produção de verdades?

Questões como estas vinham permeando pequenas discussões no cotidiano de trabalho da cooperativa e tomaram corpo no grupo focal, dividindo opiniões. Como é possível identificar na sequência de falas a seguir, estas perpassam pelo respeito ao modo como cada uma atua: “Cada uma tem um ritmo, não adianta!”(C, jun. 2011), pela

importância de mudar a prática “As pessoas podem se sujeitar a fazer mais” (P, jul. 2011) e pela necessidade do “outro” como agente da mudança. “Tem que ter mais cobrança” (C, jun. 2011).

Enunciados como “ritmo” e “fazer mais” apontam para a relação produtividade x tempo. Oliveira (2005), ao estudar a cultura solidária, defende que a questão da temporalidade constitui-se como um dos principais desafios ante a competitividade e o individualismo. Justifica seu posicionamento afirmando que está muito incutido em cada um que o tempo é algo que precisa ser bem aproveitado. “E esse ‘bem aproveitado’ normalmente é entendido na acepção econômica do termo, quer dizer, traduzir em cifras, ou pelo menos em números, a quantidade de atividades que realizamos” (OLIVEIRA, 2005, p. 35). Seu questionamento não é sobre a necessidade de produzir, tendo em vista sua importância à sociedade. Mas enfatiza que a produção não responde à totalidade dos anseios humanos na mesma medida em que a ES não pode ser reduzida a dimensão exclusivamente econômica. Abrange também a cultura, a sociabilidade e as múltiplas formas de reorganização da sociedade.

No empreendimento estudado, estes valores nem sempre são colocados em primeiro plano. Ou, ainda, são distorcidos como forma de construir verdades.

Ontem estava num encontro e a gente avaliando algumas coisas e pensava “o que é ser economia solidária?” ai eu fico pensando: qual é o grau de consciência de cada um e o que significa estar aqui? Que se eu não produzi o outro tem que pagar o meu trabalho pelo que eu não produzi? Aquilo que eu sou improdutivo, não faço? (P, jul. 2011).

O questionamento em torno do “grau de consciência” implicado na fala da presidente aponta para o discurso de maior produtividade a partir do comprometimento com o trabalho, colocando no sujeito a responsabilidade para que isso se efetive. É preciso ampliar a eficiência de cada uma visando maiores ganhos financeiros. Falas denunciadoras de modos de subjetivação construídos pelo discurso do capital.

Eu acho que às vezes falta maturidade do grupo de encarar as divergências, diferenças, falta de olhar muitas vezes um para o outro, olhar se está sobrecarregado, e o que eu to contribuindo para tirar esta sobrecarga. As vezes eu não me empenho também de me espertar, me aligeirar, contribuir mais. Eu acho que cada uma de nós tem que olhar para dentro de si e ver isso. Eu to de fato me empenhando, no sentido de melhorar a produtividade? (P, jul. 2011).

Observa-se aqui que a presidente, supostamente a pessoa com maior formação político-pedagógica em torno do ideário do cooperativismo e da economia solidária, é quem, pelo exercício do poder, busca adequar o processo produtivo à lógica do mercado. Compreende-se seu discurso como um exercício de poder, na medida em que consiste em “conduzir condutas”, entendidas aqui como uma maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. Portanto, é da ordem do governo, de ordenar probabilidades, estruturar o campo de ação possível, eventual, suposta dos outros (FOUCAULT, 1995).

Aqui, o entendimento sobre relações de saber/poder extrapola o âmbito do indivíduo e é pensado a partir da sociedade capitalista, nas suas exímias estratégias que, ancoradas em um conjunto de dispositivos, já não se sabe quem a concebeu, que as inventou. Estratégias

subjetivadas que se tornam anônimas. Ou, pelas palavras de Foucault, “um poder [...] que correria ao longo de toda a rede social, agiria em cada um de seus pontos, e terminaria não sendo mais percebido como poder de alguns sobre alguns, mas como reação imediata de todos em relação a cada um.” (FOUCAULT, 2003, p. 107).

A partir do discurso da presidente, instala-se uma crença de que haverá trabalho desde que a cooperativa esteja competitiva no mercado, sendo necessário, para isso, adequações. Essa condição é amplamente difundida no empreendimento, tendo em vista que, na condição de donas do próprio negócio, arcarão com os desdobramentos, sejam eles positivos ou negativos. Assim, muitas falas vêm ao encontro do que P. defende:

E a gente tá vendo ali fora as negociações estão ruins. O que eles querem é rapidez. Nós vamos ter que ganhar na rapidez, se nós queremos ter um salário melhor para todas nós é nós que vamos ter que saber fazer. E não nesta lenga, lenga. Nós se estressamos e estamos cansadas e não temos vendo lucro. (C, jul. 2011).

Observa-se aqui que o discurso veiculado aponta para a necessidade das trabalhadoras estarem comprometidas com as metas da cooperativa. Estaríamos diante do que Sato (2002) denomina como controle simbólico. Na busca de atingir o objetivo de “ter um salário melhor”, o exercício do controle opera regulando as atividades da produção, fixando meios “não nesta lenga, lenga”, que venham a ser compatíveis com as pressões do ambiente externo “O que eles querem é rapidez”. A linguagem, neste caso, busca assegurar uma homogeneidade em favor de uma visão, constituindo-se como importante instrumento



para o exercício do controle e, simultaneamente, do poder. De uma forma mais sutil do que operam fisicamente, ambos – controle e poder – agem sobre os resultados, exigindo um trabalhador mais cooperativo e responsável.

O terceiro e último encontro como grupo focal pautou-se, basicamente, em torno das mudanças necessárias para garantir o futuro da cooperativa. Uma delas remete à necessidade de “produzir mais e melhor”. Para alcançar este objetivo, torna-se necessário, na visão de algumas trabalhadoras, nova divisão de tarefas. “é Olha, eu não consegui aumentar o preço, o valor das calças. Eu disse então nós vamos ter que ganhar na produção. Nós temos que produzir mais. Na produção! Nós temos que produzir mais.” (C, jul. 2011).

Esse posicionamento leva a presidente a propor algumas mudanças quanto à organização do trabalho:

Eu acho que um dia nós temos que planejar isso aqui e tentar por em prática. Como nós vamos organizar o trabalho? O que as auxiliares vão fazer? Como vamos organizar o corte para facilitar? Eu acho que é isso. #E eu acho que nos temos que ir tentando, com um jeito que a gente consiga produzir mais, produzir melhor.# (P, jul. 2011).

Nota-se, pela fala da cooperada, que o “facilitar” o trabalho volta-se estritamente à implementação de novas tecnologias de controle, as quais ao convidar as trabalhadoras a “ir tentando” preconizam maior envolvimento no fazer individual e coletivo. Adota-se o discurso da qualidade: “produzir mais e melhor” pela incorporação de novos procedimentos e rotinas.

Considerando os pressupostos de Foucault (1995), poderíamos compreender que estas trabalhadoras, como “indivíduos”, longe de possuírem uma total consciência de seus atos, encontram-se sujeitados por uma lógica de poder e de saber. Foucault (1995) concebe o indivíduo, sem perder a dimensão das interferências das condições de possibilidade e das exigências sociais a que estão imersos cotidianamente; multiplicidade de circunstâncias e relações de poder e de saber que o(s) possibilitam cumprir determinada(s) “função(ões) de sujeito”.

Coloca-se em evidência aqui, considerando as contribuições de Prado Filho (1998), a multiplicidade de formas assujeitadas de subjetividade produzidas pelas condições modernas. O contexto de trabalho apresentado reflete o panorama em âmbito mundial, demonstrando o acirramento da disputa de mercados e a necessidade de criar diferentes estratégias de modernização, especialmente as voltadas à gestão da força de trabalho na organização do processo produtivo. Cabe enfatizar aqui que as condições são desenhadas pelo modelo capitalista, apontando que a evolução das técnicas de produção deixa cada vez menos lugar à autonomia e à criação no trabalho. Contudo, não pode deixar de ser mencionado que neste mesmo contexto são cunhadas linhas de fuga, pequenas fissuras expressadas pelas resistências que garantem não só novos modos de fazer, mas também mantêm velhas práticas.

Concretamente, as resistências não são apenas subproduto das relações de poder, elas são o outro termo das mesmas. Inscrevem-se como interlocutoras distribuídas de modo irregular, nos pontos, nos nós, em alguns comportamentos, em alguns momentos, nas linhas de fuga,

nas fissuras. Assim, podem referir-se a grandes rupturas radicais, mas, são mais comuns, como “pontos de resistência móveis, transitórios, que introduzem clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis” (FOUCAULT, 1997, p. 92).

Formas de resistência são reconhecidas pelas próprias trabalhadoras. A começar pelo próprio posicionamento da presidente, quando afirma que uma das principais dificuldades na organização e gestão do empreendimento é a resistência a mudanças. Quando questionada, em quais aspectos do cotidiano sente mais resistência, a presidente afirma: “È Às vezes a gente tem resistência em mudar o jeito de fazer uma costura, para ser mais rápido, ou para ficar mais bonito. Em todo lugar a gente tem resistência, no corte, na costura, em todo o lugar. Às vezes coisas que a gente nem se propõe a tentar!” (P, jul. 2011).

A resistência emerge neste enunciado como algo presente no espaço laboral, sendo avaliada de forma negativa, pois inibe a criação, o novo, o fazer diferente. Estes aspectos foram reforçados pela presidente, quando se referiu à resistência que algumas cooperadas têm em aceitar ideias das pessoas que ingressaram mais recentemente na cooperativa, sendo que, em sua opinião, trazem elementos importantes a serem pensados e avaliados para o processo produtivo. Exemplo disso é a visão apontada anteriormente pela trabalhadora, quando destaca a necessidade de ampliar o número de calças a serem cortadas num único processo.

O lugar de saber/poder ocupado em determinados momentos pela presidência não é entendido como algo estático. Assim, não se trata de entender que P. detém o poder e que as demais são desprovidas deste, mantendo-se na ignorância. Mas, de compreender que há alternâncias de forças que implicam neste jogo, engendradas na prática cotidiana. Se P. veicula um estado de saber/poder pela fala, algumas trabalhadoras explicitam e o vivenciam pelo silêncio e pelas práticas de resistência. Resistências que se tornaram visíveis nos diferentes discursos. Em resposta à proposta de modificar a técnica do corte, uma das cooperadas rebate:

ë Não é fácil para quem corta, vou só avisar. Porque não venham me dizer que dá para estender a mesa inteira, que não dá. Querem vir ali provar, podem vir, venham fazer! Para cortar essas duzentas calças, com a máquina grande mesmo foi difícil. É fácil de estender e riscar mas na hora de cortar? Eu para mim é difícil. °Querem tentar°? (C, jun. 2011)

O posicionamento da trabalhadora a coloca, diante da visão da presidente, numa posição de resistência às mudanças propostas, não aderindo aos novos modos de organização, considerados necessários ao processo produtivo. Interessante observar que na mesma medida em que a trabalhadora resiste convida outras colegas a tentarem fazer o que está sendo proposto, utiliza seus conhecimentos práticos para argumentar seu posicionamento.

De acordo com Prado Filho (1998) no nível concreto das práticas discursivas, sociais e políticas restam linhas de fuga ao indivíduo. Uma destas linhas diz respeito à prática da resistência.

Considerando que não há exterioridade em relação ao poder, que estamos necessariamente no elemento do poder, que a ele não podemos escapar, resta-nos, então, resistir. A resistência diz respeito também a uma atitude-limite, colocada nas variáveis fronteiras entre aquilo que é suportável ou insuportável nas relações de poder. (PRADO FILHO, 1998, p. 269)

Considerando este referencial, resistência é compreendida como prática concreta, localizada, utilizada pelos sujeitos como uma forma de enfrentamento aos agenciamentos dos dispositivos de saber-poder. Ancoradas num campo estratégico de correlações de força, as resistências são sempre transitórias. Não se trata de organização política, mas de lutas “que não têm ‘direção’ ou ‘sentido’ outro que não resistir aos poderes, torná-los mais suportáveis ao corpo.” (PRADO FILHO, 1998, p. 270).

O que se entende a partir deste contexto é que o poder se inscreve sobre sujeitos que têm diante de si um campo de possibilidades de respostas, efeitos, reações, enfim, diversos modos de comportamentos a acontecer. Para tanto, aquele sobre o qual a ação se exerce (o “outro”), deve ser reconhecido e mantido como sujeito de ação até o fim, inserido num campo de liberdade, condição necessária à existência do poder. Nesse sentido, entender as relações de saber/poder exige olhar o cotidiano como um espaço de contínua tensão, atravessado por instituições disciplinares e por diversificadas práticas culturais empreendidas por não menos diversos “sujeitos sociais”.

#### 4.5 Condições de saúde e benefícios sociais

A intensificação no trabalho tem acarretado riscos à saúde das trabalhadoras. Durante vários momentos em que acompanhei o desenvolvimento de trabalho, pude observar as queixas de dores pelo corpo, principalmente na cabeça, pernas e braços, agravadas em alguns casos, pelas precárias condições de trabalho.

O “cantinho de serviço” como elas mesmas denominam, remete a um pequeno espaço que cabe a cada uma para realização de suas tarefas diárias. Fazendo jus ao uso da palavra no diminutivo, este “cantinho” onde ficam é dividido entre o corpo, rolos de tecidos, linhas, aviamento, moldes, peças já prontas, outras, em processo de confecção, provadores, pedidos etc. No meio há pouco espaço para circular. As mesas de trabalho, ergonomicamente inadequadas quanto à altura, encontram-se praticamente encostadas umas nas outras, dificultando a mobilidade. O chão quase não aparece, estando encoberto por restos de retalhos, caixas que armazenam peças, fios. A iluminação está muito distante de atender à necessidade exigida pelo olhar focado aos detalhes, aos pontos da costura. Devido ao volume de coisas espalhadas pelo ambiente, este fica abafado nos dias de calor, condição intensificada pelo sol que reflete diretamente em alguns momentos e pela falta de ventilação, restrita a poucas e pequenas janelas distribuídas ao fundo da sala. Tais condições refletem diretamente em processos de adoecimento, fragilizando a saúde das trabalhadoras, como se pode identificar nas falas a seguir: “Se alguém me pegasse no colo e me levasse para casa eu dizia graças a Deus, muito obrigada ((ergue as mãos para o alto, em

forma de agradecimento))”); “é Eu acordo de manhã com as mãos tudo amortecidas”; “é Acho que muito é do estresse.” (C, jun. 2011).

Também pude vivenciar este cansaço e dores nos dias que acompanhei o trabalho desde o começo até o fim do dia. O cansaço e as dores decorrentes da sobrecarga de trabalho são muitas vezes naturalizados, devido a necessidade de produzir. “é Dói a perna ou não dói tu vai até esquecer a dor!Porque as contas chegam para pagar no mês que vem e tu tem que pagar.”; “@Acho que o nosso corpo já acostumou@.” (C, jun. 2011).

De outro lado, algumas falas apontam que o trabalho na cooperativa, apesar de intenso, ainda é melhor que o de outras empresas da cidade. Trabalhadora de uma grande agroindústria da região, uma das cooperadas conta sobre a necessidade de intensivos cuidados com sua saúde, associados por ela às precárias condições do trabalho vivenciadas em seu antigo emprego. Depois de três anos de tratamento com diferentes profissionais (médicos psiquiatras, psicólogos), recorrentes atestados médicos foi afastada da empresa com o diagnóstico de depressão e LER (Lesão por Esforço Repetitivo).

Situação como a desta cooperada tem despertado o interesse de estudiosos<sup>38</sup>, os quais têm constatado a intrínseca relação entre organização do trabalho e saúde mental. Pesquisas como a de Sarda, Ruiz e Kirtschig (2009) apontam que a região Oeste de Santa Catarina, considerada como polo agroindustrial, devido à concentração das empresas de abate e processamentos de carne, também identificadas como frigoríficos, constituem um setor econômico de alta prevalência

---

<sup>38</sup> Como exemplo, podemos citar: Oliveira (1997); Dejourn (2002); Satto (2003); Seligmann-Silva (1994); Neli (2006) entre outros.

de doenças ocupacionais. Modos de produção centrados na repetitividade, monotonia, pressão de tempo não permitindo que os trabalhadores tenham controle sobre o seu trabalho, frio, ritmo excessivo, limitando os contatos humanos, jornadas exaustivas, posturas inadequadas configuram-se como fatores agravantes de risco à saúde dos trabalhadores, que podem explicar o aumento significativo de caso de LER/DORT e transtornos psíquicos que vêm acometendo os trabalhadores. Sarda, Ruiz e Kirtschig (2009) avaliam que estas situações constituem-se como importantes indicadores da inadequação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, da ausência de medidas efetivas de proteção à saúde e do não cumprimento das medidas de redução das doenças ocupacionais preconizadas na minuta de Nota Técnica do Ministério do Trabalho e do Emprego (BRASIL, 2004) <sup>39</sup>.

A passagem pela agroindústria deixou, para a trabalhadora citada, profundas marcas de sofrimento e adoecimento. Uma delas foi a dificuldade de novas inserções em espaços tradicionais de trabalho. Nesse sentido, a possibilidade de acesso novamente ao mercado, pela via da cooperativa, trouxe a perspectiva de novamente se sentir “viva”, capaz de desenvolver algo. Além disso, diante da nova organização proposta pela cooperativa, novas foram as possibilidades de melhorar as condições de saúde.

---

<sup>39</sup> Consta neste documento uma descrição acurada das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, apontando alguns dos principais fatores de risco à saúde.





Fotografia 15: “O antes e o depois” (C).

Eu nunca me esqueço. Eu tava subindo esse moro aqui daí a P. \*C. tu não quer vir trabalhar com nós?\* Mas, digo \*Sabe que eu quero!\* Tava em casa com depressão e coisa (4) E nós fizemos aquele curso e tal só que a minha depressão era muito brava, daí eu desisti. Numa altura eu desisti e comecei a procurar um psiquiatra. Daí, me tratando com o psiquiatra, minha vida era só sofá, cama, °uma tristeza°. Daí a P. me chamou de novo. Eu disse \*Meu Deus, agora ou dá ou desce\*. @@ Daí vim e larguei remédio, psiquiatra, larguei psicólogo e graças a Deus melhorei. To trabalhando, to feliz. Eu tirei esta foto porque queria mostrar o antes e o depois. (C, jun. 2011).

É possível perceber, diante do relato, que a cooperativa proporcionou, para além de melhoras nas condições de saúde, uma nova possibilidade de inclusão, a quem teria poucas chances de inserção/permanência no mercado de trabalho formal. Contudo, manter

as “entregas em dia” como costumam referir-se ao cumprimento dos prazos, somado a falta de benefícios sociais, tal com o direito ao atestado, faz com que as trabalhadoras se submetam a trabalhar mesmo quando estão doentes. Se um dos motivos refere-se à remuneração, outro se deve ao sentimento de responsabilidade com a produção. Há o discurso de que é possível trabalhar menos horas, quando se está cansada. De outro lado, como pontua uma das trabalhadoras, há também uma regra implícita de que é importante manter o compromisso com o trabalho: “Mas quando dizem \*vamos terminar este pedido\*, todo mundo cobrando, ‘oh nós temos que entregar, temos que entregar.’” (C, jun. 2011).

Durante a pesquisa pude observar que muitas vezes as trabalhadoras vinham trabalhar doentes. Para além do ato de companheirismo e compromisso com as entregas, muitas falas justificavam que ter o atestado não assegurava o pagamento das horas, as quais eram descontadas ao final do mês. A questão dos benefícios extrapola o âmbito da cooperativa, sendo pensada no âmbito individual, num futuro fora do empreendimento, como salienta a cooperada: “Eu fico pensando Scheila, e se eu ficar doente? Por que se eu não vim trabalhar eu não vou receber. Porque nós, enquanto cooperativa, não temos direito. Quando eu me aposentar eu vou receber um salário mínimo, mas eu não vivo com isso. Eu tenho medo!” (C, jun. 2011). Nesse mesmo sentido, outra trabalhadora fala do modo como a cooperativa atua: “Nós pagamos o INSS como autônomo. Então não temos direito algum no caso de ficar doente. Só se pegar um atestado por mais de 15 dias, senão a cooperativa não arca.” (C, jun. 2011).

Durante um dos encontros, levantou-se a discussão sobre a necessidade em remunerar as faltas ao trabalho decorrentes de cuidados a saúde que levaram ao atestado médico.

#Eu achei uma injustiça a C. trabalhou até a última hora que não aguentou.# Ela ficou dois dias e ela não recebeu. Ela ficou doente. Eu acho uma injustiça, aquela pessoa doente e ficar sem receber! Não foi porque ela não quis. Se a pessoa foi lá gazeou, mas ela foi lá desmaiando. Eu achei uma injustiça, tem que rever isso. ((expressão de quem está muito indignada com a situação)). (C, jun. 2011).

O comentário gerou muita polêmica. Relatou-se que há alguns anos a cooperativa liberava a trabalhadora para sair um período do dia, por mês, para fazer exames, consultas etc. Contudo, devido às dificuldades financeiras e de falta de costureiras esta vantagem foi extinta. Outra avaliação feita era de que muitas pessoas usavam a folga para outros motivos que não o cuidado com sua saúde.

#A gente tinha horas para ir para o médico. A gente começou a perceber que tinham pessoas que começaram a ficar doentes. Quando a gente começou a exigir o atestado as pessoas deixaram de ficar doentes.# Então a gente cortou um pouco por causa do financeiro e um pouco por isso. Um pouco eu digo: falta organização na cooperativa! Quando a gente começou a exigir o atestado, tinha gente que dizia: ‘ah eu esqueci’ e não trazia. (C, jun. 2011).

Assim como algumas práticas levaram a extinguir o benefício, a realidade do trabalho mostrou que era necessário buscar novas estratégias para garantir novamente o direito em poder cuidar da saúde. Durante a realização de um dos grupos focais a discussão veio à tona, destacando a importância da confiança entre os membros: “#Eu penso que a gente é um grupo, se não tiver um compromisso de dizer ‘eu fui no medico’ e não trazer atestado e a pessoa não precisar, gazear, fazer

outra coisa, daí a pessoa não deve estar na cooperativa#.” (C, jun. 2011).

Mas foi a defesa pela saúde da mulher, condição compartilhada por todas, que levou à tomada de decisão: “é Todas nós somos mulheres a gente precisa ir ao médico. Vamos deixar fechado já aqui. Vamos fazer assim a partir do mês que vem, a gente tem direito ao atestado. Será paga a hora mediante comprovação, ou seja, vai ser paga a hora, se trouxer o atestado ou exame!” (C, jun. 2011).

A volta do benefício foi acordada e comemorada por todas as trabalhadoras. Para Esteves (2004) são poucos os limites encontrados pelos trabalhadores de cooperativas para operar pequenas transformações e adaptações no ambiente de trabalho. No entanto, esta possibilidade é menor quando se trata de empresas capitalistas, quando as intervenções visam em primeiro plano garantir ou ampliar quantidade e qualidade do processo produtivo e, conseqüentemente, a lucratividade e só, secundariamente, a saúde dos trabalhadores.

Interessante observar a sequência das falas, descritas aqui de forma sucinta, pois são reveladoras do movimento que as trabalhadoras vão construindo, o qual passa pelo reconhecimento de determinadas situações/problemas, avaliação e intervenção, a partir da criação de soluções conjuntas. Sato (1992), ao estudar sobre o sofrimento operário a partir do olhar da Psicologia Social e do Trabalho, defende que as possibilidades de intervenção que visem amenizar o sofrimento e adoecimento devem amparar-se na subjetividade e nos conhecimentos práticos dos trabalhadores. Segundo a autora:

[...] se pressupõe que os trabalhadores têm um conhecimento sobre o trabalho que realizam e sobre a relação entre suas condições de trabalho e saúde, que lhes é peculiar, já que vivem a realidade do trabalho e os problemas de saúde de modo ímpar. É desse conhecimento que deve partir a reflexão, a problematização e a busca de estratégias de ação, visando prioritariamente a prevenção primária. (SATO, 1992, p. 108).

Ao que tudo indica, as relações autogestionárias permitiram refletir acerca de suas condições de trabalho, considerando seus conhecimentos práticos, avaliando experiências anteriores, normatizando novos procedimentos que vislumbrem um ambiente mais saudável. Esta ação também se revela como um exercício de saber/poder, em que o controle sobre o trabalho é uma das condições fundamentais para a transformação. A fala da cooperada, ao relembrar outras conquistas, vem corroborar esta afirmação:

è A gente vai construindo os benefícios ( ) A gente nunca tinha no final do ano décimo, agora a gente tirou, deu uma cesta de natal para cada uma, estamos fazendo uma poupança para dar um décimo para cada uma. Então são coisas que a gente tá construindo, conquistando aos poucos. °Já melhorou um monte°. (C, jun. 2011).

Contudo, se de um lado, elas detêm o conhecimento e as condições micropolíticas para problematizar o assunto, afinal podem intervir e questionar sobre o modo de gestão do trabalho, de outro, acabam por alimentar e reproduzir práticas típicas das relações capitalistas de trabalho. Como exemplo, pode-se citar o controle exercido pelo atestado sobre o novo acordo firmado. Operam aí fontes de tensão com vistas à manutenção da produtividade e ao cumprimento de outras exigências do mercado.

#### 4.6 Rotatividade e terceirização

Trazer novas pessoas para o trabalho na cooperativa é, simultaneamente, uma necessidade e dificuldade que se perpetua desde o início do empreendimento. Necessidade, pois o empreendimento atualmente tem uma grande demanda de trabalho. Dificuldade, pois há falta de profissionais no mercado, sendo que a maioria das costureiras trabalha de forma autônoma, ou para grandes empresas, com registro em carteira. Durante a pesquisa, pude acompanhar o vai-e-vém de algumas trabalhadoras, as quais ora estavam ora afirmavam que não viriam mais. A avaliação do coletivo é que esta rotatividade tem prejudicado o fluxo de trabalho.

De acordo com uma das cooperadas, a grande dificuldade em atrair mais costureiras para o trabalho na cooperativa decorre, especialmente, pela falta de garantia em alguns direitos sociais. A condição de cooperado não gera vínculo empregatício com a Cooperativa. Assim, conforme prevê o artigo 8º do Estatuto da Cooperativa, é de responsabilidade de cada associado registrar-se no INSS como autônomo e apresentar o número de cadastro à Cooperativa, a qual retém, das sobras de cada associado, o valor de 11% (onze por cento), para recolhimento da contribuição à Previdência Social.

Os aspectos que relacionam com os benefícios sociais foram lembrados por diferentes trabalhadoras: “é As pessoas têm resistência a trabalhar na cooperativa, porque não têm 13º, nem férias, nem plano de saúde.[...] As pessoas não querem isso! Olha Scheila eu te falo bem a verdade, eu só fico aqui por amor à camisa. °Não sei se vale a pena°.” (C, jun. 2011).

Durante o período da pesquisa algumas mulheres ingressaram no trabalho da cooperativa. Contudo, a maior parte delas não permaneceu no trabalho. Cada nova trabalhadora passa por uma espécie de “estágio probatório”, num tempo indeterminado formalmente. Enquanto se encontram neste período, são remuneradas pelas horas trabalhadas, a partir de um valor inferior às cooperadas. O critério de escolha para ingresso na cooperativa passa estritamente pelo bom desempenho no trabalho, o qual inclui a relação quantidade X qualidade na confecção dos produtos, e no bom relacionamento com as demais trabalhadoras, quando são observados o respeito, solidariedade, formas de comunicação etc. A menos que solicitem, é comum as trabalhadoras ingressarem na cooperativa sem conhecer quais serão seus direitos e benefícios sociais.

# Tu vê, eu ne::m conto para estas duas novas que entraram que é cooperativa e como funciona, senão elas fogem. Uma delas, que tá mais direto, está recebendo o seguro desemprego. Então para ela é vantagem. Mas tu viu que ela ontem disse que depois ia pedir para assinar a carteira de trabalho. Eu nem falei nada para ela não fugir. Por enquanto tá sendo bom pra ela e pra nós#. (C, jun. 2011).

Como a própria cooperada aponta, o direito à informação é negligenciado. Apenas se a trabalhadora atender as expectativas é informada sobre como funciona a cooperativa. Algumas das que ingressam preferem sair e buscar novas alternativas de trabalho, que garantam maior estabilidade financeira e acesso a benefícios sociais. Fica evidente, a partir desta prática, que o ingresso de novas pessoas no quadro de associados não se dá pela opção ao cooperativismo, mas sim pela necessidade de geração de renda.

Esta é uma situação que vem sendo discutida e avaliada pelo grupo, a partir de diferentes posicionamentos. Um deles aponta para a possibilidade da cooperativa contratar trabalhadoras como empregadas, fato que remeteria obrigatoriamente à mudança para a condição legal de empresa. “è #A gente pode pegar empregado? Estou levantando esta questão porque não estamos mais conseguindo pessoas.# [...] Eles têm ideia de leis trabalhistas. Quando eu explico o que é a cooperativa, as pessoas não querem. Eles têm medo! É uma insegurança.” (C, jun. 2011).

As que se mostravam favorável ao posicionamento dessa cooperada justificavam que seria um dos meios mais fáceis de conseguir um maior contingente de trabalhadoras, o que garantiria que as entregas não fossem feitas com atraso. Buscando garantir que todos os pedidos sejam atendidos, uma das estratégias adotadas recentemente foi a de contratar o serviço terceirizado. Atualmente, são três mulheres que costuram para a cooperativa, sem fazer parte do quadro de cooperadas. Também, mantém-se afastadas do dia a dia de trabalho do coletivo. Suas passagens pelo espaço são rápidas e objetivas. Buscam insumos (tecidos, linhas), trocam informações sobre os pedidos, trazem o trabalho pronto. A remuneração é feita por peça e não por horas trabalhadas, como se definiu para as cooperadas.

Segundo as cooperadas, de um lado a terceirização tem contribuído com o trabalho da cooperativa, pois tem possibilitado atender mais pedidos, diminuindo significativamente os atrasos nas entregas. De outro, ressaltam que “è #O trabalho terceirizado sempre é uma dúvida. Porque às vezes pode vir bem feitinho, e às vezes a pessoa faz de qualquer jeito e manda.” (C, ju. 2011). Buscando confirmar o



comentário da colega, outra cooperada lembra-se de uma situação: “Igual estas jaquetas que a C. mandou fazer (referindo-se ao trabalho terceirizado). #Quando eu fui pegar para embalar o problema tá ali. Vamos ter que fazer tudo de novo. Desmanchar tudo! °É um trabalho perdido°.” (C, jun. 2011).

Pude confirmar este posicionamento da cooperada, ao acompanhar um dos pedidos de jaquetas, feito por uma costureira terceirizada, que foi devolvido pelo cliente, o qual reclamou da falta de qualidade dos produtos. Percebi que a qualidade dos produtos sempre é avaliada como necessária e diferencial da cooperativa no mercado das confecções da cidade. Nesse sentido, há a preocupação e cuidado, com olhar atento a todas as etapas do processo. Não foram poucas às vezes em que ouvi sugestões para melhorar o corte, arrumar a gola, ajeitar a casa do botão. Reparos possíveis de serem feitos por estarem no mesmo espaço, ou como afirma uma das cooperadas “quando a gente vê o trabalho” (C, jun. 2011).

Além do posicionamento acima exposto, que trata da qualidade do trabalho terceirizado, outras visões aparecem. Extrapolando apenas a visão da técnica, discutem sobre a lógica implicada neste tipo de relação com o trabalho. Para uma das cooperadas, é fundamental que o trabalho se adapte à pessoa e não o contrário. Assim, acredita que seria interessante que todas pudessem trabalhar no mesmo local, mas entende que acima de tudo é preciso respeitar a condição de cada uma. Como exemplo, cita o caso de uma das trabalhadoras, a qual se não fosse a possibilidade de trabalhar em casa, não estaria atuando no empreendimento, devido aos cuidados ao marido, que está enfermo. Diante desta situação, entende que trabalhar na cooperativa representa

uma forma de poder incluir pessoas que estariam fora do mercado de trabalho formal.

Deve-se ponderar que ao lado das vantagens econômicas constatadas pelas trabalhadoras, a terceirização pode ser examinada como uma utilização distorcida da legislação cooperativista. Com o propósito de flexibilizar as relações de trabalho, objetiva-se diminuir o custo da mão de obra para obtenção de maior rentabilidade. A partir desta ótica, entende-se que a prática se constitui como uma forma de fraudar o Direito do Trabalho. Ante a situações como esta, Ribas e Machado (2003) alertam para uma tendência degenerativa dos princípios do cooperativismo, pois a força de trabalho passa a ser usada sem qualquer assistência ou proteção prevista pela legislação, desvelando exploração aos que por sua necessidade de sobrevivência submetem-se a esta modalidade.

Se falamos a partir de um contexto laboral que tem como base os princípios da economia solidária, podemos afirmar que estamos nos referindo a um espaço em que a participação deve ser entendida não somente como uma característica da estrutura de funcionamento do empreendimento, mas como seu fundamento. Para Sato e Esteves (2002) não há como se pensar numa relação de trabalho autogestionária sem construir um modo de produção que pertença a todos os membros, “cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem a presença de outros vínculos de trabalho ou investimento” (p. 6). Para as autoras, essa relação baseia-se por princípio, na socialização igualitária dos meios e dos resultados da produção, no controle e planejamento das ações de trabalho pelos associados.

Oliveira (2007), ao tratar dos sentidos do cooperativismo de trabalho faz uma distinção entre cooperativas de mão de obra e cooperativas de trabalho. Em análise as primeiras o autor conclui, a partir das experiências estudadas, que os trabalhadores ingressam por não terem outra opção, o que leva a significar a experiência cooperativa como um trabalho mais precário que o assalariamento. Dentre os principais elementos que justificam esta relação com o trabalho estão: distância em relação à gestão do empreendimento, pouca ou nenhuma participação nos processos decisórios, relações cotidianas caracterizadas por negociações verticais, fragilidade do vínculo, pois a qualquer momento pode não fazer parte do quadro de trabalhadores, seja pela possibilidade de seus serviços não serem mais necessários, ou ainda por iniciativa própria do trabalhador, quando aparecer oportunidade melhor (geralmente, o trabalho assalariado). Em relação às cooperativas de trabalho, Oliveira (2007) observou forte motivação a construir um projeto coletivo, o qual inclui a vivência como sócio, envolvendo todos os problemas, conflitos, responsabilidades, preocupações que derivam da gestão participativa e da busca por relações mais simétricas e democráticas.

Tomando como base a pesquisa de Oliveira (2007), observa-se na cooperativa estudada uma mescla dos dois tipos de relação com o trabalho. Tomando a terceirização, neste momento, como eixo principal de análise, constata-se uma aproximação com o modo de organização e funcionamento das cooperativas de mão de obra, o que aponta para uma contradição fundamental com todo o ideário do cooperativismo e da economia solidária. Além da separação entre o planejamento e execução das tarefas, fator que remete à divisão entre a gestão do trabalho e a

gestão do empreendimento, as trabalhadoras que realizam serviços terceirizados não pertencem ao quadro de associados. Daí resultam relações que nada diferem daquelas estabelecidas nas empresas heterogeridas. Nas palavras de Oliveira (2007, p. 81), diante disso, “não é difícil compreender que sintam saudades do trabalho assalariado tradicional, pois, em sua vivência, as únicas diferenças substanciais entre o trabalho na cooperativa de mão-de-obra e o trabalho assalariado é a precariedade do vínculo e a ausência de direitos.”

Tittoni e Nardi (2006) alertam que outro problema da flexibilização do trabalho, caracterizado pelas formas de contrato temporário e/ou parcial, refere-se ao aumento considerável da insegurança nos projetos de vida. “A flexibilidade toma a forma da precariedade, e o trabalhador subjetiva-se como um sujeito inseguro e instável, sujeitado pelo medo do desemprego e a mercê do movimento dos mercados” (TITTONI; NARDI, 2006, p. 279). Esse aspecto foi possível de ser constatado na cooperativa, quando o trabalho terceirizado era apenas acionado diante de uma grande demanda de trabalho. Cabe mencionar que neste contexto a temática do desemprego e subemprego, associados à precarização e à informalidade, também configuram-se como importantes questões a serem relacionadas aos processos de subjetivação.

#### **4.7 Processos de tomada de decisão**

Formalmente, a Assembleia Geral constitui-se como órgão supremo da cooperativa que, conforme prescrito na legislação

(BRASIL, 1971) e no Estatuto Social da cooperativa, deve tomar qualquer decisão de interesse dos cooperados. Além da responsabilidade individual, o cooperado tem a responsabilidade coletiva que se expressa pela reunião de todos, ou da maioria, nas discussões e nas deliberações. A igualdade de poder de voto de cada sócio na definição dos interesses comuns representa o princípio da gestão democrática do empreendimento. A Assembleia pode ser: Assembleia Geral Ordinária (AGO) – realizada obrigatoriamente uma vez por ano, para deliberar sobre assuntos como: prestação de contas, relatórios, planos de atividades, destinação das sobras ou rateio das perdas, eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal etc.; Assembleia Geral Extraordinária (AGE) – realizada sempre que necessário e pode deliberar sobre assuntos de interesse dos cooperados.

Durante a pesquisa tive a oportunidade de acompanhar uma Assembleia Geral Ordinária. Percebi que esta não assume grande destaque, pois no encontro foram abordados assuntos voltados essencialmente a atender necessidades burocráticas, para registros formais, tais como: aprovação de novos sócios, desligamentos de sócios, prestação de contas com balanço anual, algumas pequenas alterações no Estatuto, eleição da diretoria. Quanto a este último item fica evidente a dificuldade na troca dos membros por dois motivos. Primeiro, porque a cooperativa conta com um número reduzido de cooperados ativos na produção, fato que limita as possibilidades de troca, pois participar ativamente na produção é um dos critérios utilizados, embora não apareça formalizado em qualquer documento. Um segundo motivo é imputado ao fato de a maioria dos cooperados

manterem laços de parentesco entre si, fato que inviabiliza, de acordo com o Estatuto, a candidatura na mesma chapa.

Observa-se, ainda, que na Assembleia Geral, pequenos problemas e as soluções adotadas são expostos como fatos já consumados, não sendo discutidos se os posicionamentos tomados constituem a melhor escolha. Os relatórios de gestão são aprovados rapidamente, com pouco exame ou crítica. Algumas instruções são repassadas por um pequeno coletivo, sendo que nem todos os sócios se informam do que ocorre no empreendimento e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema.

Embora as Assembleias Gerais Extraordinárias estejam colocadas legalmente como espaço de tomada de decisão, concretamente elas não se efetivam como tal. Tal entendimento parte do fato de não ter presenciado nenhum encontro formal, com exceção da Assembleia Geral Ordinária, que envolvesse todo o coletivo de trabalhadores que atuam no empreendimento. Na prática, constatou-se que, diante da necessidade de discutir assuntos voltados à organização e ao funcionamento da cooperativa, a AGE é substituída por pequenas reuniões, as quais acontecem sem aviso prévio ao grande coletivo.

Nas duas reuniões realizadas na cooperativa não fui autorizada a participar, pois algumas cooperadas afirmaram tratar de “assuntos internos”. De início, esta situação soou de forma desconfortável, pois entendia que eram momentos imprescindíveis à pesquisa. Sarmiento (2011), ao discutir o papel do pesquisador, pontua que a entrada deste ao campo produz novas relações sociais. Estas vão se estreitando na medida em que a permanência no terreno aumenta. Contudo, é comum “ser considerado indesejável por interferir em relações que se quiseram

porventura preservar na sua domesticidade e interditas a estranhos” (SARMENTO, 2011, p. 160). Tal leitura me fez avaliar que por ser recente o tempo de estada junto ao coletivo não havia permitido uma familiarização como sendo mais um elemento do “nós” daquele contexto. Assim, mantive o respeito à decisão das cooperadas em não participar.

Não há um cronograma previamente estabelecido para a realização das reuniões, sendo que acontecem diante da urgência de resolver alguma situação cotidiana. Geralmente, são poucas (durante o tempo em que transcorreu a pesquisa foram realizadas duas) e incluem um grupo restrito de pessoas, dependendo do assunto a ser tratado. Uma das considerações a ser feita refere-se ao fato de que podem participar das reuniões apenas pessoas que fazem parte do quadro de cooperadas. Cabe frisar que a maior parte das decisões não é tomada nos espaços formais, como reuniões e Assembleias, mas são resolvidas no dia a dia, ficando sob responsabilidade das que estão à frente da tarefa.

As pessoas que acumulam maior número de tarefas, o que remete ao entendimento de que teriam diferentes habilidades, detêm maior poder na tomada de decisão. É possível perceber que a partir destes lugares deslocam-se relações de saber/poder que se caracterizam pela centralidade da fala em algumas pessoas. A partir deste contexto, nem sempre se estabelece uma negociação aberta entre as diferentes opiniões, fato que leva à análise dos limites relativos às práticas participativas.

Na tomada de decisão sobre a definição e execução das tarefas, as pessoas que estão à frente da máquina de costura assumem um lugar privilegiado. Uma das hipóteses levantadas se refere ao fato da costura

representar para o coletivo a tarefa mais complexa do processo produtivo. Nesse sentido, era comum observar, por exemplo, o auxílio entre as trabalhadoras em atividades de corte e acabamento, tarefas que não exigiam habilidades tão específicas com a costura, realizada pelas mesmas pessoas. Neste contexto, a costura é reconhecida como a atividade que apresenta maiores dificuldades para se aprender e por assim o ser não é de domínio de todas. A arte de costurar é reconhecida pelo coletivo como o ato que permite transformar retalhos em produtos, é a “ponta final” como afirma uma das cooperadas.

Contudo, cabe salientar que a costura não se constitui, de forma isolada, como o lugar de maior poder. Somado a este conhecimento, saber lidar com pessoas é uma habilidade bastante valorizada pelo coletivo, sendo que há o reconhecimento de que não são todas as trabalhadoras que a possuem. Este saber é avaliado a partir das relações internas, considerando o modo como as trabalhadoras interagem, e as relações externas, no contato com os clientes e demais espaços em que o empreendimento transita, incluindo sua relação com o movimento de economia solidária.

Mesmo a cooperativa não estabelecendo níveis hierárquicos formalmente demarcados, como encontramos nas empresas capitalistas, observa-se que as relações de saber/poder vão sendo construídas, pautadas em elementos advindos da reestruturação econômica e da própria lógica de acumulação de capital em curso. Desse modo, assumem destaque no empreendimento as trabalhadoras que são capazes de identificar e resolver problemas, sabem operar diferentes tipos de equipamentos, detêm habilidades técnicas/administrativas, motivação para o trabalho, capacidade de se relacionar com as colegas e



com os agentes externos. Tais características, remetem a um perfil de trabalhador polivalente, aberto a novos conhecimentos com maior responsabilidade com a produção, redução de custos e a melhoria na qualidade dos produtos.

As observações levam a afirmar que, de todos os aspectos mencionados, a presidente é a pessoa que mais se aproxima dos diferentes saberes. Este lugar de do conhecimento desencadeia, em alguns momentos, relações assimétricas, reveladas por jogos de poder na tomada de decisões. Embora pouco atue diretamente na produção, P. assumiu a representação política do empreendimento, especialmente articulação externa. É comum ouvir que P. estava nas reuniões de Fóruns da Economia Solidária, audiências públicas, fazendo negociações com poder público. Além disso, assume o cargo de representatividade em diferentes instâncias. Um dos mais significativos é no Conselho Nacional de Economia Solidária.

A ausência de P. no dia a dia da produção é encarada com grande naturalidade pelas cooperadas. Parece-me que há um consenso da importância de seu papel de articulação política e dos ganhos para o empreendimento. Um dos mais respaldados pelo coletivo de trabalhadoras foi a aprovação de um projeto, por via do MTE, por meio do qual foi conquistado um recurso de cento e oitenta mil reais. Por a utilização deste, está sendo construída nova Sede para a Cooperativa.

Para Foucault (1995) o termo “poder” designa relações entre parceiros. Relações estas que nas relações categorizam os indivíduos como sujeitos, os tornam reconhecidos e os fazem reconhecer como tais. O autor defende que é preciso um progressivo afastamento da ideia de se pensar o poder como algo localizável e/ou passível de ser

“propriedade” de alguns indivíduos. Logo, “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar” (FOUCAULT, 1997, p. 89-90), mas, contraditoriamente, é entendido como múltiplo, automático e anônimo, é relação e não coisa.

Através deste referencial podemos compreender que as relações de saber/poder construídas no empreendimento não remetem a algo arbitrário de uma sobre outra, mas foram sendo engendradas tomando como referência as diferentes funções de sujeito, que comportam estados de poder sempre transitórios, móveis, instáveis. Estes estados dizem respeito não somente à história da cooperativa, mas exercícios de poder assumidos também em outros campos, em lugares pessoais, profissionais antes mesmo da formação do coletivo.

#### **4.8 O(s) estado(s) de poder na construção das relações**

A intensa convivência junto ao coletivo de trabalhadoras tornou possível a compreensão de que os posicionamentos da presidente exercem grande influência no modo de organização do trabalho na cooperativa. Segundo P, sua importância se dá, especialmente, por mediar as relações e conflitos. Afirma que mesmo não sendo uma situação confortável faz parte do seu papel como presidente trazer à tona as discussões:

“A gente fica numa situação bem desconfortável, mas eu me sinto na obrigação de puxar para o grupo esta discussão. Nem todas têm coragem! Porque sai da zona de conforto, cria atritos”. Mas quando a coisa está muito nas entrelinhas,

tem que emergir. De modo cuidadoso °eu puxo°. (P, jul. 2011).

“Chamar a atenção”, expressão também muito usada nas falas das trabalhadoras, configura-se como um movimento primordial para a organização do trabalho. Entendem que por ser um espaço laboral diferenciado da empresa, todas podem e devem chamar a atenção do coletivo para o que não está sendo desenvolvido a contento. Pelo discurso, todas podem e devem fazer este exercício. Contudo, percebe-se que esta é uma função assumida por apenas algumas pessoas, notavelmente aquelas que detêm o poder na tomada de decisão, dentre as quais a presidente se destaca.

P. reconhece que assumir a função de “puxar o grupo para discussão” desperta sentimentos desagradáveis a si própria. Sua fala justifica-se pelo fato de trabalharem junto a pessoas que mantêm vínculos afetivos muito fortes, marcados por laços de amizade, de parentesco, de vizinhança, e como ela mesma descreve, de companheirismo:

#Eu queria dizer que quando a gente tem que chamar a atenção dos companheiros a gente tem que se armar para ter coragem de fazer isso e isso é uma coisa que faz mal para a gente também.# Não faz mal só para quem ouviu, faz mal para a gente também. Faz mal, a gente passa mal. Eu sei que para mim dizer, tem horas que eu tenho que me armar de um jeito, que isso me deixa com um coração desse tamanho ((abre os braços, deixando-os bem esticados)). Eu nem penso muito em como eu vou falar, porque se você pensar muito não fala! (P, jul. 2011).

Do ponto de vista da presidente, é necessário não confundir amizade com trabalho, pois, isso levaria a privilégio e, conseqüentemente, relações desiguais.

Eu já fiz a C. chorar que é minha filha. °Eu digo assim°, que eu não posso proteger porque é minha filha gente. Ela não é minha filha aqui. Ela é cooperada. A C. não é minha cunhada aqui, a C. não é minha amiga de anos aqui. Aqui nós precisamos ter uma relação de trabalho. Não é uma relação familiar, uma relação de amizade. É uma relação de trabalho. Mas é difícil, eu sei o quanto dói. [...] E não é porque a gente não goste, não é porque a gente não quer bem, não é porque a gente não ame as pessoas. Não é isso! (C, jul. 2011).

Percebe-se pelo enunciado que chamar a atenção das companheiras é algo que gera desconforto, na medida em que aparece pode revelar uma condição de desigualdade. As trabalhadoras avaliam que em uma empresa não haveria este constrangimento, pois ali os papéis estão mais claros, e há uma hierarquia definida a priori. No discurso, a presidente anuncia a recusa em reproduzir o papel de chefia, destacando que sua intenção é contribuir com o desenvolvimento do empreendimento:

Eu acredito que aqui ninguém me veja como a cheфона, que vem xingar alguém, eu espero que eu não tenha essa figura, esse retrato diante do grupo. Eu me acho dizideira. Mas eu digo muito mais no medo de não dar certo, °de passar por tudo que nos já passamos°. Quando a gente diz, não é porque a gente é ruim, é porque a gente quer que isso aqui ande e dê certo para todos. Não é para mim, não é para fulana, nem para ciclana, é para todos. (P, jul. 2011).

A postura assumida pela presidente anuncia uma intencionalidade, pois, como afirma Foucault (FOUCAULT, 1997, p.

90), “[...] não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos”, os quais refletem diretamente a (s) posição(ões), estado(s), lugar(es), sempre transitórios e instáveis, de cada sujeito no coletivo. O discurso de P. justifica a relação hierárquica, revelando o lugar de alguém “autorizado” a dizer. Esta autorização aparece atrelada no discurso, pelo saber que detém em torno da experiência, e o poder em evitar “passar por tudo que nós já passamos”. Neste contexto, as pessoas “precisariam” ser repreendidas, mas numa relação efetivamente solidária, por um bem comum. Seu posicionamento aponta relações de saber/poder que se distanciam da conjugalidade entre igualdade de direitos/deveres e às diferenças, aos traços peculiares de cada um, anunciando contradições ao ideário cooperativista. Este entendimento leva em consideração não só “o que” e “quem” diz, mas também “como” se diz.

Algumas cooperadas avaliam que muitas vezes o modo de comunicação não é o mais adequado, resultando em ressentimentos e mágoas. Pude observar esta prática no cotidiano de trabalho, quando percebi que algumas falas muitas vezes chegaram em tom bastante agressivo, resultando em troca de olhares entre as trabalhadoras, caras que se fechavam logo em seguida, comentários ao pé do ouvido. Estes aspectos revelaram que nem sempre os diferentes posicionamentos são bem recebidos ou ditos de uma forma agradável a todas. Algumas preferem ouvir e esquecer, entendendo que não podem restar mágoas e ofensas da situação. Outras avaliam que há necessidade de mudança na forma de expressão, como afirma uma das cooperadas: “#Chama num cantinho e conversa ((voz trêmula, engasgada)). Tem alguma coisa para falar não chega para todo mundo prestar atenção. #” (C, jul. 2011).

O acordo de que todas poderiam chamar atenção uma das outras foi realizado em umas das reuniões. Contudo, não há consenso sobre a melhor maneira de fazê-lo. Uma das falas destaca que este processo não tem sido tão favorável às relações do coletivo: “è#Aqui o que falta é respeito. Acho bom que as pessoas se respeitem, porque de todo este tempo que eu estou trabalhando aqui nunca foi assim! Eu to espantada com isso. Porque se continuar assim, vai acabar o grupo. Tem gente que está forte, °mas tem gente desabando°.#” (C, jun. 2011).

A sequência das falas remete à existência de conflitos. Esses não são encarados como algo negativo. Ao contrário, entendem que fazem parte das relações, afinal “cada cabeça é uma sentença” (C, jun. 2011), o que passa pelo reconhecimento das diferenças. Contudo, algumas situações não passam por uma expressão direta dos sentimentos:

#Mas tem as desavenças, tem as discussões, daqui a pouco a gente já tá se perdoando, # passô aquilo, não pode guardar mágoa, porque a mágoa é a coisa que mais faz a pessoa sofrer e ficar remoendo aquela coisa que passou ontem, hoje estamos remoendo de novo, aquilo passou, já tá lá atrás. (C, jun. 2011).

A prática do perdão revela ambiguidades. Se de um lado leva, a partir da reflexão individual, a novas formas de relação, pelo respeito e cuidado com o outro, de outro lado, enquanto mecanismo informal de resolução de conflitos, impede a explicitação das contradições, dos diferentes posicionamentos e negociações que seriam necessários serem feitos. Para Sato e Esteves (2002), é inevitável e desejável que os conflitos apareçam nas práticas autogestionárias, pois podem ser fortes indícios da presença da democracia do debate público em torno das diferenças. Nessa mesma direção, Oliveira (2005) acredita que a cultura

solidária não implica numa harmonia permanente ou ausência de contradição e de conflitos. “Nós estamos falando de gente, estamos falando de nós, e de todos nós, indistintamente, ao mesmo tempo em que procuramos superar nossas contradições, muitas vezes não conseguimos; muitas vezes atolamos em nossas incoerências e contradições.” (p. 38).

A evidência das contradições e conflitos nem sempre é entendida como algo favorável às relações no empreendimento. Em uma das conversas informais, uma das cooperadas afirma que determinadas situações, ao invés de serem discutidas e problematizadas entre as trabalhadoras, são colocadas sob a lei do silêncio “deixa a poeira baixar” (C) e do tempo para “ter consciência de que errou” (P), visando manter um clima harmônico no ambiente laboral. Este tipo de prática tem levado muitas trabalhadoras a não expressarem sua opinião, sendo comum ouvir que “não adianta falar” (C), ou de que “nada vai mudar” (C). Assim, diante de alguma situação que leve a um maior debate, apenas algumas trabalhadoras se pronunciam, ficando com elas o direcionamento final.

A partir da perspectiva de Foucault (1997), tanto os discursos como os silêncios, estão imbricados num jogo complexo e instável em que podem constituir-se, simultaneamente, instrumento e efeito de poder, como também ponto de resistência. Neste jogo, entende-se que nem todas têm voz e vez, prevalecendo a linguagem como instrumento de saber legitimador de estados de poder. Tais aspectos conduzem a relações assimétricas entre as trabalhadoras, o que revela, por sua vez, formas de sujeição e submissão ao outro. A análise desses elementos leva ao questionamento sobre a real efetividade da democracia e

igualdade, princípios da economia solidária, no ambiente de trabalho cooperativo.

#### **4.9 O futuro da cooperativa**

À medida que o tempo ia passando, e também finalizando a estada no campo, percebi que as trabalhadoras iam sendo tomadas por um mesmo tema: a conquista da nova sede da cooperativa. Nas conversas informais muitas falas reportaram-se ao novo pavilhão como o “futuro da cooperativa”. Durante a pesquisa pude acompanhar muitas etapas da construção da nova estrutura, a mudança dos utensílios e equipamentos, como também alguns dias de trabalho no espaço.

Tanto a estrutura física, como o terreno em que está localizada, foram custeados a partir de recursos oriundos da aprovação de um Projeto junto à Eletrobrás. As atividades iniciam em condições precárias: sem água, gás, internet, telefone. Logo na primeira semana de atividades o pavilhão foi alagado com uma chuva torrencial. A estrutura física apresentava alguns defeitos, que permitiram a infiltração da água, molhando tecidos e equipamentos. As dificuldades parecem se assemelhar às descritas no início deste trabalho, quando se pensava em constituir um “grupo”. Assim como as intempéries chegam, soluções são lançadas: pequenas reformas como vedação das janelas e calhas, mesas improvisadas, a busca pela solidariedade dos vizinhos...

Constante é também a motivação das trabalhadoras em ver tudo organizado e iniciar mais uma fase na construção da história da cooperativa. Uma das falas remete a essa consideração: “São coisas que



a gente vai ter que ir arrumando, ajeitando. Esse não é o primeiro pavilhão com tijolão, porque têm muitos por aí. Então, a gente vai tendo problemas e vai resolvendo”. (P, jul. 2011).

As novas instalações também trazem receios de velhos problemas na relação com o mercado: “Ele (referindo-se ao novo pavilhão) é bem mais retirado da cidade, penso nos alunos que precisam pegar os uniformes escolares. Pode ser que as escolas desistam de nós por causa do lugar que vai ficar longe.” (C, jul. 2011).

Observa-se que o fato de estar localizado geograficamente numa região distante do centro da cidade, pode se tornar um elemento desfavorável a novas demandas por produtos, o que traria implicações financeiras para o empreendimento.

À medida que a estrutura vai ganhando corpo, novos arranjos organizativos emergem. Com espaço amplo, os equipamentos da antiga sede foram sendo acomodados ao novo ambiente. As máquinas de costura e demais equipamentos foram distribuídos visando facilitar a produção, considerando a sequência nas etapas do ciclo produtivo. Considerando a sugestão de uma das cooperadas, a mesa de limpeza ficou afastada da mesa do corte. A intenção é diminuir as conversas paralelas, as quais atrapalham a produção. A nova disposição dos equipamentos também promoveu mudanças na distribuição das trabalhadoras nos espaços, aspecto que possivelmente desembocará em novas dimensões sociais e subjetivas na relação na interface trabalhador/trabalho e entre as próprias trabalhadoras.

O futuro da cooperativa, especialmente para a presidente, não é colocado como algo que está alheio às trabalhadoras, mas como algo

que depende do grau de responsabilidade e comprometimento com que cada uma irá estabelecer com a cooperativa.

Vejo que o futuro da cooperativa depende deste grupo que está aqui. Tem que trazer esperança, tem que trazer vida, novas possibilidades. ( ) Isso tem um valor imenso ((fala trêmula bastante carregada de emoção)). E hoje a alegria de estar num grupo, sabe?! Que tem concretizado seus sonhos, da gente (4) não ser duas, três pessoas. Ser um grupo maior! [...] Minha perspectiva nunca foi de uma coisinha pequena, sempre foi de um grupo maior com possibilidades de trazer vida pra mais gente. (P, jul. 2011).

“Trazer vida”, “esperança” remete neste enunciado as novas possibilidades de inclusão pelo trabalho. A este está atrelado não só à geração de renda, pela qual se valoriza o acesso a bens de consumo, como também o reconhecimento social pelo sentir-se capaz e envolvida na construção de um projeto coletivo, empreitada que só foi possível de ser concretizada pela formação de “um grupo maior”.

Como vimos anteriormente, a constituição deste “grupo” nunca foi estática. Ao contrário, sempre esteve aberta a transitoriedade de seus atores, os quais foram construindo na dinâmica de suas relações, diferentes modos de pensar e organizar o trabalho. Assim como as diversas transformações pelas quais passou o empreendimento, a mudança para um novo local também trouxe reflexão sobre implicação de cada uma com a cooperativa. Exemplo disso é a fala da presidente quanto à sua permanência na cooperativa: “Eu quero dizer que eu não me vejo no futuro da cooperativa. Minha missão no grupo já ta no fim porque esse grupo anda sozinho, não precisa mais de mim. Agora com o pavilhão novo eu não sei se ainda fico ((emocionada, com lágrimas nos olhos)).” (P, jul. 2011).

A afirmação sobre a possível saída de P. não foi bem aceita pelo coletivo de trabalhadoras, especialmente, as cooperadas mais antigas no empreendimento, que quase em coro pediram pela sua permanência. Tal postura corrobora as observações que vinha fazendo, as quais revelam ambiguidades quanto ao trabalho da presidente. Simultaneamente sua dedicação e generosidade com a cooperativa expõem uma dependência simbólica do coletivo ante a sua influência e iniciativas, notavelmente as de cunho político.

Falas anteriores de P. atestavam para sua preocupação diante deste fato, sendo que em outras várias vezes já tinha sinalizado para o coletivo sua saída. Embora pudesse se pensar que esta dependência a envaidecia, eram constantes suas tentativas de combatê-la. Assim, várias foram as vezes que ouvi solicitando às colegas que assumissem questões que ficavam sob seu domínio. De modo geral, algumas pessoas já haviam assumido certas responsabilidades, desencadeando várias iniciativas em prol da organização do trabalho.

A postura da presidente merece atenção: se de um lado observa-se forte dependência do grupo em relação ao seu trabalho, de outro, sua experiência pessoal, notavelmente a militância política, trouxe grandes contribuições na construção do ideário cooperativista do coletivo. Talvez, deva-se a este último aspecto a manutenção do empreendimento na condição jurídico/legal de cooperativa, bem como o enraizamento de alguns valores do cooperativismo e economia solidária. Há de se considerar que tanto a permanência de P. quanto sua continuidade no trabalho da cooperativa são questões que carecem de reflexão coletiva. Sua saída poderia beneficiar o empreendimento provocando, de maneira mais efetiva, a emergência de outras lideranças.

Fato que também poderia ser um risco à manutenção da cooperativa, pois valores da lógica capitalista poderiam ser mais valorizados, substituindo práticas que ainda se aproximam da autogestão. Uma das hipóteses possíveis é de que sua saída motivasse a transformação de cooperativa em empresa, fato já posto em discussão várias vezes, mas que devido, especialmente, ao seu posicionamento, ainda não se efetivou.

Essa é uma das situações que tende a ser negociada, nas relações construídas no cotidiano de trabalho do empreendimento. Ali, as trabalhadoras terão de (re)inventar novos modos de agir diante dessa e tantas outras problemáticas e possibilidades que serão emergentes. Afirmar que estão ante a possibilidade não significa que tem diante de si total liberdade para delimitar o que querem e o modo que querem fazer. Como afirma Sato (2007) os sujeitos, enquanto construtores do processo, estão situados em lugares, confrontando-se permanentemente com regras, valores, normas, sejam elas explícitas ou não, bem como a projetos que mantêm interesses e aspirações singulares e/ou coletivas. Neste movimento incessante, novas relações de saber/poder deverão ser engendradas, revelando novos modos de significar o trabalho cooperativo.

Neste íterim, manter e fomentar a perspectiva da economia solidária passará, necessariamente, pela reflexão sobre a cooperação enquanto palavra e ação. Em relação à primeira, o resgate ao seu sentido etimológico de “trabalhar com” ou “fazer com”, para um mesmo fim (HOUAISS, 2001, p. 66). Já no que se refere à ação, implica colocar em prática a disposição para o diálogo, com respeito às diferentes formas subjetivas que estão conectadas à história de cada uma das

trabalhadoras. Esse processo só se efetivará pela dinâmica do contato humano, na sua diversidade de conflitos, contradições, afetividades, jeitos e modos de ser e fazer, que nas suas diferentes conexões tendem a aproximar ou distanciar a formação de sujeitos sociais históricos com uma nova visão de projeto de sociedade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecer considerações sobre o empreendimento estudado requer a análise dos processos históricos de sua constituição e de como os sujeitos foram se apropriando de sua realidade. Contexto marcado por transições, rupturas, diferentes modos de ser, trabalhar e (con)viver.

O sonho de constituir um “grupo de costureiras” parece concretizado. Depois de quatorze anos de intenso trabalho, a “saúde” econômica do empreendimento já não está mais tão frágil, estando consolidado no mercado das confecções. Para além da questão da sobrevivência, parece que algo a mais mantém as trabalhadoras na cooperativa.

Um dos aspectos passíveis de ser analisados refere-se ao fato da cooperativa constituir-se como um espaço de sociabilidade, o qual possibilita que as trabalhadoras se comuniquem, dividam inquietações, troquem experiências, construam vidas conjuntas. Assim, o ingresso no trabalho cooperativo operou como um efetivo catalisador de mudanças, especialmente no que confere a visibilidade de novas possibilidades de acesso ao espaço público, superando algumas condições ligadas ao lugar socialmente atribuído à mulher.

Entretanto, a realidade não é homogênea. A dinâmica do processo de trabalho deste coletivo comporta visões e projetos individuais e coletivos muitas vezes opostos entre as próprias trabalhadoras que ali atuam. Uma das hipóteses levantadas diz respeito ao fato da entrada no empreendimento ter sido motivada por diferentes interesses. O principal deles remete à possibilidade de geração de trabalho e renda, visando atender uma necessidade econômica.

Relacionado a esse aspecto, a valorização do trabalho cooperativo volta-se à inclusão ou reinserção no mercado de trabalho e, pelo resultado da venda da força de trabalho, ao acesso a bens de consumo.

A motivação pela esfera econômica na maior parte dos casos não veio acompanhada de engajamento com os princípios da economia solidária. Nesse sentido, destaca-se que nem todas as trabalhadoras passaram por experiências de militância e formação política em torno do ideário cooperativista, aspecto que influenciou substancialmente a demarcação de lugares sociais e as relações de saber/poder ali construídas.

Os exercícios de saber/poder não dizem respeito somente às relações internas. Isso pode ser bem demonstrado quando se leva em consideração o fato da cooperativa estar inserida dentro de um sistema capitalista, que se mostra hegemônico. No empreendimento, esta relação se manifesta de diferentes formas, incluindo gestão e estrutura.

Na gestão observa-se a dificuldade das trabalhadoras em resignificar o conhecimento ou o uso da técnica apreendidas em experiências anteriores de trabalho para o novo contexto cooperativo. Assim, em busca da eficiência, se reproduzem instrumentos e dispositivos que disciplinam e modulam modos de trabalhar. Como resultado, adota-se na estrutura intensificação do ritmo, intensas jornadas de trabalho, tomada de decisões centralizadas nas “mais experientes”, que levam a relações assimétricas.

Esses aspectos levam ao entendimento de que as relações de trabalho estão envolvidas pela naturalização de algumas práticas, entre estas a manutenção de “estados de poder” que se exprimem pelas diferenças de competência, saber ou habilidade. Nesse cenário são



reproduzidos discursos capitalistas, os quais apontam para a necessidade de hierarquização do trabalho, levando a níveis de desigualdades no planejamento, execução e partilha dos resultados. Prega-se, assim, a necessidade dos diferentes níveis de remuneração. Da mesma forma que nas empresas capitalistas, o poder do capital se sobrepõe ao trabalho, encontrando no exercício das relações de saber/poder uma forma de se concretizar enquanto prática. Tal processo é realizado num constante movimento que intercala “estados de poder”, legitimando posições e discursos como verdades, criando formas de sujeição. Como resultado, normas e disciplinas são adotadas, mantidas e atualizadas constantemente, em um ordenamento social que atravessa a organização por inteiro.

Compreende-se que este modo de trabalhar limita a autonomia do sujeito trabalhador, o qual se conforma em tentar responder as questões emergentes pela corrida produtivista, minimizando as possibilidades de (re)inventar a sua realidade, de modo a viabilizar novas produções subjetivas. Em detrimento de valores solidários, reforça-se o individualismo.

Entretanto, neste mesmo contexto são cunhadas linhas de fuga, como forma de resistência e enfrentamento aos agenciamentos de poder. Participação na gestão técnica do trabalho, flexibilidade nos horários, relações de amizade e cooperação fazem parte de um conjunto de dispositivos que visam novas formas de relação com o trabalho, fortalecendo os princípios da economia solidária. Exemplo disso é a possibilidade de inclusão de trabalhadoras, que por suas condições de saúde, baixa escolarização e qualificação estariam afastadas do mercado de trabalho formal.

Nessa correlação de forças, as quais incluem novos e velhos modos de trabalhar e constituir-se como sujeitos, cabem alguns questionamentos: como evitar que as decisões coletivas fiquem sobre a égide do mercado? Como equacionar num mesmo contexto a eficiência dos serviços sem explorar a força de trabalho? Como a economia solidária poderia incitar novos processos de subjetivação?

Compreende-se, a partir da experiência estudada, que o trabalho cooperativo como proposta da emergência de novos processos de subjetivação deve considerar, entre outros aspectos, novos modos de estruturação da organização do trabalho, o que inclui a possibilidade de tomada de decisões coletivas. Uma das possíveis saídas para estruturar a gestão do trabalho seria apostar numa construção crítica das ferramentas gerenciais e estratégicas, como forma de adaptá-las aos objetivos do empreendimento. É importante registrar aqui que alguns estudiosos<sup>41</sup> da área da gestão e tecnologia social acreditam que não é qualquer adaptação de conhecimento científico e tecnológico que conseguiria operar mudanças nos valores aos quais aquela tecnologia está condicionada. A origem de uma nova tecnologia social deveria considerar não apenas o caráter técnico-econômico, como também os critérios que levam em consideração os aspectos socioeconômicos e ambientais, considerando os princípios da autogestão como forma motriz.

Com vistas a estes elementos, na tentativa de não reproduzir a concentração de poder presente nas empresas hierarquizadas, é de suma importância a adoção da democracia e igualdade nos processos de tomada de decisão na cooperativa pesquisada. Para tanto, é fundamental

---

<sup>41</sup> Sobre este tema ver Dagnino, Brandão e Novaes (2004).

que as informações que envolvem a gestão sejam coletivamente publicizadas, transparentes e compreensíveis a todos os membros do empreendimento. Somente a partir disso é que seria possível pensar um pleno exercício do planejamento e controle coletivo das atividades. A não efetivação desta prática pode levar a manutenção e o reforço de relações de poder cada vez mais rígidas e assimétricas entre as trabalhadoras.

Esses apontamentos tomam as relações de saber/poder estabelecidas no empreendimento como um instrumento político capaz de, no seu exercício, operar no processo de (re)construção do sujeito e da sua subjetividade. Entende-se que a sobrevivência de relações amparadas pela lógica capitalista, constitui-se como um dos principais desafios a ser enfrentado nas práticas cooperativas inseridas na economia solidária. Nesse sentido, a gestão do trabalho precisa ser analisada não só sobre a ótica estrutural, mas também cultural. Defende-se aqui a ideia de que sem mudar a cultura, as mudanças das práticas sempre se darão de modo precário, incompleto e ambíguo. Assim, a mudança proposta perpassa todo o conjunto de crenças, valores, expectativas a serem (re)construídos e mantidos pelos sujeitos. Isso implica a adoção de novos modos de trabalhar e se relacionar, nos quais a dimensão humana deve ser o foco das preocupações.

Acredito que a pesquisa, na medida em que possibilitou o diálogo aberto sobre determinadas questões, constitui-se como um importante instrumento de problematização das práticas cotidianas. De modo especial a realização dos grupos focais foi reconhecida pelas trabalhadoras como um encontro que se fazia necessário:

Esse momento constrói eles, pois são momento que a gente olha para os outros mais do que no trabalho do dia a dia. Aqui são ditas coisas que vão além do dia a dia. (3) São momentos que a gente olha mais para o outro. Sabe do sentimento do outro. Acho que é o momento do compreender. °Acho que é isso°: compreender mais o outro. (P, jul. 2011).

Entende-se que o potencial dos encontros revelou-se não só pela abertura de um canal de reflexão, mas pelas mudanças ali vislumbradas e concretizadas na gestão e nas relações de trabalho. Podemos citar como exemplo a ampliação dos benefícios sociais, acordado pelas trabalhadoras quando adotaram a remuneração dos dias de afastamento do trabalho por problemas de saúde.

Nesse processo, compreendo que o recurso fotográfico trouxe importantes contribuições ao estudo. Dentre as principais, destaco o próprio ato de fotografar. A produção imagética foi movida por escolhas de objetos específicos (pessoas, locais etc.), que num enquadramento puderam reportar pela narrativa elementos significativos do trabalho. Pela narrativa fotográfica foi possível conhecer e aprofundar um conjunto de elementos relacionados ao cotidiano da experiência estudada dando visibilidade a aspectos costumeiramente esquecidos pela intensa dinâmica laboral e, talvez, não passíveis de serem apreendidos por meio de outros métodos. Além disso, abriu espaço às trabalhadoras para o movimento de trazer a tona enunciados antes não veiculados no coletivo devido, especialmente, ao modo como foram construídas as relações de saber/poder trabalho. Assim, elementos que pairavam no pensamento de algumas trabalhadoras e que chegaram a mim em conversas informais ou algumas colegas mais íntimas, puderam ser expressados, reiterados, confrontados, desnudados.

Compor este cenário trouxe a mim, pesquisadora, descobertas que se não fosse pela via do contato direto e interativo não seriam possíveis. Experimentações do/no campo que implicaram num processo de transformação do próprio pesquisador, impondo novas inscrições e composições sobre o objeto de análise, bem como reflexões sobre o lugar que ocupei neste cenário. Assim, olhar para trás, (re)construir essa trajetória e poder compartilhar seus achados revelam-se como conquistas na arte do pesquisar. Nesse sentido é que espero que o encontro com esta escrita suscite novos arranjos e acabamentos sobre os ditos e não ditos da pesquisa. E que neste encontro, com outros colegas, leitores, interlocutores, os olhares que aqui direcionei tenham, como afirma Zanella (2011, p. 19), a “possibilidade de serem transtornados, desviados, descentrados, desfocados. E esse ‘des’ aparentemente negativos, afirmam a potência desse encontro e seus efeitos, a pluralidade de focos outros que dali podem imergir.”



## REFERÊNCIAS

ANTEAG. Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão. **O trabalho é um direito**: nem que para isso seja necessário...São Paulo: ANTEAG, [199-]. Folder.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 9. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

AUED, Bernardete Wrublewski; CHAVES, Luiz Carlos. O desemprego não é inexorável. **Plural**, Florianópolis, n. 13, ano 9, p. 56-73, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego, Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho. **Minuta de nota técnica**: segurança e saúde nas atividades de processamento de carnes. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Relatório Nacional**. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. 2007. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorio\\_s/empreendimentoResumoNacional.asp?Numero=\\_](http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorio_s/empreendimentoResumoNacional.asp?Numero=_). Acesso em: 14 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Economia solidária**: os empreendimentos econômicos solidários. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_empreendimento.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp). Acesso em: 01 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Situação dos empreendimentos no Estado SC**. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorio\\_s/empreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=SC](http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorio_s/empreendimentoResumoEstadual.asp?Estado=SC). Acesso em: 27 jul. 2011.

BRASIL. Lei n. 5764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Brasília, DF, 16 dez. 1971.

Disponível em:  
 <[www1.informazione.com.br/cms/export/sites/.../LeiCooperativismo.pdf](http://www1.informazione.com.br/cms/export/sites/.../LeiCooperativismo.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2010.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3 .ed. Rio de Janeiro: JC Editora, 1987.

BUBER, Martin. **O socialismo Utópico**. Tradução de Paola Civelli. São Paulo: Perspectiva: 1971. (Coleção Debates).

CATTANI, Antonio David. Gestão Participativa. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 145-149.

COLETIVO de trabalhadoras (C). **Grupo focal**. 28 maio 2011. Gravação sonora.

\_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_. 16 jun. 2011. Gravação sonora.

\_\_\_\_\_ . \_\_\_\_\_. 02 jul. 2011. Gravação sonora.

COOPERATIVA MISTA SOLIDÁRIA DE TRABALHADORES EM CONFECÇÃO, ARTESANATO E TRABALHOS MANUAIS. Estatuto social. Chapecó, 2006. 11 p.

CORRÊA FERNANDES, Josué. **Saga da esperança**: a trajetória de Jean Maurice Faivre. Ponta Grossa: Gráfica e Editora Planeta, 1995.

COUTINHO, Maria Chalfin. **Participação no trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. (Coleção Trabalho Humano)

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JR, Antonio et al. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15 -64. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/htm/19.php?local=6&docente=138>>. Acesso em: 27 jan. 2012.



DAL MAGRO, Márcia Pit; COUTINHO, Maria Chalfin. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em “empreendimentos solidários”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.13, n.4, p.703-711, out./dez. 2008.

DEJOURS, Christophe. **Por um novo conceito de saúde**. São Paulo: Fundacentro, 2002.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC. **Estatísticas**. Disponível em <<http://www.dnrc.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Anuário das mulheres brasileiras**. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2011.

DIOGO, Maria Fernanda. **De balde e vassoura na mão: os sentidos do trabalho para as mulheres que exercem suas funções no setor de limpeza e conservação em uma empresa prestadora de serviços em Santa Catarina**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 121-142, jun./ jul. 2006.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1985.

ESTEVEVES, Egeu Gómez. **Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial**. São Paulo. 190 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, 2004.

FARIA, Aparecido de; NAKANO, Marilena. Empresas autogestionárias: uma alternativa diante do desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 41-46, out./dez. 1997.

FARIA, Maurício Sardá de; NOVAES, Henrique Tahan; DAGNINO, Renato. Do fetichismo da organização e tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Katálasis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 123-131, jan./jun. 2008.

FONSECA, Tânia Maria Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 12. ed. Rio de Janeiro: Gral, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos: estratégia poder-saber**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, v. IV.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOURIER, François Marie Charles. O Novo Mundo Industrial e Societário. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.67-96.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005. (Série Pesquisa em Educação; 10)

GAIGER, Luiz Inácio (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Leituras Cotidianas**, Rio de Janeiro, n. 127, jan. 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60841352/A-economia-solidaria-diante-do-modo-de-producao-capitalista>. Acesso em: 14 out. 2011

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima et al (Coord.). **Olhar vidas: a fotografia em uma pesquisa-intervenção**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

GUILHERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Indicadores IBGE: principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa 2003-2011**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/defaultestudos.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultestudos.shtm)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades@**. Síntese das Informações 2011. Disponível em: [www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php)>. Acesso em: 03 jan. 2012.

ĨNIGUEZ, Lupicínio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. In: \_\_\_\_\_. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

LIMA, João Paulo Santos. A contabilidade e as cooperativas populares autogestionárias: uma contribuição à democratização da gestão. In: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Org.). **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. São Paulo: ITCP-USP, 2007. p. 72-78.

LOUREIRO, Maria Rita et al. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. (Coleção Teoria e Práticas sociais)

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999

MASCARENHAS, Thais Silva. Os conhecimentos de gestão e seus mitos. In: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Org.). **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. São Paulo: ITCP USP, 2007. p. 26-34.

MASSI, Jacir. **Diagnóstico da cooperação agrícola na Região Oeste de Santa Catarina**. 2000. Monografia (Bacharel em Agronomia), Universidade Estadual de Santa Catarina (UNOESC). Chapecó, 2000.

MARX, Karl. **Instruções aos Delegados do Conselho Geral Provisório**: as diferentes questões. 1866. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acesso em: 9 set. 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Clarer, 2004. (Coleção a obra-prima de cada autor)

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3

milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MAURENTE, Vanessa; TITTONI, Jaqueline. Imagens como estratégia metodológica em pesquisa; a fotocomposição e outros caminhos possíveis. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 33-38, dez. 2007.

MÉSZÁROS, Istevan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOSER, Liliane. Organizações econômicas populares no Oeste de Santa Catarina: problematizando experiências de economia solidária em construção. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 15, ano 16, p. 71-106, jun. 2002.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão, economia solidária e utopia. **Otra Economía. Revista Latino Americana de Economía Social y Solidaria**. São Leopoldo, v. 2, n. 3, p. 27-40, jul./dez. 2008. on line. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/otraeconomia/article/view/1104/288>. Acesso em: 07 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Autogestão: palavra e idéia. In. MELLO, Silvia Leser; SÍGOLO, Vanessa Maria; BARBIERI, Estela Maria (Orgs.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007. p. 29-46

\_\_\_\_\_. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**: texto para discussão. Brasília: Ministério do Trabalho e do Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2004. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_autogestaocooperativismo.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_autogestaocooperativismo.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2010.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.19, Edição Especial, p.14-20, 2007.

NELI, Marcos Acacio. **Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador**: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Saúde na Comunidade), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17139/tde-18092006-154325/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discursos do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 107-128, 2001.

NOVAES, Henrique Tahan. Qual autogestão? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 22, p. 7-31, jun. 2008.

OLIVEIRA, Fábio de. **A construção social dos discursos sobre acidente de trabalho**. 1997. 125 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. especial, p. 75-83, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Cultura solidária: um aprendizado sem fim. In: MELLO, Sylvia Leser (Org.). **Economia Solidária e Autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. p.34- 40.

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. **Números do Cooperativismo**. Disponível em: <[http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/noticias\\_listar.asp?CodFormatoNoticia=8](http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/noticias_listar.asp?CodFormatoNoticia=8)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

OWEN, Robert. O livro do novo mundo moral. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos:** os precursores do pensamento social de nossa época. Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.101-146.

PRESIDENTE da cooperativa (P). **Grupo focal.** 28 maio 2011. Gravação sonora.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 02 jul. 2011. Gravação sonora.

PEDRINI, Dalila Maria; PRIM, Lorena de Fátima; SANTOS, Nilce Ribeiro dos. Apontando caminhos: a solidariedade na economia catarinense. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 91-138.

PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: tecendo a autogestão entre fios, laços e nós. In: DAL RI, Neuza Maria (Org.). **Economia Solidária:** o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 151-176.

PINHO, Diva Benevides. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira:** Manual de Cooperativismo. São Paulo: CNPq, 1996. 3 v.

PINTO, José Paulo Guedes. A estimativa de preços dos serviços e distribuição das retiradas em cooperativas de serviços. In: INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Org.). **A gestão da autogestão na economia solidária:** contribuições iniciais. São Paulo: ITCP USP, 2007. p. 88-97.

PRADO FILHO, Kleber. **Trajetórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault.** 1998. 284 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PRADO FILHO, Kleber. MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) Psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.19, n. 3, p. 14-19, set./dez. 2007.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary Del (Org). **A história das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

RIBAS, Clarilton; MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Economia Solidária: atualização e reforço da (des)ordem neoliberal. **Plural**, Florianópolis, n. 13, ano 9, p. 22-31, dez. 2003.

RIOS, Gilvando. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SAINT-SIMON, Claude-Henry de Rouvroy. In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel et al. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 47-61.

SAMPAIO SILVA, Emanuel et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **UniRcoop Américas**, Recife, v. 1, n. 2, p. 75-102, ago./2003. Disponível em: <<http://www.unircoop.org/unircoop/index.php?q=pt-br/biblio>>. Acesso em: 26 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro. **Bagaço**, Recife, v. n. p. meses, 2004. Disponível em: <<http://www.unircoop.org/unircoop/index.php?q=pt-br/biblio>>. Acesso em: 26 out. 2010.



SANTOS, Jose Martins dos. Inclusão produtiva. In: SIGNORI, Andreia Aparecida; Luciane, BOSENBECKER; UCZAI, Pedro Francisco (Orgs.). **Chapecó, uma cidade transformada**. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2000. p. 249-266.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRÍGUEZ, César. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 23-64.

SARDA, Sandro Eduardo; RUIZ, Roberto Carlos; KIRTSCHIG, Guilherme. Tutela jurídica de saúde dos empregados de frigoríficos: considerações dos serviços públicos. **ACTA FISIATR**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 59-65, jun. 2009.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Maria Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 137-179.

SATO, Leny. Psicologia e saúde do trabalhador na área sindical. In: CAMPOS, Florianita Coelho Braga (Org.) **Psicologia e saúde: repensando práticas**. São Paulo: Hucitec, 1992. p. 103-121.

\_\_\_\_\_. Saúde e controle no trabalho. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.) **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.31-49.

\_\_\_\_\_. Subjetividade, Saúde Mental e LER. In: RUIZ, Roberto Carlos (Org.). **Um mundo sem LER é possível**. Montevideo: União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação (UITA), 2003. p. 62-77.

\_\_\_\_\_. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, número especial, p. 95-102, 2007.

\_\_\_\_\_. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa social e do trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n 2, p. 217-225, dez. 2009.

\_\_\_\_\_. A representação social do trabalho penoso. In: BOCK, Ana Mercês Bahia et al. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 188-211

SATO, Leny; ESTEVES, Egeu Gómez. **Autogestão**: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo popular. São Paulo: ADS/CUT, 2002.

SATO, Leny; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP** [online], v.12, n.2, pp. 29-47, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642001000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642001000200003&script=sci_arttext). Acesso em 15 abr. 2012.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 97-118.

SCHERER, André. Luís Forti. Globalização. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p.114-119.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social no desenvolvimento periférico dependente: O caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita et al. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 11-40. (Coleção Teoria e Práticas sociais)

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995

SELIGMANN - SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Cortês, 1994.

Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC. **Dados do cooperativismo de Santa Catarina**. Disponível em: <[http://www.ocesc.org.br/institucional/a\\_ocesc.php](http://www.ocesc.org.br/institucional/a_ocesc.php)>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. p. 83-129.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. (Coleção Economia)

SIQUEIRA, Maria Juracy. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições sobre uma analítica de gênero. **Revista de Psicologia Organizacional e do Trabalho**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

SOUZA, André Ricardo. Economia Solidária: um modo de produção e de distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. (Coleção Economia)

SOUZA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 53-60, jan./jun. 2008.

TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. Tradução de Ana Paula Ornellas Mauriel. et al. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TESTA, Vilson Marcos. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

THIAGO, Raquel. **Fourier**: Utopia e Esperança na Península do Saí. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TIRIBA, Lia. O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária. In: MELLO, Silvia Leser de; SÍGOLO, Vanessa Maria Moreira; BARBIERI, Estela Maria (Orgs.). **Economia solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007. p. 153-164. 2 v.

\_\_\_\_\_. **A requalificação do trabalho**: desafio das inovações tecnológicas sob o controle fabril dos trabalhadores. In: Cadernos ANPED, Caderno número 7, Belo Horizonte: ANPED, 1994. p. 147-172.

TITTONI, Jaqueline. O fotografar, as poéticas e os detalhes. In: ZANELLA, Andréa Vieira; TITTONI, Jaqueline (Orgs.). **Imagens no Pesquisar**: experimentações. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011. p. 125-146.

TITTONI, Jaqueline; NARDI, Henrique Caetano. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 277-280.

TRIFUNOVIC, Bogdan. Autogestión socialista. In: TRIFUNOVIC, Bogdan. et al. **Autogestión Socialista Yugoslava: Nocións Fundamentales**. Belgrado: CAS (Cuestiones Actuales del Socialismo), 1980, p. 46- 54. Disponível em: [http://unicornio.freens.org/profpcm- aux/Yugoslavia/AutogestionSocialistaYugoslava\\_completa1980.pdf](http://unicornio.freens.org/profpcm- aux/Yugoslavia/AutogestionSocialistaYugoslava_completa1980.pdf). Acesso em: 8 fev. 2012.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. A observação no cotidiano escolar. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Maria Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 183-206.

VERARDO, Luigi. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Leser (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. p.119-125. 1. v.

VERONESE, Marília. **Psicologia social e economia solidária**. Aparecida: Idéias & Letras, 2008.

ZANELLA, Andréa Vieira. Fotografia e Pesquisa em Psicologia: retratos de alguns (des)encontros. In: ZANELLA, Andréa Vieira ; TITTONI, Jaqueline (Orgs.) . **Imagens no Pesquisar: experimentações**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011. p. 15-34.

ZANELLA, Andréa Vieira; TITTONI, Jaqueline (Orgs.) . **Imagens no Pesquisar: experimentações**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2011.

ZANELLA, Andréa Vieira. et al. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em Psicologia. **Interações**, São Paulo, v. XII, n. 22, p. 11-38, jul./dez. 2006.



## APÊNDICE A – Roteiro de questões norteadoras para grupo focal

Temática Geral	Questão norteadora	Questões problematizadoras	Objetivo
<p>1. Processo de construção da cooperativa;</p>	<p>Que motivos levaram a ingressar na cooperativa?</p>	<p>Como foi o processo de construção da cooperativa?</p> <p>Quais motivações e interesses singulares e coletivos que levaram a transição da situação de empresa para Cooperativa?</p> <p>Quem foram as pessoas envolvidas?</p> <p>A partir de quais recursos econômicos a cooperativa se desenvolveu?</p> <p>Quem foram as parcerias?</p> <p>Relação como o poder público e com a comunidade.</p> <p>Qual era o contexto econômico, político, cultural e social pelo qual passava o município.</p> <p>Quais foram as principais dificuldades e vantagens encontradas ao participar da cooperativa?</p>	<p>Conhecer o processo histórico de formação da cooperativa;</p>

<p>2. Organização e funcionamento do trabalho/relações sócio-profissionais;</p>	<p>Como vejo o cotidiano de trabalho da cooperativa?</p>	<p>Como você vê a distribuição das tarefas?</p> <p>Como é o ritmo do trabalho?</p> <p>Há cobrança por resultados?</p> <p>As tarefas podem ser cumpridas dentro dos prazos?</p> <p>Existem normas para execução das tarefas?</p> <p>O número de pessoas é suficiente para executar as tarefas?</p> <p>Existem atividades de formação?</p> <p>Há diferença entre quem planeja e quem executa?</p> <p>Como avalio as condições da estrutura física?</p> <p>O que penso sobre distribuição dos ganhos?</p> <p>Quais são os pontos positivos e negativos na organização?</p> <p>Como a organização e o funcionamento da cooperativa se</p>	<p>Compreender a avaliação que as cooperadas têm sobre a organização e funcionamento da Cooperativa e das relações ali construídas</p>
---	--	---	--



		<p>relaciona com os processos de saúde/doença/?</p> <p>Quais são os benefícios sociais que o cooperado tem?</p> <p>Quais aspectos diferem da organização e funcionamento do trabalho na cooperativa e da empresa tradicional?</p>	
3. Futuro da cooperativa;	Como será o futuro da cooperativa?	<p>Como será o futuro da Cooperativa?</p> <p>Quais são os objetivos?</p> <p>O que poderia mudar? (Pontos negativos)</p> <p>O que deveria manter-se? (Pontos positivos)</p>	Compreender as implicações do trabalho de cada cooperada para o futuro da cooperativa.



## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Meu nome é Scheila Girelli, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e pesquisadora do projeto “Relações de saber/poder: um estudo em uma cooperativa inserida no movimento de economia solidária”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Chalfin Coutinho e co-orientação do Prof. Dr. Kleber Prado Filho. A pesquisa tem como objetivo compreender como se caracterizam as relações de saber/poder na cooperativa, tanto nas práticas cotidianas como nas instâncias decisórias e ainda, identificar quais modos de subjetividade são produzidos na dinâmica do trabalho.

Convido-a participar desta pesquisa, a qual será desenvolvida através da observação das atividades desenvolvidas pela organização, da análise documental e da realização de grupos de discussão sobre o tema a partir do recurso fotográfico. Para registro das informações será utilizado o diário de campo e gravação em áudio das reuniões com grupos temáticos.

Se você tiver alguma dúvida em relação à pesquisa, ou não quiser mais participar da mesma, estou à disposição para esclarecimentos através dos telefones 49- 99747068 ou 49 33285473 e endereço eletrônico: [scheilapsi@unochapeco.edu](mailto:scheilapsi@unochapeco.edu).

---

Scheila Girelli  
Pesquisadora principal

---

Maria Chalfin Coutinho  
Pesquisadora responsável

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
declaro estar ciente de que:

- A participação nesta pesquisa é voluntária, e mesmo depois de iniciada, há a possibilidade de desistência sem penalizações de nenhuma ordem;
- Todos os dados coletados somente serão utilizados para esta pesquisa e para a divulgação acadêmica de seus resultados, sendo que nesta

divulgação não serão identificados os nomes dos participantes da pesquisa;

- Não existem riscos em potencial para as participantes pesquisadas;
- Fui esclarecida sobre os procedimentos desta pesquisa e se eu tiver dúvidas em relação ao estudo, aos procedimentos, riscos, benefícios, ou qualquer outra pergunta tenho o direito de receber respostas;
- Não haverá nenhum custo para as participantes da pesquisa;
- Os benefícios recebidos serão em termos de produção de conhecimentos, a fim de proporcionar maior compreensão sobre a temática das relações no contexto da economia solidária.

Desse modo, concordo em participar da pesquisa e autorizo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Chapecó (SC), 24 de fevereiro de 2011.

---

Assinatura da participante

## APÊNDICE C – Códigos utilizados na transcrição do grupo focal

**M** abreviação para fala do moderador

**C** abreviação para fala do coletivo

**P** abreviação para fala da presidente

, pequena pausa, inferior a um segundo

. pausa de 1 a 3 segundos

(4) o número entre parêntesis expressa o tempo de duração de uma pausa (em segundos)

(**exemplo**) palavras entre parênteses representam observações/esclarecimentos do moderador

? ponto de interrogação – utilizado para indicar uma pergunta

! ponto de exclamação - utilizado para exclamação

\* \* utilizada para referir-se a uma fala dita em momento anterior a realização do grupo ou pensamento do próprio autor da fala

ë utilizado para marcar falas iniciadas antes da conclusão da fala de outra pessoa

**exem** - palavra foi pronunciada pela metade

**exe:::mplo** pronúncia da palavra foi esticada (a quantidade de : equivale o tempo da pronúncia de determinada letra)

**exemplo** palavras pronunciadas de forma enfática são sublinhadas

°**exemplo**° palavras ou frases pronunciadas em voz baixa são colocadas entre pequenos círculos

( ) parêntesis vazios expressam a omissão de uma palavra ou trecho de conversa que não foi compreendida para transcrição

@**exemplo**@ palavras ou frases pronunciadas entre risos pelo autor da fala são colocadas entre sinais de arroba.

**@@exemplo@@** palavras ou frases que foram pronunciadas entre risos pelo coletivo são colocadas entre duplo sinais de arroba.

**@@** risos depois da fala. O número refere-se ao tempo de duração, em segundos.

**((exemplo))** duplo parênteses é utilizado para expressões não-verbais

**#** trecho de fala envolvido por conversas paralelas

**...** falas incompletas

**APÊNDICE D** - Trecho de transcrição de um dos grupos focais (conforme códigos de transcrição no Apêndice C)

C - Eu também trabalhava numa firma, ali em cima da Ta. (referindo-se a empresa em que trabalhava), trabalhava com jeans. Mas pra mim chegar a ser costureira também sofri, também vim da roça, virei faxineira, fui fazer curso, @não passei em três fábrica que entrei@ e não passei na experiência. Daí meu marido me disse assim “Você nunca vai passar de uma faxineira!”

(Caras de espanto, diante da fala do marido da colega)

C - Meu Deus, que nojo!

Ele me maltratava muito.

Mas meu Deus, que nojo!

Daí eu disse “Mas eu vou te mostrar!” Daí eu entrava na firma ele me questionava. Eu morria de medo de não dar certo. Eu vivia uma pressão “ você não é competente, você não vai conseguir”

Que nojo!

Daí quando eu entrei na fábrica, três meses me mandaram embora. Eu disse “Pronto se foi!” Perdi minhas esperanças de novo. Daí comprei uma máquina de costura toalhinha de prato em casa. Daí a minha sogra ficou doente e eu fui cuidar. ( ) Depois eu me separei. Daí me deram mais uma chance. Eu entrei, fiquei dois anos e meio e consegui passar na experiência. Nossa chefe era muito chata, ela não sabia chegar e “Oh, faz assim” Chegava igual um cavalo. Eu disse “Olha com cavalo eu já vivi 20 e poucos anos gente! Eu não vou viver mais assim, chega!”

@ @ @

C - Daí eu tava por aí. Eu disse “nunca mais eu vou costurar”, porque o que eu me incomodei! Já tinha ido procurar outros serviços. Cheguei um dia ali para comprar uns uniformes e a I. me disse: “Tu não quer vir trabalhar com nós?”

@ @

@Eu disse “Mas eu to com o seguro desemprego”@. Aí a I. me disse “Mas venha!” Era véspera de carnaval. Eu pensei “Não vou começar na véspera de carnaval, feriado”.

( )

@@@

È que nós não tava vencendo a demanda.

Daí eu pensei: you experimentar. Comecei e vi que era uma oportunidade de vencer, de não precisar mais passar por aquela humilhação, de jogar na cara que ele me sustentava, que eu ia passar fome. ( ) E eu venci! Por isso que eu tirei essa foto do meu prédio.

((A foto é mostrada ao grupo))